

ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA BEIRA BAIXA

PLANO ESTRATÉGICO E DE AÇÃO
PARA A REGIÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
DA BEIRA BAIXA NO PERÍODO 2014-2020



**CASTELO
BRANCO**

**IDANHA
A
NOVA**



OLEIROS

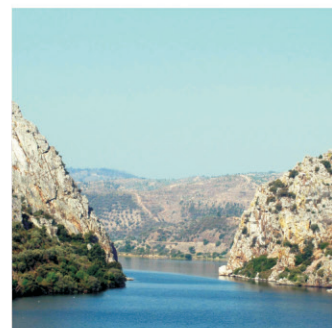


PENAMACOR



**PROENÇA
A
NOVA**

**VILA VELHA
DE RÓDÃO**



SUMÁRIO EXECUTIVO

A Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB) desenvolveu a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa, alinhado com as prioridades da Estratégia Europa 2020 e enquadrado com as diretrizes definidas pela União Europeia através do Quadro Estratégico Comum 2014-2020, bem como com os instrumentos nacionais e regionais estabelecidos para o período de programação referido.

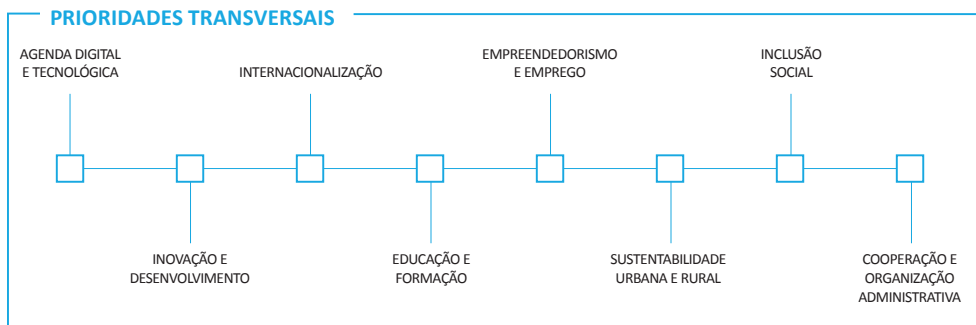
No arranque dos trabalhos foi realizada a **avaliação do potencial de desenvolvimento da Beira Baixa** na qual foram estruturados e analisados dados relativos ao emprego, inovação, educação e formação, ambiente e sustentabilidade, eficiência energética, entre outras matérias estruturantes para aferir a situação atual da Região da Beira Baixa. Também nesta avaliação, foram analisados muitos dos projetos e iniciativas desenvolvidas na Beira Baixa nos últimos anos, no sentido de verificar o seu impacto no quadro de desenvolvimento regional.

A estratégia definida para a Beira Baixa estabelece uma visão e um quadro de referência para orientar a Região até 2020, assente nos domínios definidos pela Estratégia Europa 2020 – Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo. A estratégia para a Beira Baixa define **prioridades transversais** para a Região, as quais devem ser trabalhadas de forma complementar. Além disso, tendo em consideração a necessidade de concentração de recursos num conjunto claro de objetivos 2020, a estratégia também elenca as **áreas de especialização prioritárias**. Estes dois vetores - prioridades transversais e áreas de especialização prioritárias – devem contribuir para alcançar as metas estabelecidas pela União Europeia para o horizonte 2020 no contexto da Beira Baixa.

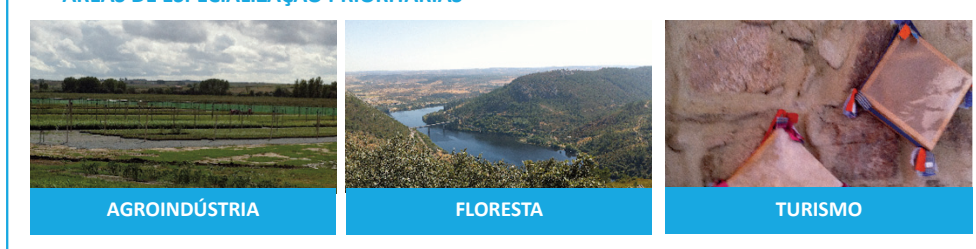
Com base no exposto, a estratégia definida assume a seguinte visão, prioridades transversais, áreas de especialização prioritárias e projetos:

Em 2020 a Beira Baixa deve afirmar-se como um espaço de ligação à Europa, através da aposta em dinâmicas socioeconómicas e empresariais transfronteiriças, da valorização económica dos seus recursos naturais e culturais e do reforço de um sistema urbano policêntrico como elemento chave para a retenção e captação de talento.

PRIORIDADES TRANSVERSAIS



ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRIORITÁRIAS



PLANO DE AÇÃO

De acordo com a Estratégia Regional Beira Baixa 2020 foi definida uma carteira de projetos âncora. A informação de cada projeto foi estruturada e apresentada em fichas individuais nas quais se indicam objetivos, atividades, cronograma de execução proposto, promotores e parceiros, resultados a alcançar, estimativas orçamentais e possíveis enquadramentos em instrumentos de financiamento.

1	Agenda Digital e Tecnológica da Beira Baixa
2	Programa Regional de Apoio à Iniciativa Empresarial
3	Programa de Gestão e Valorização Integrada dos Recursos Naturais
4	Rede Regional de Educação, Formação e Emprego
4.1	Rede Regional de Educação, Formação e Emprego - Talento Regional
4.2	Rede Regional de Educação, Formação e Emprego - Emprego
5	Programa de Revitalização Integrada do Sistema Urbano Regional
6	Programa Beira Baixa inclusiva
7	Redes de Cooperação Beira Baixa
8	Programa Beira Baixa terra de excelência
8.1	Programa Beira Baixa terra de excelência – Marca Beira Baixa
8.2	Programa Beira Baixa terra de excelência - Destino turístico
9	Cluster Agroindustrial Beira Baixa
10	Programa de valorização da fileira florestal da Beira Baixa

Considerando o necessário alinhamento com as orientações nacionais e europeias em matéria de avaliação e orientação para resultados, foi enfatizada a articulação das metas Beira Baixa 2020 com as metas da Região Centro e de Portugal, no sentido de vincar o necessário alinhamento e contributo da Sub-região. Complementarmente à definição de indicadores e metas 2020, é também proposto um modelo de governação com vista à avaliação e monitorização da implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa. Este modelo de governação integra uma estrutura de carácter permanente que permita a incorporação periódica de melhorias, sempre que se justifiquem.

Março 2014

Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO – GRUPO DE AÇÃO REGIONAL.....	6
3. DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	12
3.1 Análise do Potencial de Desenvolvimento Regional.....	12
3.2 Breve abordagem aos fundos estruturais atribuídos à Beira Baixa.....	30
3.3 Matriz do Potencial 2020 – Situação Atual.....	32
3.4 Quadro SWOT.....	36
4. ESTRATÉGIA BEIRA BAIXA 2020.....	40
4.1 Enquadramento.....	40
4.2 Estratégia Beira Baixa 2020.....	61
5. METAS DE SUCESSO NO PERÍODO 2014-2020.....	80
5.1 Metas Beira Baixa 2020.....	80
5.2 Barómetro Regional do Plano de Ação Regional CRER 2020.....	83
5.3 Articulação dos indicadores e metas de sucesso.....	84
6. PLANO INDIVIDUALIZADO DE IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES E PROJETOS BEIRA BAIXA 2020.....	88
6.1 Plano Individualizado de Implementação de Atividades e Projetos Beira Baixa 2020.....	88
6.2 Articulação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa com o Programa de Ação Regional CRER 2020.....	105
7. FATORES CRÍTICOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRIORITÁRIAS.....	108
8. MODELO DE GOVERNAÇÃO.....	112

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Entidades do GAR Beira Baixa 2020, organizadas por subgrupos.....	7
Tabela 2. Distribuição das empresas da indústria transformadora na Beira Baixa em análise (CAE revisão 3).....	16
Tabela 3. Indicadores de empresas, em 2010.....	19
Tabela 4. Emissões totais incluindo fontes naturais (valores em t/km ²), por concelho em 2009.....	23
Tabela 5. Projetos aprovados no âmbito das PRU – Eixo 3. Coesão local e regional.....	26
Tabela 6. Taxa de emprego no grupo etário 20-64 anos, nas NUTS III, em 2011.....	27
Tabela 7. Taxa de desemprego, em 2001 e 2011.....	28
Tabela 8. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, em 2010/2011.....	29
Tabela 9. Percentagem da população residente da Beira Baixa beneficiária das transferências sociais, em 2011..	30
Tabela 10. Investimento aprovado no âmbito do Mais Centro.....	31
Tabela 11. Projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos (SI) - Mais Centro.....	32
Tabela 12. Fundos aprovados no âmbito do POV.T.....	32
Tabela 13. Matriz do potencial 2020 na Região da Beira Baixa.....	34
Tabela 14. Prioridades Estratégia Europa 2020.....	41
Tabela 15. Metas a alcançar no horizonte 2020.....	41
Tabela 16. Metas a alcançar no horizonte 2020 e a evolução de Portugal e da União Europeia.....	47
Tabela 17. Apostas indicativas da RIS3.....	58
Tabela 18. Metas de sucesso no horizonte 2020.....	80
Tabela 19. Sub-metas de sucesso no horizonte 2020.....	81
Tabela 20. Barómetro Centro de Portugal.....	83
Tabela 21. Orientação para resultados da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa.....	84
Tabela 22. Plano de implementação.....	89
Tabela 23. Matriz de correlação entre projetos Beira Baixa 2020 e CRER 2020.....	106

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Metodologia para elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa.....	3
Figura 2. <i>Focus group</i> Beira Baixa 2020.....	9
Figura 3. Reconfiguração das NUTS III do Centro de Portugal.....	12
Figura 4. Espaços culturais da Cidade de Castelo Branco.....	13
Figura 5. Beira Baixa no contexto da Proposta de enquadramento dos 100 concelhos da Região Centro enquanto Concelhos da Coesão, de Transição e de Competitividade.....	13
Figura 6. Índice de Envelhecimento 2001-2012.....	14
Figura 7. Evolução da população residente na Beira Baixa 1991-2011.....	14
Figura 8. Distribuição do volume de negócios das empresas por secção da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE), na Beira Baixa e em Portugal, 2010.....	15
Figura 9. VAB das empresas das indústrias transformadoras, na Sub-região e em Portugal, 2011.....	17
Figura 10. Grau de abertura ao comércio internacional, por NUTS III, 2010.....	18
Figura 11. Despesa em I&D no PIB, em 2011 (seleção de sub-regiões).....	19
Figura 12. Repartição da despesa em I&D, em 2011 (NUTS III da Região Centro).....	20
Figura 13. População residente com 30 a 34 anos de idade, por nível de escolaridade, em 2011.....	20
Figura 14. Zonamento do Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul.....	22
Figura 15. Proporção de energia elétrica consumida pela indústria (%), em 2000, 2008 e 2010, nas NUTS III.....	23
Figura 16. Proporção de energia elétrica produzida em centrais eólicas por Sub-região.....	24
Figura 17. Qualidade da água na bacia hidrográfica do Tejo, em 2000, 2007 e 2011.....	25
Figura 18. Taxa de emprego no grupo etário 20-64 anos, nas NUTS III, em 2011.....	28
Figura 19. Desemprego registado na Beira Baixa, entre janeiro de 2012 e janeiro de 2013, segundo o género.....	28
Figura 20. População residente segundo o nível de instrução mais elevado completo, por município, em 2011.....	29
Figura 21. Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar - Castelo Branco.....	30
Figura 22. Ecossistema de inovação.....	43
Figura 23. Processo de construção das estratégias RIS3.....	44
Figura 24. Esquema do modelo de construção dos contratos de parceria 2014- 2020.....	46
Figura 25. Estruturação operacional dos fundos europeus.....	48
Figura 26. Matriz de estruturação temática do Portugal 2020.....	49

Figura 27. Mapeamento de atratividade dos 100 concelhos da Região Centro de acordo com as dinâmicas populacionais e índice de poder de compra.....	52
Figura 28. Prioridades estratégicas nucleares da Região Centro para 2014-2020.....	54
Figura 29. Domínios temáticos e domínios transversais da RIS3.....	57
Figura 30. Prioridades RIS3: áreas de interligação.....	58
Figura 31. Metodologia.....	61
Figura 32. Prioridades transversais da Beira Baixa 2020 face às iniciativas e prioridades da Europa 2020.....	63
Figura 33. Cruzamento das prioridades transversais.....	71
Figura 34. Áreas de especialização prioritárias.....	72
Figura 35. CATAA queijo de Castelo Branco.....	72
Figura 36. Ecossistema da área de especialização prioritária agroindústria.....	73
Figura 37. Centro Ciência Viva da Floresta.....	74
Figura 38. Ecossistema da área de especialização prioritária floresta.....	74
Figura 39. Portas de Ródão Adufes.....	76
Figura 40. Ecossistema da área de especialização prioritária Turismo.....	76
Figura 41. Mapeamento das áreas de especialização prioritárias.....	78
Figura 42. Modelo de governação.....	113

LISTA DE SIGLAS

ACICB - Associação Comercial e Industrial e Serviços de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão	ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
ACICB - Associação Comercial, Industrial e Serviços de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão	IGP – Indicação de Origem Protegida
ACIS - Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Sertã, Proença-a-Nova, Vila de Rei e Oleiros	INE - Instituto Nacional de Estatística
ADRACES - Associação para o desenvolvimento da Raia Centro Sul	IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional I.P.
ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul	I&I - Investigação e Inovação
ADXTUR - Agência p/ o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto	IDI - Investigação, Desenvolvimento e Inovação
AECBP - Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor	ITI Beira Baixa - Investimento Territorial Integrado Beira Baixa
AECT - Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça	IPCB - Instituto Politécnico de Castelo Branco
ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil	ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade
BIS – Beira Interior Sul	MEIMOACOOP - Cooperativa Agrícola de Desenvolvimento, CRL.
CAE - Classificação Portuguesa de Atividades Económicas	NATURTEJO - Empresa de Turismo, EIM
CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar	NERCAB - Associação Empresarial da Região de Castelo Branco
CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
CEi - Centro de Empresas inovadoras	OE - Objetivo Estratégico
CIM - Comunidade Intermunicipal	OT - Objetivo Temático
CIMBB - Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa	PIB - Produto Interno Bruto
CIMPIS - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul	Pinhal Maior - Associação de Desenvolvimento do Pinhal interior Sul
COOPAGROL - Cooperativa Agrícola dos Olivicultores do Ladoeiro, CRL.	PIS – Pinhal Interior Sul
DOP - Denominação de Origem Protegida	POFC – Programa Operacional Fatores de Competitividade
DRAPC - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	POPH - Programa Operacional Potencial Humano
DREC - Direção Regional de Educação	POVT - Programa Operacional Valorização Territorial
EE2020 - Estratégia Europa 2020	PEC - Programa de Estabilidade e Convergência
ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais	PNR - Programa Nacional de Reforma
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural	PO - Programas Operacionais
FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	PRU - Parcerias para a Regeneração Urbana
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional
FSE - Fundo Social Europeu	QEC - Quadro Estratégico Comum
GIP - Gabinete de Inserção Profissional	QNQ - Quadro Nacional das Competências
GAR BEIRA BAIXA 2020 - Grupo de Ação Regional Beira Baixa 2020	RIS - <i>Regional Innovation Scoreboard</i>
I&D - Investigação e Desenvolvimento	RCM - Resolução do Conselho de Ministros
I&DT - Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	RIS3 - Estratégia de especialização inteligente
	SI - Sistemas de Incentivos
	SIG - Sistemas de Informação Geográfica
	SWOT – <i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i>
	TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
	UE - União Europeia
	VAB – Valor Acrescentado Bruto
	SCT – Sistema Científico e Tecnológico

1. INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho corresponde à definição da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa (municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Rodão). Para o seu desenvolvimento foram valorizadas as especificidades do território e os desígnios da Estratégia Europa 2020, bem como o envolvimento e participação das principais entidades localizadas no território, entre outros parceiros sociais e representantes da sociedade civil.

A metodologia adotada assentou nas seguintes sete etapas:

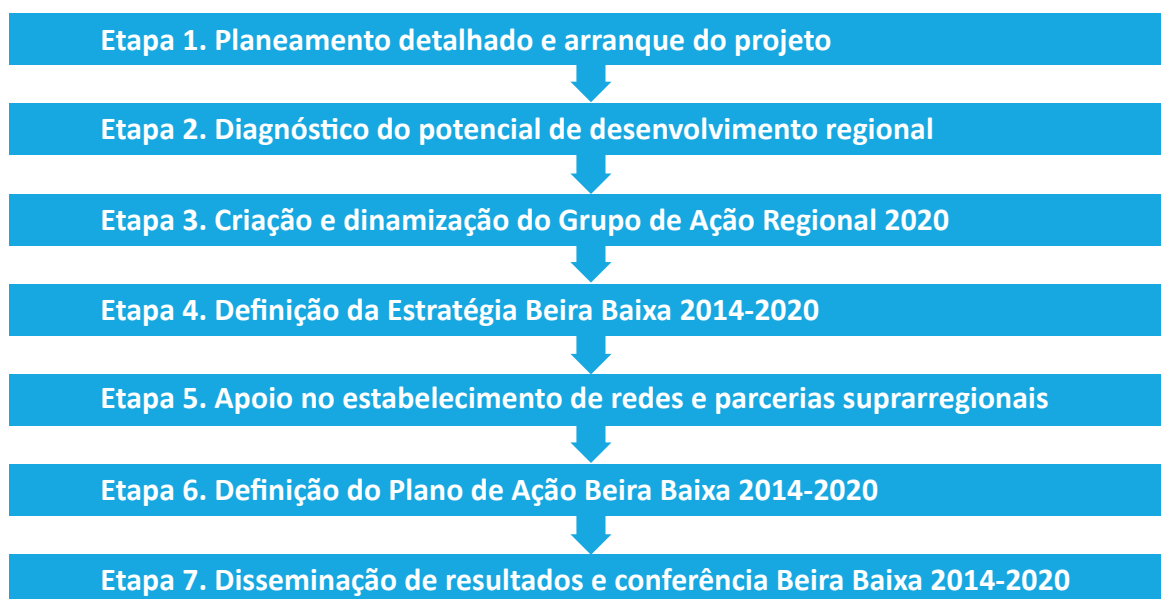


Figura 1. Metodologia para elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa.

Fonte: SPI, 2013

Alinhados com as prioridades da Estratégia Europa 2020 e com o Portugal 2020, de acordo com as diretrizes do Quadro Estratégico Comum 2014-2020, os trabalhos foram desenvolvidos de forma a assegurar a mobilização de todos os intervenientes para o alcance das metas e prioridades estratégicas estabelecidas, sustentando a necessidade de definir uma estratégia concertada de desenvolvimento que seja trabalhada em contexto regional.

O presente documento sintetiza os trabalhos realizados ao longo dos últimos meses.

2. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO – GRUPO DE AÇÃO REGIONAL

2. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO – GRUPO DE AÇÃO REGIONAL

Ao longo da elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa foram concretizadas diversas tarefas com o intuito de promover a participação pública e o envolvimento dos agentes locais na construção do presente documento:

- Criação de Equipa Técnica: Equipa SPI, CIMBB, Municípios;
- Desenvolvimento de elementos de comunicação – página web, brochura, redes sociais;
- Realização de entrevistas aos presidentes/executivos dos municípios da Região da Beira Baixa;
- Realização de visitas aos 6 municípios – potencialidades, investimentos realizados, projetos/atividades prioritárias;
- Realização de entrevistas com entidades públicas e privadas na Região, identificadas pelos municípios como estratégicas;
- Criação e dinamização do Grupo de Ação Regional Beira Baixa 2020 (GAR Beira Baixa 2020) e dos subgrupos crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo;
- Realização de *focus group*.

A criação do GAR Beira Baixa 2020 teve por objetivo mobilizar e envolver atores-chave ao longo de todo o projeto, baseando a abordagem metodológica nos processos de desenvolvimento “*community led*”. Identificar temas chave para a Região, mobilizar agentes dinamizadores internos e externos que permitam à Região debater fragilidades e oportunidades e dar início à construção da estratégia e carteira de ações 2020, foram desígnios a alcançar com esta iniciativa.

O GAR Beira Baixa 2020 foi o elemento âncora da construção da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa. Este papel deverá manter-se aquando da negociação e implementação desta Estratégia. As entidades que o integram são representativas dos setores e atividades consideradas estratégicas e prioritárias na implementação da estratégia de desenvolvimento para a Beira Baixa no período 2014-2020, destacando-se as que atuam em domínios como a inclusão, a competitividade e especialização inteligente e a sustentabilidade.

A estrutura de implementação do GAR Beira Baixa 2020 assentou num modelo de gestão sustentado nos seguintes elementos:

- **GAR Beira Baixa 2020 – *focus group*** – Correspondem aos subgrupos de reflexão dos três desígnios 2020, ou seja, *focus group* “crescimento inteligente”, *focus group* “crescimento sustentável” e *focus group* “crescimento Inclusivo” (constituídos por entidades relevantes nas respetivas áreas).
- **GAR Beira Baixa 2020 – Núcleo de Representação** – corresponde a um grupo de três a seis pessoas, representativas dos *focus group* existentes e que reunirão sempre que seja necessário reforçar a concertação e coordenação setorial.

O GAR Beira Baixa 2020 tem como responsabilidades:

- Discutir e analisar o quadro estratégico para o período 2014-2020, com enfoque na área temática

correspondente ao subgrupo, designadamente, o crescimento inteligente, o crescimento sustentável e o crescimento inclusivo;

- Debater o diagnóstico do potencial de desenvolvimento da Região da Beira Baixa;
- Propor prioridades e atividades concretas para a construção da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa, através da participação em atividades/sessões de trabalho;
- Colaborar com o Conselho Executivo da CIMBB na implementação das atividades planeadas;
- Cooperar com a Equipa Técnica na implementação das atividades conducentes à realização dos três debates regionais – sugestão de temas, participantes, modelo de implementação dos debates, convites, etc.;
- Disseminar a informação sobre a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa junto de entidades da Região e externas, cujo papel seja identificado pelo respetivo Subgrupo como relevante para o desenvolvimento da Região.

Definida a constituição do GAR Beira Baixa 2020, foi realizada uma primeira sessão de trabalho (24 de outubro de 2013) na qual foram apresentados a metodologia de elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa e os objetivos do GAR. Com base nos resultados desta sessão, foi elaborada a proposta de modelo de funcionamento do GAR Beira Baixa 2020 e definidos os subgrupos (ver tabela seguinte).

Tabela 1. Entidades do GAR Beira Baixa 2020, organizadas por subgrupos.

CRESCIMENTO INTELIGENTE
A.M.S Goma – Camps S.A
A.Pires Lourenço & Filhos S.A
ACICB - Associação Comercial e Industrial e Serviços de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão
ADRACES - Associação para o desenvolvimento da Raia Centro Sul
AECBP - Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor
Ambienti D’Interni, Unipessoal Ld. ^a
ACIS - Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Sertã, Proença-a-Nova, Vila de Rei e Oleiros
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar
CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Centro Municipal da Cultura e Desenvolvimento
CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
COOPAGROL - Cooperativa Agrícola dos Olivicultores do Ladoeiro, CRL.
Cooperativa de Produtores Queijos da Beira Baixa, CRL.
DRAPC - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
Federação Portuguesa de Turismo Rural
Gardunha Agro, Sociedade Agrícola
Hotel Tryp Colina do Castelo
Incentivos Outdoor - Eventos Desportivos Unipessoal Ld. ^a
InovCluster - Associação do Cluster Agroindustrial do Centro
Instituto Politécnico de Castelo Branco
ISQ - Instituto da Soldadura e da Qualidade
José Afonso& Filhos, Ld. ^a
MEIMOACOOP - Cooperativa Agrícola de Desenvolvimento, CRL. Município de Castelo Branco
Município de Idanha-a-Nova
Município de Oleiros
Município de Penamacor

CRESCIMENTO INTELIGENTE

Município de Proença-a-Nova
Município de Vila Velha de Rodão
Naturtejo - Empresa de Turismo, EIM
NERCAB - Associação Empresarial da Região de Castelo Branco
NGCR - Tecnologias Químicas e Inovações, S.A
Ô Hotels & Resorts
Outsystems – Software em Rede, S.A.
Penazeites - Azeite Tradicionais S.A.
Pinhal Maior - Associação de Desenvolvimento do Pinhal interior Sul
Turismo Centro de Portugal

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

ACICB - Associação Comercial e Industrial e Serviços de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão
ADRACES - Associação para o desenvolvimento da Raia Centro e Sul
AECBP - Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor
Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Sertã, Proença-a-Nova, Vila de Rei e Oleiros
Associação de Estudos do Alto Tejo
CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
InovCluster - Associação do Cluster Agroindustrial do Centro
ICNF- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
Instituto Politécnico de Castelo Branco
Incentivos Outdoor - Eventos Desportivos Unipessoal Lda
Município Oleiros
Município de Castelo Branco
Município de Proença a Nova
Município de Idanha-a-Nova
Município de Vila Velha de Rodão
Município de Penamacor
Naturtejo - Empresa de Turismo, EIM
NERCAB - Associação Empresarial da Região de Castelo Branco
NGCR - Tecnologias Químicas e Inovações, S.A.
Penazeites - Azeites Tradicionais S.A.
Pinhal Maior - Associação de Desenvolvimento do Pinhal interior Sul
Turismo Centro de Portugal

CRESCIMENTO INCLUSIVO

ADRACES - Associação para o desenvolvimento da Raia Centro Sul
Associação de Estudos do Alto Tejo
CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Centro Regional da Segurança Social
Centro Municipal da Cultura e Desenvolvimento
CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
DREC- Direção Regional de Educação
IPCB - Instituto Politécnico de Castelo Branco
IEFP.I.P. – Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco
Município de Vila Velha de Rodão
Município de Castelo Branco
Município de Proença a Nova
Município de Idanha-a-Nova
Município de Penamacor
Município de Oleiros
NGCR - Tecnologias Químicas e Inovações, S.A.
Penazeites - Azeites tradicionais S.A
Pinhal Maior - Associação de Desenvolvimento do Pinhal interior Sul
União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Castelo Branco

Após a primeira reunião geral foram realizados *Focus group* temáticos:

- **07 de novembro de 2013** – Câmara Municipal de Proença-a-Nova: **Focus group 1. Crescimento inteligente** – Oportunidades e constrangimentos: abordagem direta às seguintes agendas europeias: inovação, tecnologias digitais e juventude;
- **14 de novembro de 2013** – Casa da Cultura de Oleiros: **Focus group 2. Crescimento sustentável** – Oportunidades e constrangimentos: abordagem direta às seguintes agendas europeias: eficiência de recursos, mudanças climáticas e energia;
- **21 de novembro de 2013** – Salão Nobre da Câmara Municipal de Penamacor: **Focus group 3. Crescimento inclusivo** – Oportunidades e constrangimentos: abordagem direta às seguintes agendas europeias - novas qualificações e novos empregos e luta contra a pobreza.



Focus group 1. Crescimento inteligente



Focus group 2. Crescimento sustentável



Focus group 3. Crescimento inclusivo

Figura 2. *Focus group* Beira Baixa 2020.
Fonte: SPI, 2013.

Os resultados dos debates foram estruturados em documentos síntese com os contributos de todos os participantes e tidos em consideração na definição da estratégia e plano de ação.

Complementarmente aos momentos de trabalho à escala regional, cada município promoveu localmente diferentes momentos de debate e discussão com a população.

3. DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

3. DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O presente capítulo é o resultado do trabalho desenvolvido na etapa de Diagnóstico do potencial de desenvolvimento regional e integralmente disponível no relatório “Diagnóstico do Potencial de Desenvolvimento Regional”, sendo aqui apresentada uma síntese de informação que permite caracterizar o quadro de desenvolvimento atual da Beira Baixa.

3.1 Análise do Potencial de Desenvolvimento Regional

No espaço nacional, a Beira Baixa encontra-se administrativamente inserida na Região Centro e é caracterizada “(...) por três fatores, de natureza eminentemente geográfica, relevantes para a compreensão das dinâmicas sociais e económicas que aí se desenvolvem: a vastidão territorial, a interioridade e a proximidade da fronteira.¹”

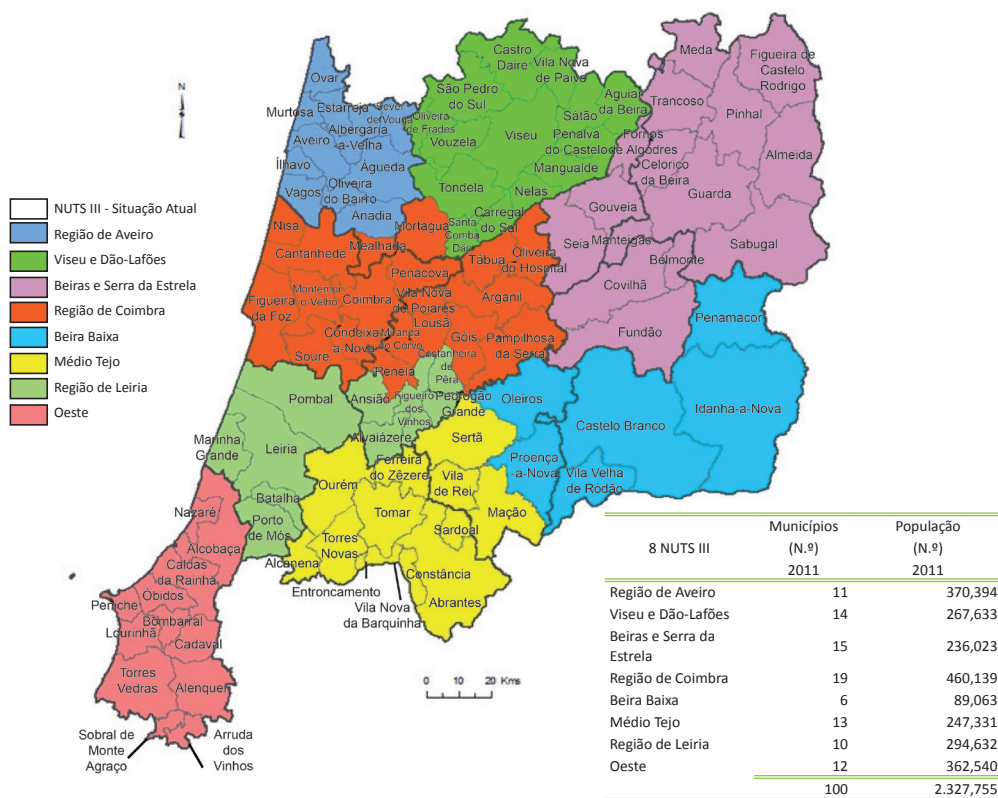


Figura 3. Reconfiguração das NUTS III do Centro de Portugal.
Fonte: CRER 2020, Plano de Ação Regional 2014-2020, Julho 2013.

De acordo com a reconfiguração das NUTS III do Centro de Portugal, a Sub-região da Beira Baixa, agora composta pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Rodão, confina com a NUTS III Beiras e Serra da Estrela, a Norte, o Médio Tejo e a Região de Coimbra, a Oeste, com o Alto Alentejo a Sul e com a Extremadura espanhola a Este.

O **enquadramento socio-territorial** e o **posicionamento estratégico** mostram uma Sub-região marcada pela posição geograficamente periférica de Portugal, mas estratégica se observado num contexto de aproximação às regiões espanholas, nomeadamente à Província de Cáceres. A centralidade da Beira Baixa entre as capitais de Lisboa e Madrid pode vir a permitir minimizar esta situação periférica e possibilitar a afirmação geoestratégica no espaço intercontinental.

1 PROVERE “Beira Baixa – Terras de Excelência”, 2010.

O sistema urbano da Beira Baixa está parcialmente integrado no eixo da Beira Interior (Guarda/ Covilhã/ Fundão/ Castelo Branco), ocupando uma importante posição no contexto transfronteiriço. Outra das características do sistema urbano da Beira Baixa é a forte polarização exercida pela Cidade de Castelo Branco devido à concentração de serviços e equipamentos e mesmo de habitação. O papel da Cidade de Castelo Branco como motor urbano da Região prende-se com a existência de serviços e equipamentos mas também pela presença de uma diversificada oferta de espaços culturais que inegavelmente concorrem para a coesão social e para o incremento da capacidade de atração de residentes e turistas para a Beira Baixa.



Figura 4. Espaços culturais da Cidade de Castelo Branco.
Fonte: Câmara Municipal Castelo Branco, página online

De acordo com a “Classificação das áreas territoriais” apresentada no Diagnóstico prospetivo da Região Centro, pela CCDRC (2013), cinco dos seis concelhos objeto de estudo estão classificados como concelhos de coesão. A exceção é Castelo de Branco que se assume como um concelho de transição. Esta tipologia de municípios é apresentada no sentido de sugerir que no período 2014-2020, do ponto de vista de diferenciação de políticas, haja enfoque na Coesão Territorial e na identificação de eventuais medidas de discriminação positiva.

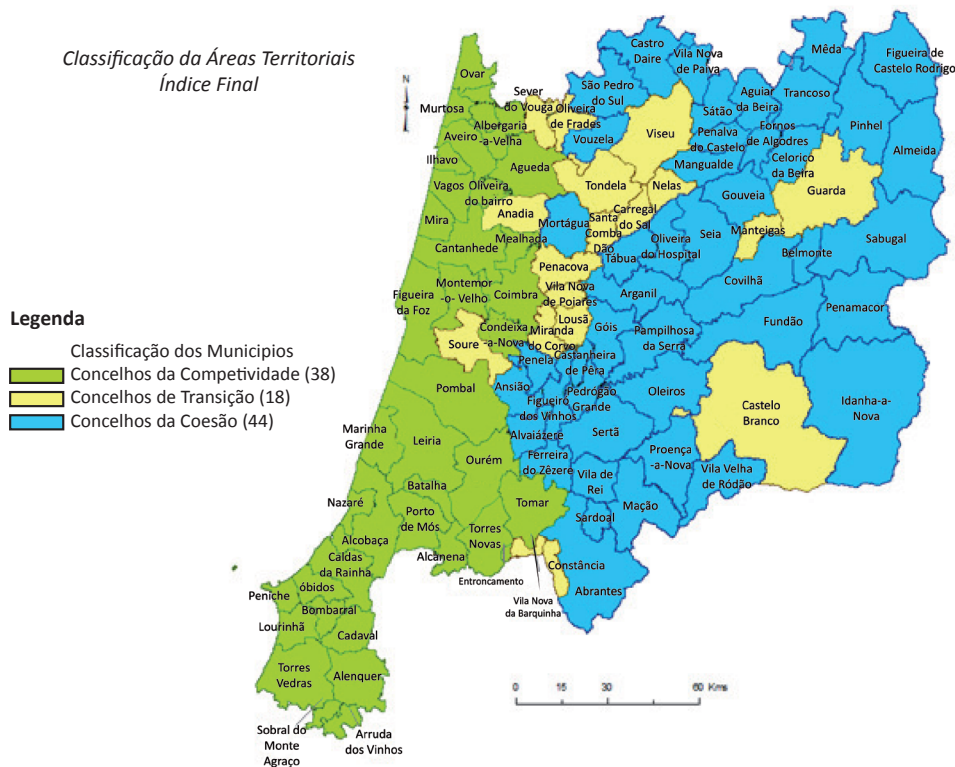


Figura 5. Beira Baixa no contexto da Proposta de enquadramento dos 100 concelhos da Região Centro enquanto Concelhos da Coesão, de Transição e de Competitividade.
Fonte: CRER 2020, Plano de Ação Regional 2014-2020, Julho 2013.

A Beira Baixa surge assim numa posição de baixa competitividade marcada por tendências de envelhecimento (Vila Velha de Ródão era em 2011 o concelho mais envelhecido do país, com uma relação entre o número de idosos e a população jovem de 731,1%), baixa densidade populacional e empresarial.

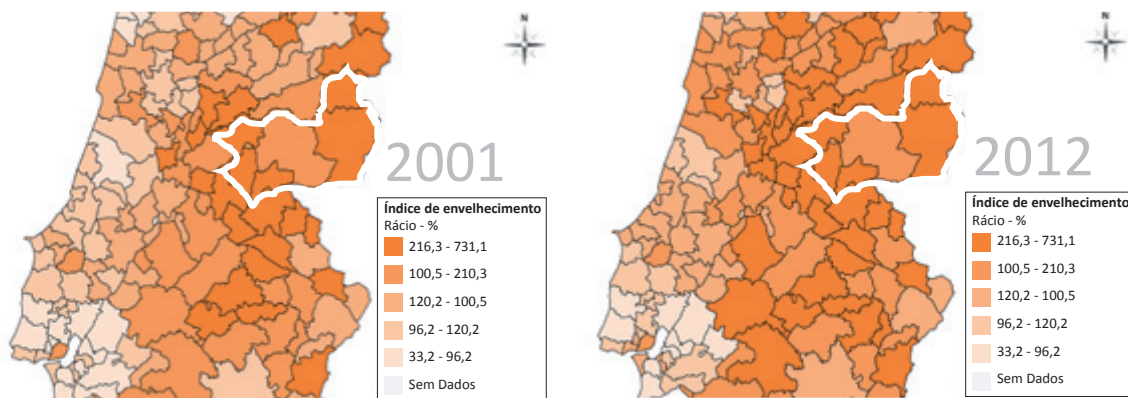


Figura 6. Índice de Envelhecimento 2001-2012
Fonte: PORDATA, 2013.

O decréscimo da população verificado nas últimas décadas tem sido contínuo, tendo a variação relativa da população residente entre 2001 e 2011 atingido os 6%, valor muito superior ao registado na Região Centro (0,9%). Internamente, a evolução da população nos últimos anos foi territorialmente diferenciada. O concelho de Castelo Branco apresentou mesmo um crescimento populacional de 1799 residentes, correspondente a 3,3%. Esta tendência foi mais evidente entre 1991 e 2011 (2,6%) tendo havido um significativo abrandamento na última década, onde o crescimento se resumiu a 0,7%. Os restantes municípios registaram perdas significativas desde 1991, sendo valores percentuais entre 25% (Proença-a-Nova, Oleiros) e 30% (Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Rodão).

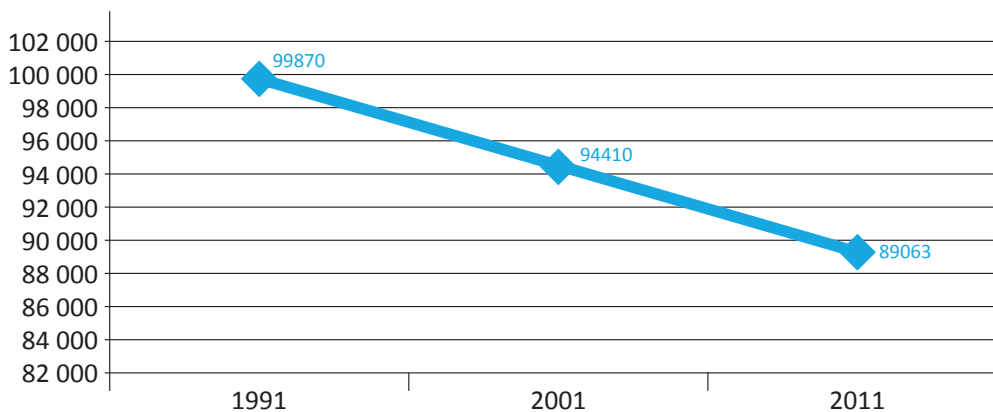


Figura 7. Evolução da população residente na Beira Baixa 1991-2011.
Fonte: Recenseamentos Gerais da População 1991, 2001 e 2011 - INE.

A análise realizada no domínio do **Crescimento Inteligente** caracteriza a economia regional e identifica as suas vantagens competitivas. Esta análise responde às recomendações da União Europeia, ilustradas no Guia para as Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente, que indica que a análise do panorama sub-regional deve ser complementada com a análise à especialização regional, ou seja, com a identificação das características de cada região e das suas vantagens quando analisadas de forma comparativa com outros territórios.

Neste domínio foram estudados os recursos existentes e emergentes ao nível da especialização económica, com os objetivos de 1) identificar vetores de especialização económica; 2) analisar o posicionamento competitivo dos produtos/serviços regionais à escala global, e por último, 3) analisar a dinâmica empreendedora, baseada nos resultados da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT).

Na perspetiva da especialização, na Beira Baixa sobressaem claramente os setores agrícola e florestal, a construção, o comércio por grosso, e as indústrias transformadoras. Além do comércio por grosso, verifica-se uma importância significativa da Indústria Transformadora, responsável por cerca de 30% do volume de negócios da Região. O volume de negócios resultante das atividades agrícolas e florestais (4%) também é significativo se comparado com o panorama nacional onde a expressão não passa 1% do total. Sobressai contudo um crescimento substancial e recente nas atividades de educação, atividades administrativas e dos serviços de apoio e nas atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas. Esta tendência implica uma crescente transferência do emprego de setores “produtivos”, como as indústrias transformadoras, para setores não produtivos, podendo ter consequências ao nível da sustentabilidade económica futura. Estas questões estão em muito relacionadas com a importância que os serviços públicos assumem na retenção da população e na criação de emprego.

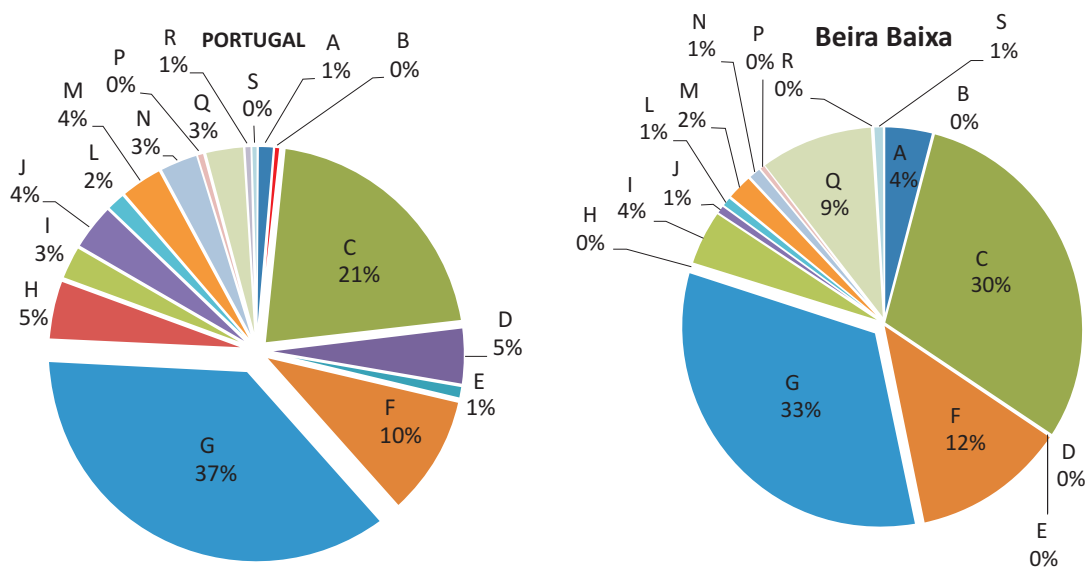


Figura 8. Distribuição do volume de negócios das empresas por secção da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE), na Beira Baixa e em Portugal, 2010.

LEGENDA: Classificação INE (CAE revisão 3) por secção (nível 1): **A** - Agricultura; **B** - Indústrias Extrativas; **C** - Indústrias Transformadoras; **D** - Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria, e ar frio; **E** - Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; **F** - Construção; **G** - Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; **H** - Transportes e armazenagem; **I** - Alojamento, restauração e similares; **J** - Atividades de informação e comunicação; **K** - Atividades financeiras e de seguros; **L** - Atividades imobiliárias; **M** - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; **N** - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; **O** - Administração pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; **P** - Educação; **Q** - Atividades de saúde humana e apoio social; **R** - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; **S** - Outras atividades de serviços; **T** - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias; **U** - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. O âmbito da informação do sistema de contas integradas das empresas do INE exclui as secções **K**, **O**, **T** e **U**.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas, 2012. Milhares de euros.
Valores da Secção E – Captação e tratamento de água, R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, e H – Transportes e armazenagem não disponíveis para a sub-região

O perfil empresarial da Beira Baixa apresenta uma estrutura produtiva dedicada fundamentalmente a indústrias dependentes dos recursos naturais. Na agricultura sobressaem, no panorama nacional, a cultura de cana-de-açúcar: 100% das empresas nacionais localizam-se na Sub-região da Beira Interior Sul (3 unidades) e da cultura de tabaco, com 18,2% da produção nacional. Com menor expressão, mas com impacto regional, surgem a criação de ovinos e caprinos (6,5% do total nacional) e a caça e repovoamento cinegético (3,9% do total nacional).

Da análise do número de empresas da indústria transformadora têm destaque as indústrias alimentares, as quais assumem, na Beira Baixa, um peso 18% acima do nacional.

A referida importância das atividades alimentares reflete-se também nos fatores de atração do território, sendo a gastronomia um elemento forte de diferenciação. Na Beira Baixa existem diversas Denominações de Origem Protegida e Identificações Geográficas Protegidas, designadamente do azeite (DOP Azeites da Beira Baixa), borrego (IPG Borrego da Beira) cabrito (IGP Cabrito da Beira) e porco (toda a Sub-região inclui-se na DOP Carne de Porco Alentejano), queijo (DOP Queijos da Beira Baixa) e vinho (DOC Beira Interior), entre outros.

Tabela 2. Distribuição das empresas da indústria transformadora na Beira Baixa em análise (CAE revisão 3).

Indústrias (Divisão do CAE)	Nº	%	Desvio realidade nacional
10 - Indústrias alimentares	178	31,62%	18,47%
11 - Indústria das bebidas	6	1,07%	-0,43%
12 - Indústria do tabaco	0	0,00%	-0,01%
13 - Fabricação de têxteis	26	4,62%	-0,16%
14 - Indústria do vestuário	26	4,62%	-8,51%
15 - Indústria do couro e dos produtos do couro	0	0,00%	-3,74%
16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	57	10,12%	1,24%
17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	3	0,53%	-0,14%
18 - Impressão e reprodução de suportes gravados	16	2,84%	-1,55%
19 - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	0	0,00%	-0,01%
20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	4	0,71%	-0,38%
21 - Fabricação de produtos farmacêuticos de base	0	0,00%	-0,19%
22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	5	0,89%	-0,65%
23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	33	5,86%	-0,57%
24 - Indústrias metalúrgicas de base	2	0,36%	-0,16%
25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	123	21,85%	3,71%
26 - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	1	0,18%	-0,28%
27 - Fabricação de equipamento elétrico	5	0,89%	-0,20%
28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	11	1,95%	-0,32%
29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis	3	0,53%	-0,18%
30 - Fabricação de outro equipamento de transporte	0	0,00%	-0,32%
31 - Fabrico de mobiliário e de colchões	25	4,44%	-3,39%
32 - Outras indústrias transformadoras	18	3,20%	-1,42%
33 - Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	21	3,73%	-0,81%

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, 2012.

A leitura do Valor Acrescentado Bruto (VAB) coloca em evidência a fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos com 48% do VAB total da na Sub-região da Beira Baixa. Este valor é explicado pela presença das empresas do setor em Vila Velha de Ródão.

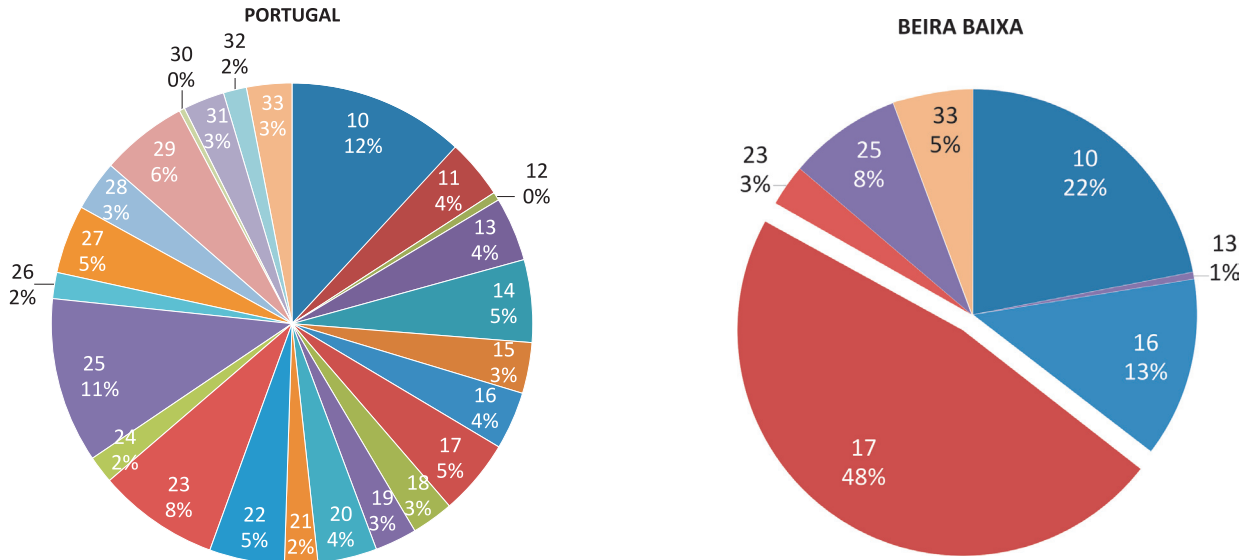


Figura 9. VAB das empresas das indústrias transformadoras, na Sub-região e em Portugal, 2011.

LEGENDA: Classificação INE: **10** - Indústrias alimentares; **11** - Indústria das bebidas; **12** - Indústria do tabaco; **13** - Fabricação de têxteis; **14** - Indústria do vestuário; **15** - Indústria do couro e dos produtos do couro; **16** - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria; **17** - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos; **18** - Impressão e reprodução de suportes gravados; **19** - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; **20** - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos; **21** - Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas; **22** - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; **23** - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos; **24** - Indústrias metalúrgicas de base; **25** - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos; **26** - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos; **27** - Fabricação de equipamento elétrico; **28** - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; **29** - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis; **30** - Fabricação de outro equipamento de transporte; **31** - Fabrico de mobiliário e de colchões; **32** - Outras indústrias transformadoras; **33** - Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas, 2012.

Quando se analisa os dados do comércio, é possível identificar uma cadeia de valor no setor agroalimentar, desde as atividades do setor primário ao terciário, sendo contudo evidente a necessidade de aposta e estruturação do setor, dado o número ainda escasso de unidades.

Apesar de não sobressair na análise de especialização económica do território, o turismo é uma área de potencial de revitalização para a Beira Baixa. Os diversos focos de atração turística, como o Geopark, Aldeias de Xisto, Aldeias Históricas, Tejo Internacional, núcleo termal de Monfortinho, Serra da Malcata, que aliás foram na sua maioria alvo de PROVERE, possuem uma diversidade de oferta notória, desde o património natural, ao paisagístico ou ao cultural arquitetónico/rural.

- 1) As marcas e patentes surgem como um indicador central nas recomendações da Comissão Europeia e nas estratégias de Especialização Inteligente. O seu valor informa acerca do conhecimento disponível nas empresas e instituições dedicadas à investigação, e da capacidade de inovar das indústrias ou setores mais competitivos. A análise ao registo de patentes revela uma produção científica local ainda residual face às previsíveis necessidades do tecido empresarial característico da Sub-região, nomeadamente o setor agrícola. Apesar deste contexto, existem diversas entidades de relevo, sendo

exemplo o Instituto Politécnico de Castelo Branco, o Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional, o InovCluster - Associação do Cluster Agroindustrial do Centro e a CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar.

- 2) A escassa abertura da Sub-região está a ser progressivamente substituída por uma tendência de crescimento das exportações (concentradas em bens de pequena e média tecnologia) ainda que a uma velocidade pouco expressiva no panorama da Região Centro, sendo ainda de registar uma taxa de sobrevivência favorável em comparação com a Região Centro.

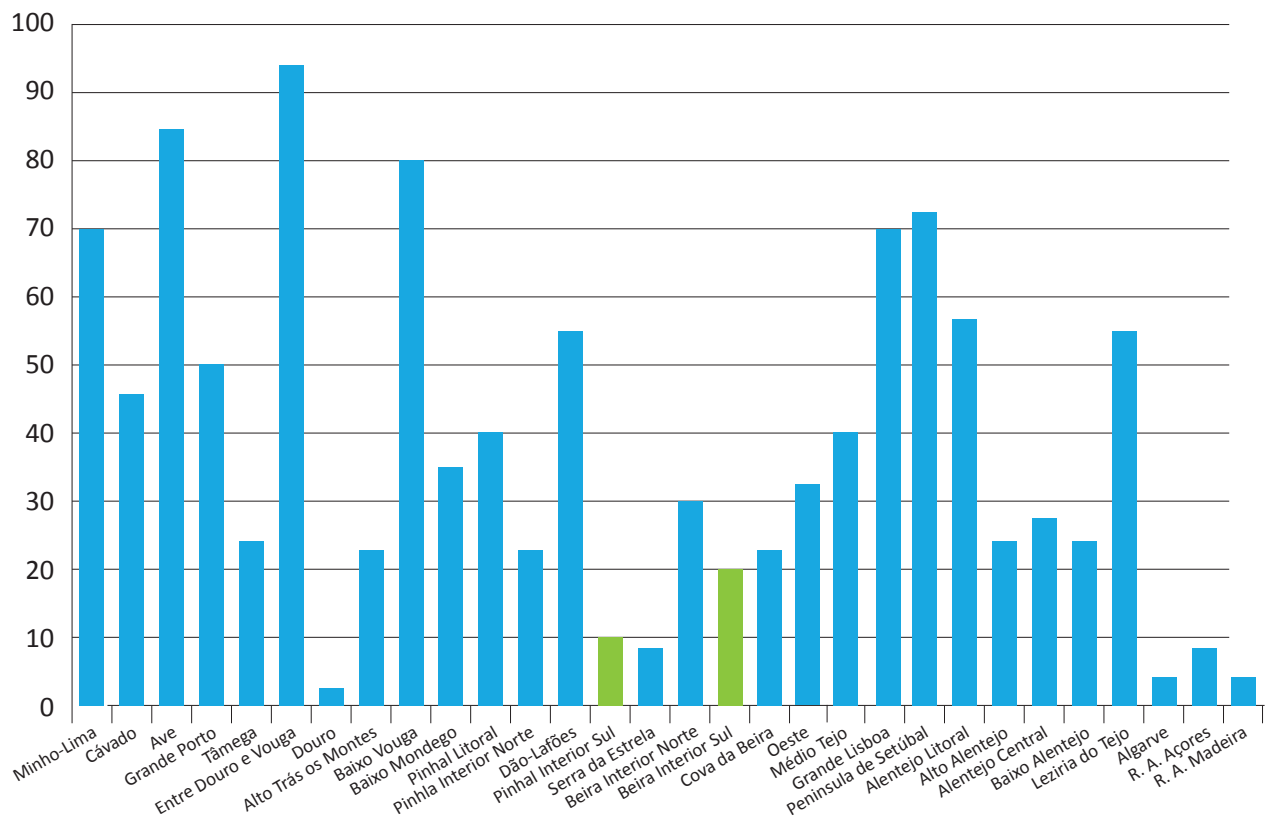


Figura 10. Grau de abertura ao comércio internacional, por NUTS III, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens, 2013.

- 3) Segundo o Anuário Estatístico da Região Centro, em 2010, a densidade de empresas no Pinhal Interior Sul e na Beira Interior Sul (regiões que constituem a Beira Baixa) era de apenas 1,9 empresas por km² (a Região Centro apresentava 8,8 empresas por km²).
- 4) A realidade visível nos dados da tabela seguinte estende-se a todos os municípios da Sub-região, embora com algumas disparidades. Quando efetuada uma análise mais detalhada, por município, verifica-se que Castelo Branco se destaca, com 4 empresas por km². Aquém destes valores, situa-se Idanha-a-Nova (0,6 empresas por km²), valor em muito explicado pela vasta extensão territorial do concelho.

Tabela 3. Indicadores de empresas, em 2010.

Unidade Geográfica	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	Pessoal ao serviço por empresa	Volume de negócios por empresa	Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas
	N.º/km ²	%		N.º	Milhares €	%
Portugal	12,4	68,51	95,8	3,4	311,5	5,3
Centro	8,8	70,63	96,1	2,9	225,3	3,8
Pinhal Interior Sul	1,9	68,19	96,1	2,6	166,7	13,2
Oleiros	0,9	71,82	96,8	2,6	267,1	52,0
Proença-a-Nova	1,9	69,43	96,2	2,4	121,7	26,1
Beira Interior Sul	1,9	73,51	97,3	2,5	147,9	21,3
Castelo Branco	4,0	72,59	97,2	2,5	138,7	16,3
Idanha-a-Nova	0,6	76,82	98,4	2,0	71,8	25,8
Penamacor	0,8	80,46	97,2	2,0	140,9	54,2
Vila Velha de Ródão	0,8	70,93	96,5	3,1	622,2	86,6

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2011.

- 5) De acordo com os últimos dados disponíveis da despesa em atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e estabelecendo uma comparação com outras regiões NUTS III, a proporção do PIB dedicada a estas atividades na Beira Interior Sul, é de 0,58%, encontra-se muito aquém do pretendido, em particular tendo em conta a meta 2020 estabelecida por Portugal (2,7 a 3,3%). Os dados do Pinhal Interior Sul são tão residuais que não são apresentados nas estatísticas do INE.

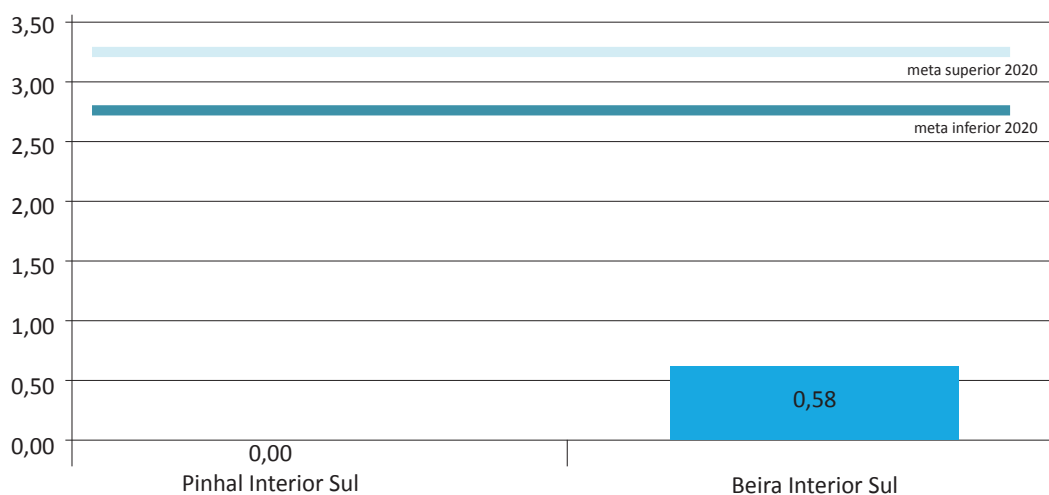


Figura 11. Despesa em I&D no PIB, em 2011 (seleção de sub-regiões).

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2012.

- 6) Relativamente à repartição da despesa em I&D por tipo de instituição, existe um desequilíbrio na repartição entre o Estado (o maior contribuidor) e as restantes entidades na NUTS III da Beira Interior Sul (figura seguinte).

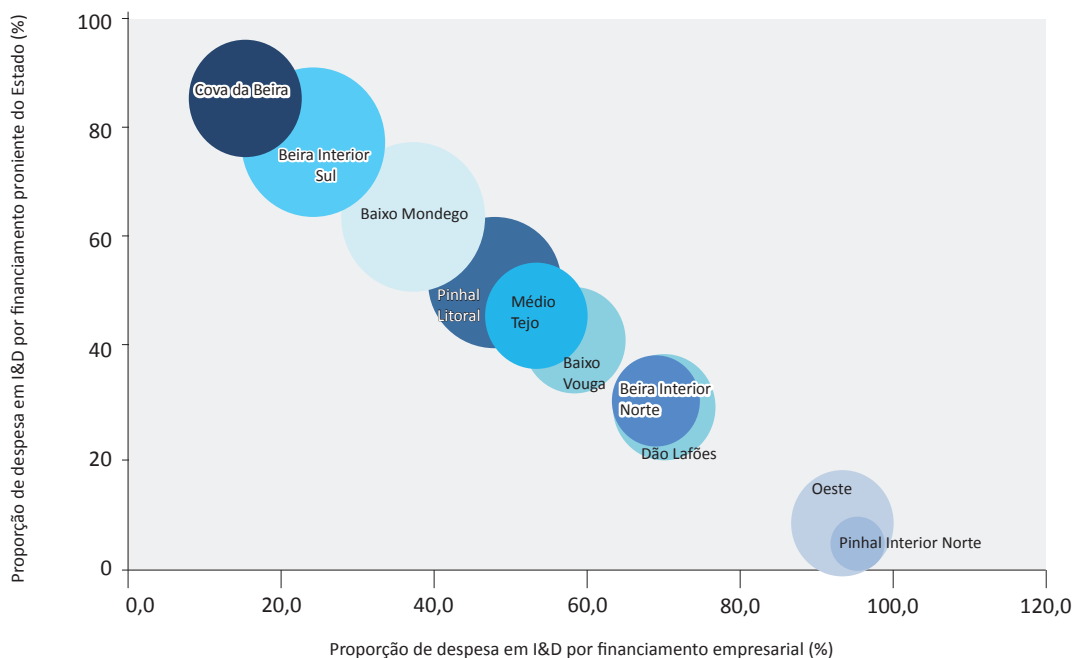


Figura 12. Repartição da despesa em I&D, em 2011 (NUTS III da Região Centro).

Nota: A dimensão dos círculos corresponde à despesa média em I&D por unidade de investigação. Não existem dados para o Pinhal Interior Sul.

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2012.

7) Relativamente aos recursos humanos da Sub-região da Beira Baixa, estes seguem um padrão de qualificação semelhante à média regional e nacional, que se caracteriza pelo predomínio de indivíduos com o ensino básico e pela escassez de elementos com qualificação média e superior. Na Sub-região da Beira Baixa, de acordo com a informação dos censos 2011, registam-se cerca de 30% de indivíduos com o ensino superior completo e 28% com o secundário.

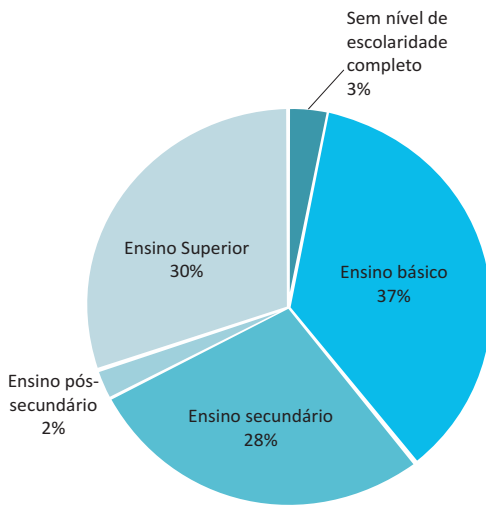


Figura 13. População residente com 30 a 34 anos de idade, por nível de escolaridade, em 2011.

Fonte: INE, Censos 2011.

A análise realizada no domínio do **Crescimento Sustentável** teve por base os programas e indicadores na área da energia e gestão de recursos. Neste domínio, a Beira Baixa possui o seguinte quadro:

- 1) Em termos biofísicos, a Beira Baixa possui no seu território um conjunto de elementos naturais relevantes no âmbito nacional, onde se destacam as áreas protegidas, os recursos hídricos e a mancha florestal existente, que constituem valores estruturantes do ponto de vista do equilíbrio ambiental e qualidade atmosférica e fundamentais para a conservação da natureza e dos habitats naturais.

Na paisagem é possível diferenciar claramente dois conjuntos geomorfológicos – planície e serra - estando marcados pelas características geológicas da área em estudo (xistos com presença de serras quartzíticas). A Noroeste da Sub-região da Beira Baixa destacam-se as serras do Sistema Central contíguas à Serra da Estrela: a Norte, a Serra da Malcata, que constitui o limite sub-regional da Beira Baixa e que revela continuidade na Serra de Gata espanhola; e a unidade constituída pelas Serras da Gardunha, Alvéolos e Moradal, a Oeste. Estas serras constituem espaços com um valor ecológico muito elevado, uma vez que são áreas de procriação e refúgio de várias espécies animais, bem como local onde nasce grande parte dos rios mais importantes da Região (como o rio Aravil).

O rio Tejo tem aqui um papel fundamental enquanto fronteira entre Portugal e Espanha e, simultaneamente, como fator articulador e estruturante da Região, do ponto de vista ambiental e paisagístico. Na bacia hidrográfica do Tejo destaca-se o seu maior afluente rio Zêzere que atravessa a Sub-região, assim como outros rios afluentes como o Pônsul, Avaril, Erges, Ocreza, entre outros. A densidade da rede hidrográfica oferece boas condições para o armazenamento de água e para a produção hidroelétrica. Para além das grandes barragens com aproveitamento hidroelétrico, existem diversas pequenas barragens e represas por todo o território, que abastecem as culturas de regadio, existindo projetos de expansão de centrais mini-hídricas em exploração.

Destaca-se, no âmbito da gestão dos recursos hídricos, a cooperação territorial entre Portugal e Espanha no Tejo Internacional, que abrange a Sub-região da Beira Baixa. Neste contexto, o Plano Estratégico do Tejo Internacional revela-se uma ferramenta fundamental para articular políticas de ordenamento e desenvolvimento regional, com vista a uma gestão integrada e responsável deste recurso. De referir ainda que existem na Sub-região da Beira Baixa importantes recursos termais, com destaque para as Termas de Monfortinho.

- 2) O uso do solo constitui também um elemento distintivo neste território marcadamente rural, onde é possível verificar a preponderância das paisagens florestais e agrícolas. Numa Região cuja precipitação é escassa, os solos apresentam-se pouco desenvolvidos pelo que se pratica, fundamentalmente, uma agricultura de sistema extensivo. No que se refere à área florestal, predomina o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e, em menor medida, de eucalipto (*Eucalyptus sp.*), sendo também importante a presença de mata autóctone de azinheiras (*Quercus ilex subs. ballota*) e sobreiros (*Quercus suber*). **A grande mancha florestal presente na Beira Baixa constitui um elemento essencial para o equilíbrio ambiental do território e um importante meio para o desenvolvimento local e regional, pela possibilidade de exploração dos seus subprodutos como a madeira, a resina, o turismo cinegético, etc.** Verificam-se, no entanto, alguns constrangimentos em termos de gestão florestal que dificultam a exploração dos

seus recursos, agravados pela elevada fragmentação da propriedade e a dificuldade dos produtores florestais em aceder a fundos comunitários. Os riscos naturais referentes a ondas de calor e incêndios florestais que assolam esta Região são também um dos constrangimentos.

- 3) O mapa seguinte apresenta o zonamento efetuado no âmbito do Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul onde é possível verificar as zonas sensíveis para a conservação (Áreas Protegidas, Sítios da Diretiva Habitat, Zona de Proteção Especial da Diretiva Aves), assim como as zonas de maior risco de incêndio, o regime florestal e os corredores ecológicos definidos em faixas de 3km de largura máxima, ligados aos eixos fluviais.

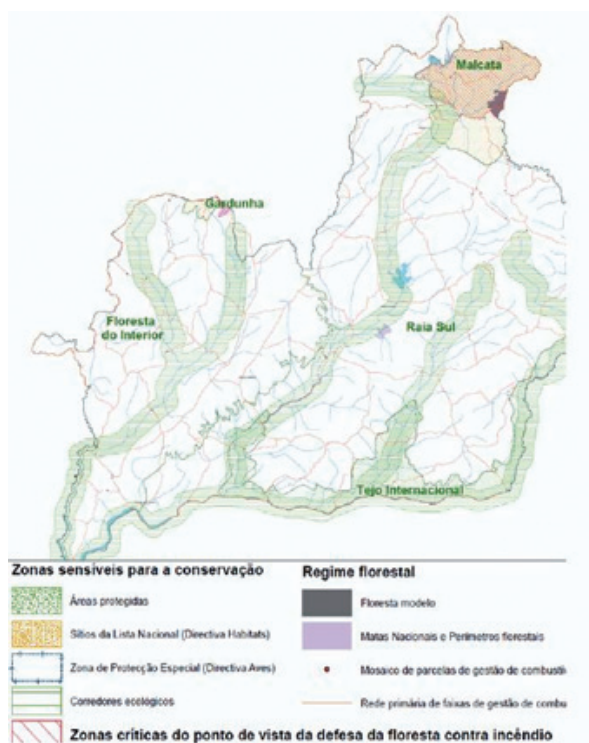


Figura 14. Zonamento do Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul.

Fonte: Governo de Extremadura – Estratégia territorial do Tejo Internacional.

A Beira Baixa integra um conjunto significativo de áreas de proteção que merecem destaque pela importância ambiental e cultural que possuem:

- Parque Natural do Tejo Internacional;
- Reserva Natural da Serra da Malcata;
- Monumento Nacional das Portas de Ródão;
- Sítios da lista nacional da Rede Natura 2000 (Diretiva habitat): Gardunha e Malcata.

De modo a valorizar o vasto património natural existente, foi criado o primeiro Geoparque constituído em território português, o Geopark Naturtejo da Meseta Meridional. Este é gerido por uma empresa

intermunicipal (Naturtejo - Empresa de Turismo, EIM) que agrupa municípios da Beira Interior Sul, Pinhal Interior e Alto Alentejo, com uma superfície total de mais de 4600 km².

- 4) De uma forma geral, toda a Sub-região apresenta valores baixos de emissões de poluentes atmosféricos (gases acidificantes e eutrofizantes, precursores de ozono, partículas e metais pesados), no entanto, há que destacar os municípios de Penamacor e Proença-a-Nova com os resultados mais favoráveis. Por sua vez, Vila Velha de Ródão apresenta uma concentração mais elevada de óxidos de enxofre (SO_x), óxidos de azoto (NO_x), compostos orgânicos voláteis não-metânicos (COVNM) e Dióxido de Carbono (CO₂), como consequência do tecido industrial existente no concelho.

Tabela 4. Emissões totais² incluindo fontes naturais³ (valores em t/km²), por concelho em 2009.

Concelho	Castelo Branco	Idanha-a-Nova	Penamacor	Vila Velha de Ródão	Oleiros	Proença-a-Nova
Área (km ²)	1439,40	1416,34	563,62	329,96	469,66	394,94
SO _x	0,062	0,035	0,034	2,623	0,033	0,038
NO _x	0,907	0,393	0,435	2,258	0,451	0,607
NH ₃	0,318	0,437	0,213	0,197	0,061	0,125
COVNM	5,650	6,330	6,095	6,378	5,203	3,850
PM ₁₀	0,286	0,133	0,129	2,924	0,112	0,176
Pb	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Cd	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Hg	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
CH ₄	1,982	0,808	0,700	1,050	0,636	1,120
CO ₂	134	49	56	208	61	85
N ₂ O	0,125	0,183	0,082	0,092	0,024	0,044

- 5) No que se refere ao consumo de energia, Portugal foi o terceiro país da União Europeia (UE15) com maior incorporação de energias renováveis na sua produção energética (2010). A posição de Portugal reforçou-se relativamente a 2009, devido ao forte aumento na produção hídrica (atingindo os 86%) e ao acréscimo de 21% na produção eólica. No contexto regional, entre 2000 e 2010, verifica-se um aumento do consumo de energia elétrica por habitante, seguindo a tendência nacional.

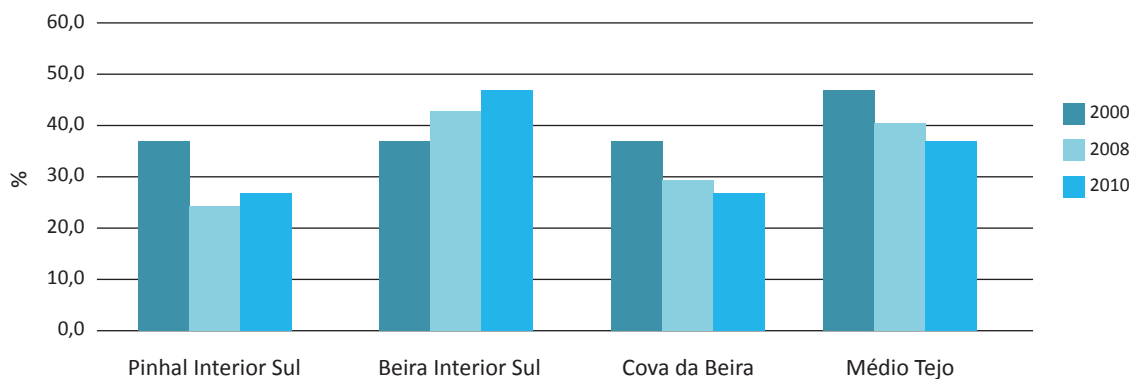


Figura 15. Proporção de energia elétrica consumida pela indústria (%), em 2000, 2008 e 2010, nas NUTS III.

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2001, 2009 e 2011; INE, Anuário Estatístico da Região LVT, 2001.

2 As emissões totais englobam as emissões pontuais (correspondentes às emissões das principais unidades industriais instaladas no território, neste caso, a unidade industrial de pasta de papel de Vila Velha de Ródão) e as emissões em área.

3 Considera-se como fonte natural o fogo florestal e outros elementos.

- 6) A análise da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis revela a posição privilegiada do distrito de Castelo Branco no contexto nacional, em 2012, apenas ultrapassado por Bragança, Vila Real, Viseu e Coimbra. No distrito de Castelo Branco, a produção de energia a partir de renováveis é fundamentalmente relativa a energia eólica. Ressalve-se, no entanto, o reduzido número de projetos municipais e de cooperação intermunicipal, no âmbito da eficiência energética e das emissões de gases com efeito de estufa.

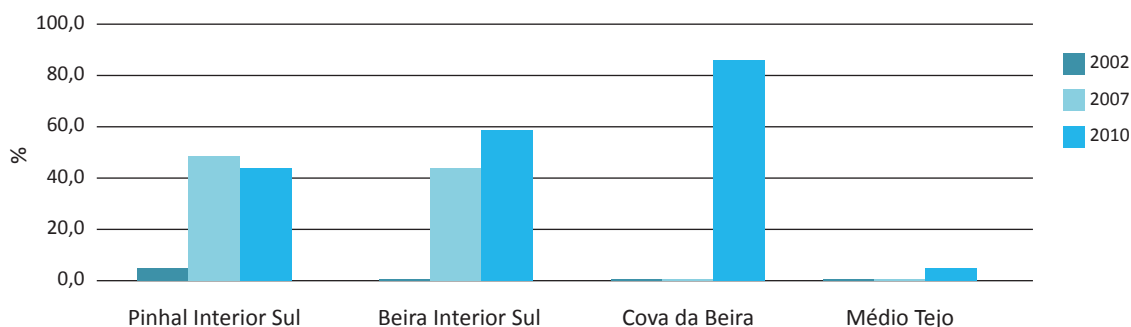


Figura 16. Proporção de energia elétrica produzida em centrais eólicas por Sub-região.

Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia (extraído de INE), 2012 (in datacentro.ccdrc.pt).

- 7) No que se refere ao consumo de energia elétrica pela indústria, entre 2000 e 2010, assiste-se a uma diminuição dos valores da Sub-região do Pinhal Interior Sul (29% em 2010) e, pelo contrário, a uma subida registada na Beira Interior Sul, correspondendo a 47,7% do total consumido, em 2010.
- 8) No que se refere a infraestruturas básicas, os municípios têm definido como prioridade a melhoria das redes de abastecimento de água, de saneamento e de recolha de RSU, no sentido de oferecer à população residente e visitante todas as condições básicas de qualidade ambiental.
- 9) A Águas do Centro, S.A. é, por um período de 30 anos, detentora da concessão de Gestão e Exploração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Raia, Zêzere e Nabão. Este sistema abrange, na componente designada “em alta”, os municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão da Sub-região da Beira Baixa⁴, de acordo com o estabelecido no contrato de concessão. Por sua vez, o município de Penamacor é abrangido pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Alto Zêzere e Côa⁵ ao qual foi concessionado o sistema. Na componente “em baixa” são os serviços municipalizados que efetuam a distribuição.

Em termos de abastecimento de água, destacam-se a conclusão e entrada em funcionamento das empreitadas de reforço do abastecimento de água nos últimos anos que permitem servir quase a totalidade da população. As intervenções efetuadas na rede refletem-se no grau de cobertura da população no que se refere a sistemas públicos de abastecimento de água: a Sub-região da Beira Interior Sul apresenta uma cobertura de 100% e o Pinhal Interior Sul de 97%.

⁴ Além destes concelhos, o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Raia, Zêzere e Nabão abrange os concelhos de Alvaiázere, Castanheira de Pera, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Sertã, Tomar, Entroncamento, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha.

⁵ O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Alto Zêzere e Côa abrange os concelhos de Aguiar da Beira, Almeida, Belmonte, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal, Fornos de Algodres, Gouveia, Oliveira do Hospital e Seia.

- 10) O reforço da rede de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) resultou em importantes melhorias no tratamento das águas residuais, com um impacto significativo na qualidade de vida da população residente mas esta cobertura ainda não abarca a totalidade da população, sendo mais grave nos municípios que constituem o Pinhal Interior Sul (em 2009 apenas 48% da população era abrangida por ETAR).
- 11) Em termos de qualidade das águas superficiais da bacia hidrográfica do Tejo que abarca este território, registam-se importantes melhorias apresentando atualmente níveis considerados “bom” e “muito bom” em todos os pontos de análise.

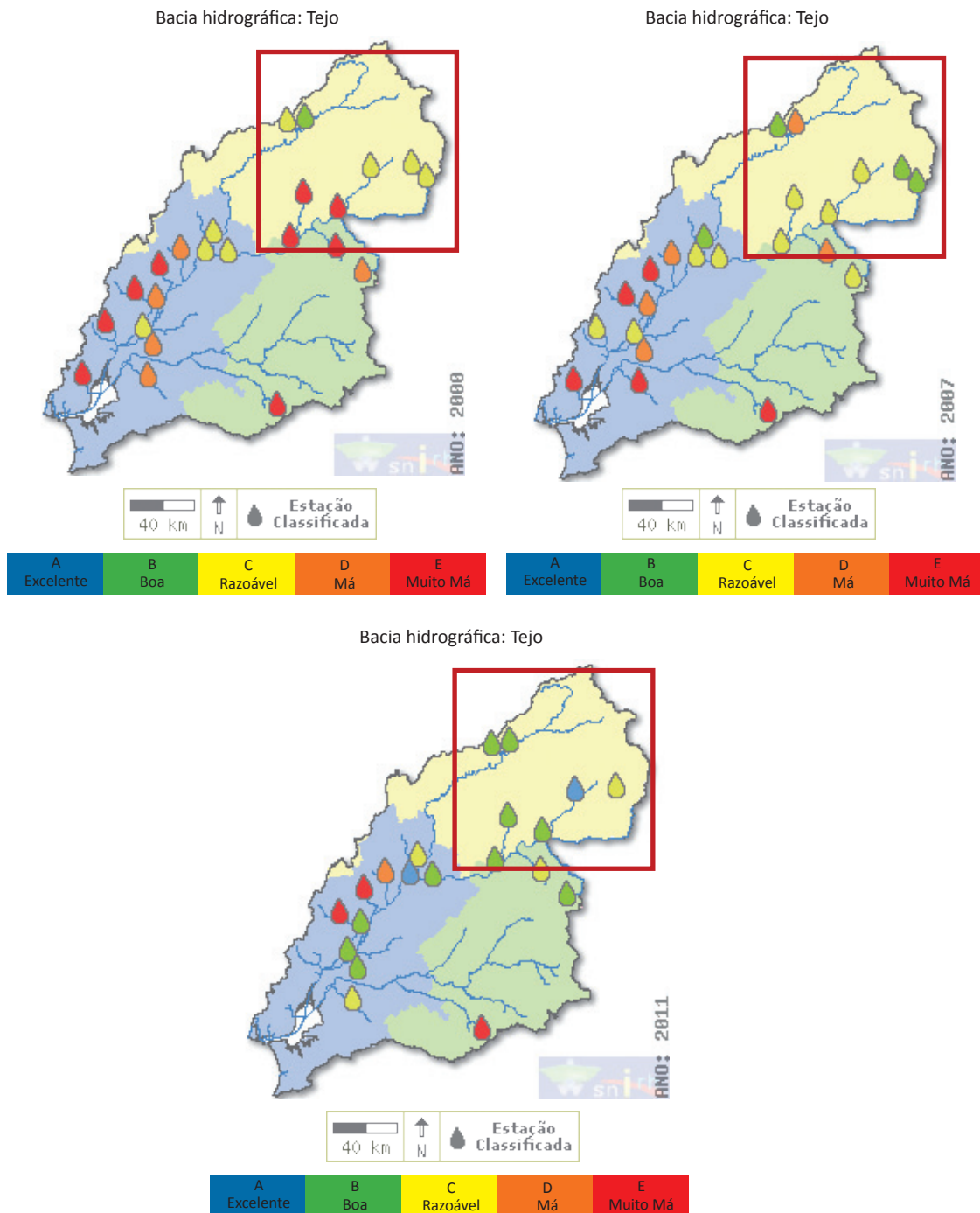


Figura 17. Qualidade da água na bacia hidrográfica do Tejo, em 2000, 2007 e 2011.

Fonte: SNIRH, 2013.

12) A Resiestrela e a Valnor são as empresas responsáveis pela concessão do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's) provenientes dos municípios que integram o sistema: a Resiestrela⁶ abrange o concelho de Penamacor e a Valnor⁷ os restantes municípios. O tratamento e valorização são feitos através de um moderno Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Urbanos (RU).

Foram efetuados investimentos em infraestruturas e equipamentos, financiados por Quadros Comunitários anteriores que permitiram o encerramento de várias lixeiras a céu aberto, com o objetivo de reduzir substancialmente os focos de poluição ambiental, nomeadamente, a emissão de gases atmosféricos poluentes e a contaminação do solo e dos aquíferos.

Como forma de responder a novos desafios, a Valnor tem investido também em projetos na área de Investigação e Desenvolvimento, individualmente ou através de parcerias, com o objetivo de otimizar os processos existentes.

13) Foram realizadas diversas obras de requalificação urbana e implementados projetos de valorização do espaço que permitem favorecer a qualidade de vida da população e potenciar o turismo local.

As PRU, financiadas pelos Programas Operacionais Regionais, visaram apoiar ações dirigidas à revitalização integrada de espaços intraurbanos, tendo como suporte uma estrutura de parceria local alargada (município, serviços desconcentrados da administração central, ONG, empresas, etc.).

Tabela 5. Projetos aprovados⁸ no âmbito das PRU – Eixo 3. Coesão local e regional.

Designação da operação	Beneficiário	Investimento total aprovado (€)	Custo total elegível aprovado (€)
Requalificação Urbanística e Valorização Paisagística do Espaço Público do Centro Histórico	Município de Castelo Branco	1.345.099,96	1.256.105,01
Requalificação Urbanística e Valorização Paisagística do Espaço Público do Centro Cívico	Município de Castelo Branco	1.964.080,73	1.895.786,22
Requalificação Urbanística da Envolvente à Estação Ferroviária	Município de Castelo Branco	5.987.494,29	4.726.564,68
Museu do Brinquedo	Município de Castelo Branco	850.391,59	848.732,45
Centro de Interpretação do Jardim do Paço	Município de Castelo Branco	187.332,50	182.598,36
Adaptação de edifício para Instalação/ Adaptação do Museu Cargaleiro	Município de Castelo Branco	1.096.615,64	1.092.605,49
Requalificação das Capelas do Espírito Santo e da Sra. da Piedade	Fábrica Igreja Paróquia São Miguel Sé Castelo Branco	214.167,75	174.120,12

6 Concelhos abrangidos: Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal Trancoso e Covilhã (cliente externo).

7 Concelhos abrangidos: Abrantes, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo Branco, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Idanha-a-Nova, Mação, Marvão, Monforte, Nisa, Oleiros, Ponte de Sor, Portalegre, Proença-a-Nova, Sardoal, Sertã, Sousel, Vila de Rei, Vila Velha de Rodão.

8 Dados atualizados; projetos aprovados até 31 de agosto de 2013 (in <http://www.maiscentro.qren.pt>).

Designação da operação	Beneficiário	Investimento total aprovado (€)	Custo total elegível aprovado (€)
Reabilitação da Capela da Nossa Senhora da Piedade	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima	74.656,18	74.656,18
Cidade Viva - Gabinete de Reabilitação Socio-Habitacional do Centro Histórico e Cívico	AMATO LUSITANO - Associação de Desenvolvimento	289.199,17	240.468,95
Requalificação da área envolvente ao Ribeiro de Santa Margarida	Município de Proença-a-Nova	2.493.050,81	1.813.496,74
Requalificação Urbana da Rua Alfredo Lopes Tavares	Município de Proença-a-Nova	159.545,01	115.403,31
TOTAL		14.779.003,16	12.537.907,04

Fonte: Mais Centro (in <http://www.maiscentro.qren.pt>).

Neste território, foram aprovadas diversas intervenções, todas elas nos municípios de Castelo Branco e de Proença-a-Nova, nomeadamente, nos centros históricos e em edifícios de elevado interesse cultural, no sentido de tornar as áreas urbanas mais funcionais e fomentar projetos de animação local. Os projetos financiados pelo Mais Centro em Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) no território da Beira Baixa envolviam 14.779.003,16€ de investimento total aprovado, até 31 de agosto de 2013. O regulamento das Parcerias para a Regeneração Urbana permitiu a revitalização urbana e melhoria da qualidade de vida da população.

No domínio do **crescimento inclusivo**, foram também analisados os programas e os resultados alcançados em termos de emprego, integração e social e outras áreas. Os principais resultados são os seguintes:

- 1) No âmbito do mercado de trabalho, a União Europeia estabelece como meta 2020 que 75% da população, entre os 20 e os 64 anos, esteja empregada. Em 2011, verifica-se que o valor é de 66% na Beira Interior Sul e de 63% no Pinhal Interior Sul, distanciando-se significativamente da meta 2020.

Tabela 6. Taxa de emprego no grupo etário 20-64 anos, nas NUTS III, em 2011.

Unidade Territorial	População empregada 20-64 anos	População residente 20-64 anos	Taxa de Emprego 20-64 anos
Portugal	4250936	6414535	66%
Centro	917061	1368631	67%
Serra da Estrela	14493	24253	60%
Beira Interior Sul	27330	41650	66%
Pinhal Interior Sul	13173	20981	63%

Fonte: INE, Censos 2011 / SPI.

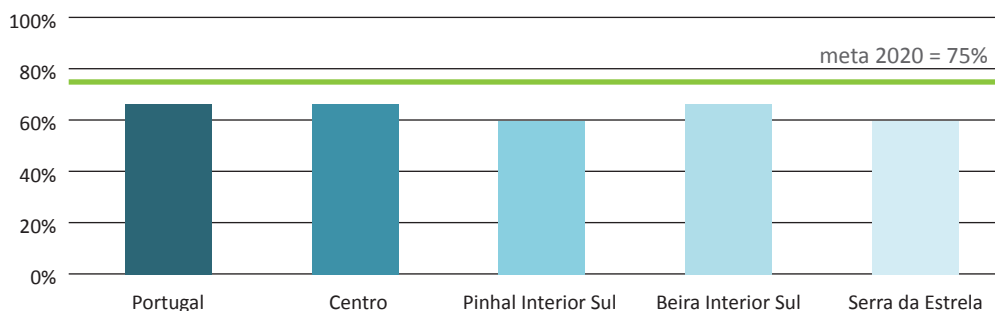


Figura 18. Taxa de emprego no grupo etário 20-64 anos, nas NUTS III, em 2011.

Fonte: INE, Censos 2011 / SPI.

- 2) A taxa de desemprego tem sofrido um aumento evidente. Saliente-se que em 2011 na Beira Interior Sul houve um créscentimo de aproximadamente cinco pontos percentuais ao nível do desemprego.

Tabela 7. Taxa de desemprego, em 2001 e 2011.

Unidade Territorial	2001	2011	Varição
Portugal	6,7	13,18	6,48
Centro	5,7	10,98	5,28
Pinhal Interior Sul	5,90	9,12	3,22
Oleiros	3,40	5,09	1,69
Proença-a-Nova	6,50	9,72	3,22
Serra da Estrela	7,80	13,71	5,91
Beira Interior Sul	5,90	10,64	4,74
Castelo Branco	5,40	10,57	5,17
Idanha-a-Nova	8,20	11,90	3,70
Penamacor	7,90	10,99	3,09
Vila Velha de Ródão	6,40	8,27	1,87

O valor do desemprego feminino é particularmente preocupante, revelando problemas ao nível da igualdade de género e de equilíbrio social.

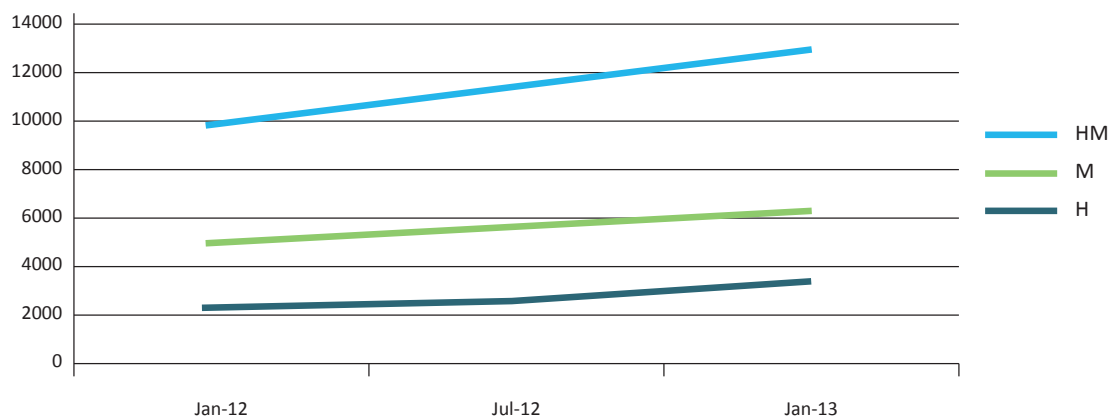


Figura 19. Desemprego registado na Beira Baixa, entre janeiro de 2012 e janeiro de 2013, segundo o género.

Fonte: IIEFP, Estatísticas Mensais, janeiro 2012, julho 2012, janeiro 2013.

- 3) No que se refere à qualificação média e superior da população é premente a aposta em políticas específicas que incentivem a instrução da população. O perfil dos recursos humanos das sub-regiões em análise segue um padrão de qualificação semelhante à média regional e nacional, caracterizado pela carência de indivíduos com qualificação média e superior. Persistem todavia, apesar dos investimentos em educação e formação, assimetrias significativas ao nível da capacidade de atração e retenção de alunos nas modalidades de educação/formação orientadas para adultos. Neste campo é importante aferir a capacidade dos programas em vigor para estarem devidamente em sincronia com a oferta e procura de competências por parte do tecido económico.

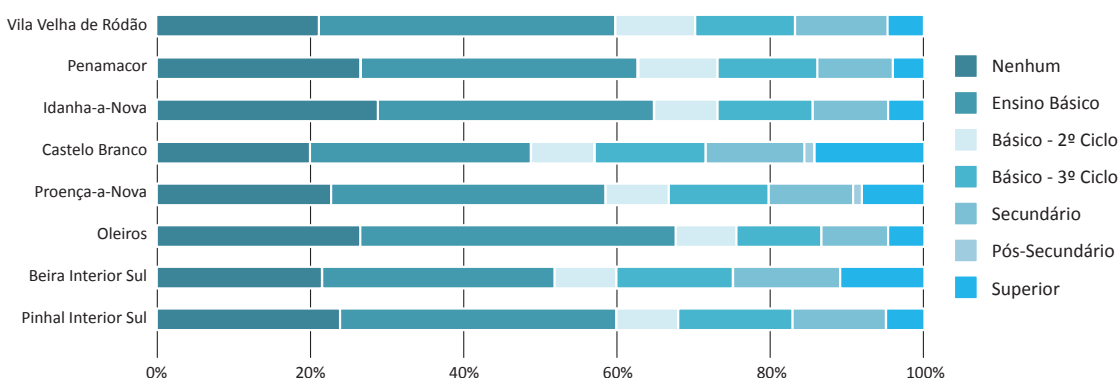


Figura 20. População residente segundo o nível de instrução mais elevado completo, por município, em 2011.

Fonte: INE, Censos 2011.

- 4) O ciclo de investimento nas infraestruturas escolares não se traduziram na resolução de problemas como o abandono escolar como é o caso da taxa de retenção e desistência do ensino básico. A nível futuro é importante fazer acompanhar investimentos no parque escolar com programas de cariz imaterial.
- 5) No que se refere à taxa de retenção e desistência no ensino básico, em 2011, o valor deste indicador era de 6,7% no Pinhal Interior Sul e de 7,4% na Beira Interior Sul, valores inferiores aos 7,5% de Portugal mas superiores aos 6,5% da Região Centro. A nível municipal, sendo cenários distintos em cada um dos níveis do ensino básico, ressaltam negativamente na análise os valores de Idanha-a-Nova (tabela seguinte).

Tabela 8. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, em 2010/2011.

Unidade territorial	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Portugal	7,5	3,3	7,4	13,3
Centro	6,5	2,8	6,2	11,5
Serra da Estrela	7,3	2,5	5,2	14,5
Pinhal Interior Sul	6,7	2,7	6,1	11,4
Oleiros	5,2	1,0	1,5	11,9
Proença-a-Nova	4,1	2,2	0,7	7,9
Beira Interior Sul	7,4	3,0	6,9	13,3
Castelo Branco	6,4	2,1	6,4	12,1
Idanha-a-Nova	14,6	9,5	12,8	23,5
Penamacor	9,3	4,0	7,4	16,7
Vila Velha de Ródão	3,8	1,6	2,6	6,6

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2011.

- 6) A percentagem de indivíduos que se situam abaixo do limiar de pobreza corresponde à porção daqueles que dispõem de um rendimento anual líquido inferior a 60% do rendimento mediano (por adulto equivalente) no país. Atendendo ao valor médio anual das pensões, esta situação revela que cerca de 45% da população da Beira Baixa vive com menos de 387 euros por mês (valores médios) após as transferências sociais (pensões, subsídio de desemprego, rendimento social de inserção).

Tabela 9. Percentagem da população residente da Beira Baixa beneficiária das transferências sociais, em 2011.

Tipo de Transferência Social	População beneficiária (valor bruto)	População beneficiária (%)	Valor médio anual (euros)	Valor médio mensal (euros)
Pensões (invalidez, velhice, sobrevivência)	34385	38,61%	5 421,2 euros	387,2 euros
Subsídio de Desemprego	3361	3,77%	4 865,4 euros	347,5 euros
Rendimento social de inserção	2400	2,69%		
Total	40146	45,08%		

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2011 - SPI adaptado.

- 7) O quantitativo populacional da Beira Baixa em risco de pobreza distancia-se drasticamente da meta 2020 comprometida com Portugal – menos de 7,4% da população em risco de pobreza. Esta situação revela um equilíbrio social confrangedor ao qual acresce a necessidade das dinâmicas locais de ação social continuarem a realizar continuamente e efetivamente as devidas sinalizações de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza.

3.2 Breve abordagem aos fundos estruturais atribuídos à Beira Baixa

Considerando a importância dos fundos estruturais do QREN para o desenvolvimento da sub-Região da Beira Baixa, apresenta-se de seguida uma síntese dos projetos e dos valores atribuídos pelos diversos programas operacionais temáticos (Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC), Programa Operacional Valorização Territorial (POVT) e Programa Operacional Potencial Humano (POPH)) e regional para o território da Beira Interior Sul (a informação para a CIMBIS ainda não foi disponibilizada pela CCDRC).



Figura 21. Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar - Castelo Branco.

Fonte: Revista - Uma Perspetiva para a Beira Interior Sul - a importância do QREN nas estratégias territoriais de desenvolvimento - (CCDRC, 2013)

De acordo com os dados disponibilizados pela CCDRC, na Revista “Uma Perspetiva para a Beira Interior Sul – a importância do QREN nas estratégias territoriais de desenvolvimento” (CCDRC, 2013) foi financiado até ao momento, um conjunto relevante de projetos da Sub-região da Beira Interior Sul contemplando os seguintes valores:

- **Programa Operacional Regional Mais Centro:** 56 milhões de euros;
- **POFC:** 20 milhões de euros;
- **POVT:** 26 milhões de euros;
- **POPH:** 2 milhões de horas de formação financiada/ano;
- **Total de 104 M de euros de FEDER e Fundo de Coesão.**

Refira-se que uma percentagem significativa do FEDER aprovado no Mais Centro foi afeto a importantes investimentos direcionados às escolas, empresas, regeneração urbana, mobilidade territorial e infraestruturas científicas e tecnológicas.

Foram aprovados, até ao presente ano, 56 milhões de euros, dos quais 8,2 milhões de euros no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, de âmbito regional. A sustentabilidade e valorização ambiental têm um papel estruturante no território em análise, onde aproximadamente 12% do território da Beira Interior Sul é área protegida. Neste âmbito, foram investidos 3,6 milhões de euros em Ações de Valorização e Qualificação Ambiental.

Tabela 10. Investimento aprovado no âmbito do Mais Centro.

	Investimento aprovado	% do FEDER total
Requalificação de escolas	13 M€	85,6%
Mobilidade Territorial	9,7 M€	87,5%
Incentivos às empresas	8,2M€	43,8 – 68,1%
Equipamentos para a Coesão Local	3,7 M€	96,0%
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	3,6 M€	95,9%
Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2,9M€	66%
Regeneração urbana	1,6 M€	80,2%
Outros regulamentos	26,7 M€	-
TOTAL	56,4M€	71,1%

De acordo com o FEDER no âmbito dos dois Sistemas de Incentivos do Mais Centro com projetos aprovados (SI Inovação e SI Qualificação e Internacionalização de PME), destacam-se Castelo Branco com 18 projetos (1,7 milhões de euros de FEDER) e Idanha-a-Nova com 7 projetos (1,3 milhões de euros de FEDER).

Tabela 11. Projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos (SI) - Mais Centro.

	N.º de projetos	Investimento total	FEDER
SI Inovação	10	5,5M€	3M€
SI IDT	0	-	-
SI Qualificação e Internacionalização PME	17	2,7M€	1M€
TOTAL	27	8,2M€	4M€

No que se refere ao POVT, foram aprovados 25,7 M€ de FEDER e Fundo de Coesão, 47% dos quais para a Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento.

Tabela 12. Fundos aprovados no âmbito do POVT.

Projeto	Fundos aprovados (M€)	Peso no total aprovado no regulamento no Centro
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento	12,2 M€	4,6%
Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano	7,7 M€	9,6%
Prevenção e Gestão de Riscos	5,3 M€	23,0%
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	0,3 M€	6,3%
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	0,2 M€	0,5%
Total	25,77M€	6,1%

Fonte: CCDRC.

No que se refere à formação, foram financiadas 2,6 milhões de horas de formação por ano. O regulamento com maior número de horas de formação financiada realizada pelo PO PH na Beira Interior Sul foi dirigido a jovens no âmbito da Qualificação Inicial (Cursos Profissionais) e representou cerca de 30% em 2009 e 44% em 2010 do número total de horas de formação financiadas na Beira Interior Sul.

3.3 Matriz do Potencial 2020 – Situação Atual

Apresenta-se uma análise conclusiva que evidencia as especificidades da Beira Baixa e o seu potencial para se posicionar estrategicamente em diferentes áreas prioritárias. Destacam-se as seguintes considerações relativas ao posicionamento da Região face às prioridades e metas 2020:

Emprego

- A nível nacional, a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos corresponde a 66%, valor que se distancia significativamente da meta 2020. A nível regional, a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos corresponde a 66% na Beira Interior Sul e 63% no Pinhal Interior Sul, valor que se distancia significativamente da meta 2020.

Inovação

- A Beira Baixa apresenta um posicionamento muito desfavorável, com valores de investimento em I&D bastante inferiores à média nacional e à meta 2020 (0,6% na BIS face aos 3% da meta europeia).

- As áreas de aposta em I&D deverão alinhar-se com os setores de especialização em que a Beira Baixa apresenta vantagens competitivas, com especial destaque para o agroalimentar, floresta e turismo.

Mudanças climáticas e energia

- A concentração de gases poluentes na Beira Baixa é reduzida, um valor bastante favorável no contexto regional. Já a média das emissões de CO² na Beira Baixa é fortemente prejudicada pelo valor registado no município de Vila Velha de Ródão. Este município destaca-se dos restantes por registar um valor de CO² de 208t/km², resultado da atividade industrial existente. É importante a implementação de medidas específicas que atenuem o desequilíbrio regional existente.
- A energia elétrica produzida através de fontes renováveis sofreu um acréscimo considerável nos últimos anos devido ao forte aumento na produção hídrica e na produção eólica. O distrito de Castelo Branco registou uma produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis de 1722GWh, em 2012, um valor considerável no contexto da Região Centro. Para este acréscimo, contribuiu a instalação de diversas empresas de produção de energia renovável (biomassa, bioetanol, etc.). Paralelamente, o distrito de Castelo Branco aumentou a potência instalada de energias renováveis para um valor de 766MW (valor estimado).
- Na Sub-região da Beira Baixa, a energia eólica é a energia renovável mais relevante: a proporção de energia produzida em centrais eólicas apresentou um acréscimo significativo, representando 57,4% na Beira Interior Sul (BIS) e 45,7% no Pinhal Interior Sul (PIS), em 2010.
- O consumo doméstico de energia por habitante apresenta um valor consideravelmente mais baixo do que nas sub-regiões contíguas.
- A indústria apresenta níveis de consumo distintos em ambas as sub-regiões: entre 2000 e 2010, assiste-se a uma diminuição dos valores da Sub-região do Pinhal Interior Sul (29% da energia consumida pela indústria em 2010) e, pelo contrário, a uma subida registada na Beira Interior Sul (47,7% do total consumido).

Educação

- Os investimentos efetuados no parque escolar não permitiram ainda eliminar o problema do abandono escolar precoce. O valor médio para os países da UE-27 situou-se nos 13,5%, a Região Centro apresenta um valor de 20,5%, ainda distante do objetivo 2020 dos 10%.
- Na Sub-região do Pinhal Interior Sul, de acordo com a informação dos censos 2011, registam-se cerca de 18,8% de indivíduos com o ensino superior completo e 29% com o secundário. Já na Beira Interior Sul, registam-se valores mais próximos da meta europeia, com 31% de indivíduos com o ensino superior completo e 28% com o secundário.

Redução da pobreza e exclusão social

- Partindo-se do pressuposto que a distribuição das pensões sociais, do subsídio de desemprego e rendimento social de inserção se aplica a todas as famílias com risco de pobreza, a Região possui uma posição muito desfavorável neste domínio, com cerca de 45% da população residente a beneficiar de transferências da Segurança Social – pensões, subsídio de desemprego ou RSI.

Tabela 13. Matriz do potencial 2020 na Região da Beira Baixa.

TEMÁTICA	INDICADORES	UE		PT		SUB-REGIÃO BEIRA BAIXA	
		METAS	PREVISÕES	METAS*	ATUAL 2011	VALOR REFERÊNCIA ATUAL	META
Emprego	Taxa de emprego (faixa etária 20-64 anos)	75% da população entre os 20 e os 64 anos deverá estar empregada	73,70-74 %	Nível de 75%	69.1%	66% BIS 63% PIS (INE, 2011)	Nível de 75%
I&D/ Inovação	I&D em % do PIB	3% do PIB da EU (público e privado) deverá ser investido em I e I&D	2,65-2,72 %	2,7% a 3,3% Meta 3%	1,59% *	0,6% BIS 0,0% PIS 2008 (INE, 2011)	1%
Mudanças climáticas/ energia	Metas de redução das emissões de CO ₂	Diminuição de 20% dos gases com efeito de estufa em relação a valores de 1990	=	1%	117% em 2010**	Emissões totais CO ₂ em 2009 (média da Beira Baixa): 98,8t/km ² (APA, 2012)	1% redução de CO ₂
	Energias renováveis	20% da energia proveniente de fontes renováveis	=	31%	25,7%	Energia proveniente de fontes renováveis no consumo bruto de energia final em 2011 25,7% em Portugal (PNAER, 2012) Proporção de energia produzida em centrais eólicas, em 2010: BIS: 57,4% PIS: 45,7%	31% de eletricidade consumida, produzida com recurso a fontes de energias renováveis
	Eficiência energética (redução do consumo de energia em Mtep)	Aumento de 20% da eficiência energética, equivalente a 368 Mtep	206.9 Mtep	Aumento de 20% - Redução de 6	-23,0%	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante em 2010 Média da Beira Baixa: 1268 kWh/hab. (INE, 2011)	Aumento de 20% eficiência energética – Redução de 6 Mtep

TEMÁTICA	INDICADORES	UE		PT		SUB-REGIÃO BEIRA BAIXA	
		METAS	PREVISÕES	METAS*	ATUAL 2011	VALOR REFERÊNCIA ATUAL	META
Educação	Abandono escolar precoce (%)	Redução para 10%	10,30-10,50 %	10%	23,2%	20,5% Região Centro (INE, 2012)	Nível de 15%
	Ensino superior	Pelo menos 40% da população entre os 30 e 34 anos com o nível 3 de formação completo	37,50-38,0 %	40%	26,1%	30% Beira Baixa (INE, 2011)	35%
Redução da pobreza e exclusão social	Redução da população em risco de pobreza	Menos 20 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social	Impossível de calcular devido a diferenças nas metodologias nacionais	Menos 200.000 pessoas	2.693.000 (25,3% do total)*	45% da população Beira Baixa (INE, 2011)	Menos 25% da população

* valor 2010

** Meta Quioto/Burden sharing Europeu – não compara com meta 2020, a qual que só se aplica a emissões fora do CELE.
Fonte: SPI.

3.4 Quadro SWOT

PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
CRESCIMENTO INTELIGENTE			
<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidades - A23 - mobilidade de bens, pessoas e serviços; • Centralidade face à proximidade com a fronteira espanhola; • Linha da Beira Baixa, enquanto estrutura relevante na promoção do potencial turístico da Região; • Sistema urbano da Beira Baixa articula-se pelo eixo da Beira Interior (Guarda/Covilhã/Fundão/ Castelo Branco); • Variedade de espaços de localização empresarial; • Incubadoras de empresas, incluindo espaços especializados nas áreas potenciais da Região – setor agrícola; • Importância do IPCB enquanto instituição ao nível da ciência e tecnologia; • Predomínio de indústrias dependentes de recursos naturais; • Concentração de empresas nos setores agrícola, florestal e das pescas, na construção, no comércio por grosso ou retalho, alojamento, restauração e similares, e indústrias transformadoras; • Importância do setor agrícola, com destaque face ao papel que tem no panorama nacional da criação de ovinos e caprinos, caça e repovoamento cinegético, cultura de tabaco e de cana-de-açúcar; • Importância das indústrias alimentares na Sub-região - 22% do VAB regional; • Qualidade de produtos agroalimentares, designadamente do azeite (DOP Azeites da Beira Baixa), borrego (IPG Borrego da Beira) cabrito (IGP Cabrito da Beira) e porco (toda a Sub-região incluíse na DOP Carne de Porco Alentejano), queijo (DOP Queijos da Beira Baixa) e vinho (DOC Beira Interior), entre outros; • Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos representa 48% do VAB das indústrias transformadoras da Beira Baixa; • Sede de entidade âncora para a Região: InovCluster e outras entidades como o do CATAA em Castelo Branco; • Dinâmicas turísticas da Região – espaços e atividades de turismo; • Projetos âncora do ponto de vista turístico: Geopark Naturtejo, Aldeias de Xisto, Aldeias Históricas, Rede de Termas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Visão regional ainda muito fragmentada com apostas de carácter essencialmente municipal e associativa; • PIB per capita inferior a 75% da média europeia; • Insuficiência da produção científica face às previsíveis necessidades do tecido empresarial característico da Região e face aos desafios colocados pela crescente competitividade a nível global; • As sub-regiões de referência – Beira Interior Sul, Pínhal Interior Sul – apresentam um perfil pouco aberto da sua economia; • Baixa densidade empresarial, condicionando o desenvolvimento de sinergias e economias de aglomeração e de escala; • Escassa relevância da I&D no conjunto do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) nacional; • Escassez de indústrias inseridas em setores orientados para a diferenciação do produto e valorização da I&D; • Inexistência de investimento em I&D por parte das empresas da Região; • Áreas de localização empresarial ocupadas maioritariamente por pequenas indústrias e serviços; • Predominância de indivíduos com o ensino básico e pela escassez de elementos com qualificação média e superior. 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas favoráveis e investimento público crescente no apoio à investigação, inovação e ao empreendedorismo; • Estádio inicial do cluster agroalimentar, o que pode resultar num elevado potencial de crescimento e diversificação; • Crescimento de nichos de mercado do sector agroalimentar; • Políticas públicas nacionais de apoio ao empreendedorismo e emprego e à especialização inteligente dos territórios; • Aposta no setor primário – agricultura e floresta – como uma mais-valia do território nacional; • Aposta na investigação em setores chave – Programa Horizonte 2020; • Clusterização das atividades económicas – e.g. floresta, agroalimentar; • Cooperação transfronteiriça Portugal/Espanha e cooperação com regiões com características e desafios similares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nova organização administrativa das NUTS III – escala; • Tendência de redução dos apoios públicos; • Centralização dos investimentos nas principais aglomerações urbanas nacionais; • Fecho de serviços no interior e crescente incapacidade de retenção/atração de pessoas; • Redução da procura de capitais externos e de investimento direto estrangeiro.

PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL			
<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo considerável de energia produzida na Sub-região através de fontes renováveis, fundamentalmente, energia eólica; • Existência de condições para a exploração das fontes de energia renováveis (energia eólica, hídrica/mini-hídrica, biomassa, etc.); • Existência de um vasto coberto vegetal em toda a Sub-região que serve de matéria para a biomassa; • Boa qualidade do ar, resultado do reduzido valor de emissões de gases poluentes atmosféricos; • Melhorias significativas na qualidade da água superficial dos meios hídricos; • Densidade da rede hidrográfica do Tejo que favorece o aproveitamento agrícola e a utilização energética (hídricas e mini-hídricas); • Diversidade ambiental e valor paisagístico; • Percentagem significativa do território classificado como área protegida - Parque Natural do Tejo Internacional e Reserva Natural da Serra da Malcata, serra da Gardunha e património natural classificado; • Investimentos públicos na reabilitação urbana e na valorização dos espaços rurais (Aldeias Históricas, Aldeias de Xisto); • Afirmção de Castelo Branco no eixo urbano Guarda/Covilhã/Fundão/Castelo Branco; • Capacidade de atração de empresas de exploração dos recursos naturais (matéria-prima e transformação de produtos). 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte dependência energética externa de combustíveis fósseis; • Obstáculos financeiros dos municípios dificultam a implementação de projetos ambientais para a melhoria da eficiência energética; • Reduzido número de projetos de cooperação intermunicipal para a promoção da eficiência energética e da mobilidade sustentável; • Existência de riscos naturais que causam diversos constrangimentos, com destaque para a dificuldade de controlo e prevenção de fogos florestais que contribuem para a emissão de GEE; • Impacto do tecido industrial nas emissões de gases poluentes; • Reduzida valorização dos recursos naturais para utilização energética (hídrica, biomassa, eólica); • Inexistência de uma gestão sustentável da floresta, agravada pela elevada fragmentação da propriedade; • Antiguidade e desadequação das redes de distribuição de água e eletricidade que poderão dificultar a eficiência energética; • Rede de ETARs de água ainda não se encontra generalizada a todo o território; • Baixos níveis de reciclagem, apesar da evolução positiva registada nos últimos anos; • Predominância de edifícios antigos e mal preparados em termos de isolamento de calor, que originam perdas de calor, um obstáculo à eficiência energética; • Fragilidade do sistema urbano regional (policentrismo); • Risco de despovoamento aliado a uma estrutura etária envelhecida pode criar obstáculos à proteção ambiental e à preservação do edificado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior consciencialização e interesse dos cidadãos para as questões éticas e ambientais; • Existência de apoios comunitários que facilitam a reconversão de fontes de energia renovável e promovem a eficiência energética, tanto no sector público como no privado; • Enfoque dos apoios comunitários no domínio da energia e da “economia verde”; • Elevado potencial energético de fontes de energia renováveis (biogás, biomassa, etc.) ainda pouco exploradas; • Aposta em projetos inovadores na área da produção e consumo de energia; • Cooperação transfronteiriça Portugal/Espanha; • Maior controlo sobre a qualidade da água e do ar regido através de normas europeias; • Investimento no Mercado de Carbono. 	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto das alterações climáticas sobre os recursos naturais do planeta, aumentando os riscos naturais; • Impacto do aumento do preço da energia nas dinâmicas de investimento; • Morosidade e elevado custo dos processos de licenciamento e de certificação energética dos edifícios e equipamentos; • Transversalidade da área do ambiente pode dificultar a implementação de medidas de apoio à eficiência energética e redução das emissões de GEE; • Incapacidade de equilibrar necessidades de crescimento económico com a gestão dos recursos naturais.

PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
CRESCIMENTO INCLUSIVO			
<ul style="list-style-type: none"> • Tendência latente de atração de população, o que pode ser um contributo para a estabilização dos efetivos populacionais, uma vez estancadas as taxas negativas do saldo natural; • Investimentos realizados em equipamentos de coesão social – educação, apoio social, qualidade de vida; • Programas e políticas municipais e de instituições de solidariedade social de apoio ao combate à pobreza e exclusão social e melhoria da qualidade de vida; • Aposta em projetos regionais de apoio ao empreendedorismo; • Oferta formativa diversificada: ensino superior (Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), Escola Superior de Gestão a funcionar em Idanha-a-Nova) e ensino profissional; • Boas práticas de Proença-a-Nova ao nível das intensas relações entre escola e unidade de promoção do conhecimento científico - Centro Ciência Viva da Floresta. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento demográfico regressivo com perdas de população de aproximadamente 11% nas últimas três décadas; • Abordagens orientadas para a atração de pessoas ainda de carácter pontual e individual (não intermunicipal); • Índices de envelhecimento com valores significativos, sendo o em 2012 o município de Vila Velha de Rodão o mais envelhecido do país, com uma relação entre o número de idosos e a população jovem de 731,1%; • Povoamento disperso, devido à sua génese na atividade agrícola; • Coesão e identidade regional ainda frágil podem dificultar a apropriação regional das oportunidades proporcionadas pela estratégia 2020 baseada no fortalecimento de projetos de cooperação; • Taxa de emprego aquém da meta europeia; • Ganho médio mensal substancialmente inferior ao da Região Centro; • Taxa de desemprego na Beira Baixa tem sofrido um aumento, tendo registado uma variação de 3,22 pontos percentuais entre 2001 e 2011; • Assimetrias significativas ao nível da capacidade de atração e retenção de alunos no ensino público em modalidades de educação/formação orientadas para adultos; • Constrangimentos no sistema educativo, nomeadamente taxas brutas de escolarização e taxa de retenção e desistência; • Quantitativo populacional da Beira Baixa em risco de pobreza distancia-se drasticamente da meta 2020 comprometida com Portugal – 45% da população beneficia de pensões sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da procura por mão-de-obra especializada em sectores estratégicos; • Apoio da UE à aprendizagem ao longo da vida e às competências humanas; • Implementação de programas de combate ao insucesso escolar, que garanta a deteção precoce de alunos com dificuldades económicas e/ou de aprendizagem; • Cooperação transfronteiriça Portugal / Espanha. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência de envelhecimento com aumento de pressão sobre os sistemas sociais; • Tendências de litoralização e com impactos ao nível da densidade populacional do interior; • Políticas de emprego assumem um carácter macro, sendo definidas no espectro europeu e nacional; • Aprofundamento das problemáticas de coesão social – contínua perda do poder de compra da população portuguesa e a recessão em que se encontra a economia nacional; • Nova organização administrativa das NUTS III e abordagem integrada aos espaços de baixa densidade (entidade gestora de estratégia DLBC).

4. ESTRATÉGIA BEIRA BAIXA 2020

4. ESTRATÉGIA BEIRA BAIXA 2020

O presente capítulo é o resultado do trabalho desenvolvido para a definição da Estratégia Beira Baixa 2020. O trabalho integrou a identificação de contextos de crescimento/especialização inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo e a definição e priorização de domínios e desafios estratégicos para o desenvolvimento regional, tendo-se seguido a definição da visão regional e objetivos estratégicos 2020, que a seguir se apresentam.

4.1 Enquadramento

4.1.1 Estratégia Europa 2020



A Europa encontra-se perante um cenário crítico do ponto de vista económico e social, obrigando à formulação de novas estratégias de desenvolvimento e modelos de atuação. O desafio que se impõe é o de voltar a colocar a economia num caminho de crescimento sustentado.

Consciente desta realidade, a União Europeia (UE) definiu uma estratégia concertada de desenvolvimento que sustenta a visão e os objetivos a alcançar no horizonte 2020 – Estratégia Europa 2020.

A Estratégia Europa 2020 apresenta as metas a alcançar através da transformação da UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, que proporcione níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. Neste sentido, são estabelecidas três prioridades que se reforçam mutuamente:

- **CRESCIMENTO INTELIGENTE:** melhorar a qualidade da educação, fortalecer o desempenho da investigação, promover a inovação e a transferência de conhecimento e utilizar todo o potencial das TIC;
- **CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL:** introduzir soluções tecnológicas que possibilitem combinar o cumprimento das metas de redução de emissões com o aumento de competitividade e a redução de custos energéticos;
- **CRESCIMENTO INCLUSIVO:** fomentar uma economia de empregabilidade elevada marcada pela coesão territorial e social.

A concretização destas prioridades passa pela reestruturação das estratégias e políticas comunitárias de suporte ao desenvolvimento dos diferentes Estados-Membros e das suas regiões, e pela formulação de quadros regionais de atuação.

As três prioridades supramencionadas, correspondentes à valorização de novos domínios passíveis de fomentarem o crescimento e o emprego, são também objeto de sete iniciativas emblemáticas, que estabelecem novas agendas e detalham atividades âncora para o horizonte 2020, conforme se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 14. Prioridades Estratégia Europa 2020.

Prioridade	Temática	Iniciativa emblemática
Crescimento Inteligente	Inovação	“União da Inovação”
	Educação	“Juventude em movimento”
	Sociedade Digital	“Agenda Digital para a Europa”
Crescimento Sustentável	Energia limpa e eficiente	“Uma Europa eficiente em termos de recursos”
	Competitividade	“Uma política industrial para a era da globalização”
Crescimento Inclusivo	Emprego	“Agenda para novas competências e empregos”
	Combate à pobreza	“Plataforma Europeia contra a pobreza”

Fonte: Adaptado de Comissão Europeia

A UE, na proposta de implementação do Quadro Estratégico Comum 2014-2020, reitera que as atuais mudanças e desafios terão um impacto distinto em cada Estado-Membro e Região. Estas diferenças decorrem da maior ou menor capacidade da Região para alcançar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, o que por sua vez depende do seu potencial específico de desenvolvimento e dos recursos disponíveis em termos de capital humano, físico e ambiental, conhecimento, instituições e redes em que se insere. Estes desafios traduzem-se em compromissos com **metas** a alcançar no horizonte 2020 (ver tabela seguinte).

Tabela 15. Metas a alcançar no horizonte 2020.

Temática	Indicadores	UE		Portugal	
		Metas UE	Previsões	Metas (a)	Atual 2011
Emprego	Taxa de emprego (faixa etária 25-64 anos)	75% da população entre os 20 e os 64 anos deverá estar empregada	73,70-74 %	Nível de 75%	69.1%
I&D/ Inovação	I&D em % do PIB	3% do PIB da UE (público e privado) deverá ser investido em I e I&D	2,65-2,72 %	2,7% a 3,3% Meta 3%	1,59% *
Mudanças climáticas/ energia	Metas de redução das emissões de CO ₂	Diminuição de 20% dos gases com efeito de estufa em relação a valores de 1990	=	1%	117% em 2010**
	Energias renováveis	20% da energia proveniente de fontes renováveis	=	31%	25,7%
	Eficiência energética (redução do consumo de energia em Mtep)	Aumento de 20% da eficiência energética, equivalente a 368 Mtep	206.9 Mtep	Aumento de 20% - Redução de 6	-23,0%
Educação	Abandono escolar precoce (%)	Redução para 10%	10,30-10,50 %	Nível de 10%	23,2%
	Ensino superior	Pelo menos 40% da população entre os 30 e 34 anos com o nível 3 de formação completo (superior)	37,50-38,0 %	40%	26,1%
Redução da pobreza e exclusão social	Redução da população em risco de pobreza	Menos 20 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social	Impossível de calcular devido a diferenças nas metodologias nacionais	Menos 200.000 pessoas	2.693.000 (25,3% do total)*

(a) Metas comprometidas por Portugal

* Valores relativos a 2010.

** Meta Quioto/Burden sharing Europeu – não compara com meta 2020, a qual que só se aplica a emissões fora do CEE

Fonte: Adaptado de Comissão Europeia.

4.1.2. Estratégia de especialização inteligente (RIS3)

Na proposta da Comissão Europeia para a política de desenvolvimento regional e coesão para o período de 2014-2020 está incorporada a ideia da aplicação dos Fundos Estruturais de uma forma eficiente e inteligente, de modo a permitir, por um lado, a amplificação dos seus efeitos na economia e, por outro lado, a produção de efeitos multiplicadores ao nível de investimento privado.

O desenvolvimento deste género de estratégias é uma condição ex-ante para a aplicação de instrumentos de coesão, como é referido no artigo 17º do Quadro Estratégico Comum⁹, e desenvolvido no seu Anexo IV. De facto, no que se refere ao objetivo associado à I&D, um dos critérios de cumprimento é:

“Existência de uma estratégia nacional ou regional de investigação e inovação para a especialização inteligente que:

- *“seja baseada numa análise SWOT destinada a concentrar os recursos num número limitado de prioridades de investigação e inovação”;*
- *“descreve medidas de incentivo ao investimento privado na IDT”.*
- *“Inclua um sistema de monitorização e revisão.”*¹⁰

Uma estratégia de especialização inteligente corresponde à identificação das características de cada Região e à revelação das suas vantagens quando analisadas de forma comparativa com outros territórios. Incorpora uma vertente de ação, na medida em que assume estratégias de mobilização das diversas partes interessadas¹¹, bem como recursos físicos ou financeiros, de forma a tirar partido dos recursos e capacidades da Região distintivas previamente reveladas:

“A fundamentação por trás do conceito de Especialização Inteligente é que ao concentrar recursos de conhecimento e ligá-los a um número limitado de atividades económicas prioritárias, os países e as regiões podem-se tornar – e permanecer – competitivos na economia global. Este tipo de especialização permite que as regiões tirem partido de economias de escala e de âmbito e dos spillovers da produção e utilização do conhecimento, que são importantes dinamizadores da produtividade.

“Acresce que as estratégias que combinam inovação com potencialidades específicas da economia regional/nacional oferecem maiores possibilidades de sucesso. A imitação de outras regiões através de esforços para criar um “crescimento milagroso” em indústrias como os semicondutores e a biotecnologia não só diminui as hipóteses de sucesso, como também perpetua padrões de domínio de mercado em torno de líderes e seguidores.” (Foray et al (2012), pp. 14¹²).

Uma estratégia de especialização inteligente (RIS3¹³ traduz assim uma agenda de transformação económica baseada em quatro princípios gerais (Foray et al (2012), pp. 17):

9 COM (2001) 615.

10 Idem, pp. 138.

11 Utilizar-se-á a designação “partes interessadas” como tradução do termo vulgarmente empregue “stakeholders”.

12 Foray et al (2012). *Guide To Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS 3)*. European Union Regional Policy, março 2012. 117 pp. Consultado em 16 de novembro de 2011. URL: <http://www.observatorio.pt/download.php?id=611>.

13 RIS3 - National/Regional Research and Innovation Strategy for Smart Specialisation.

- **Escolher alternativas e atingir massa crítica:** selecionar um número limitado de prioridades baseadas nas potencialidades próprias e na especialização analisada ao nível internacional, evitando duplicação e fragmentação de atividades de I&D e inovação.
- **Aproveitar vantagens competitivas:** alinhar as capacidades da I&D com as necessidades empresariais, através do empreendedorismo.
- **Promover conectividade e clusters:** promover o desenvolvimento de clusters e proporcionar ligações intersectoriais na Região e com o exterior, de forma a fomentar a diversificação e sofisticação.
- **Liderança colaborativa:** promover sistemas de inovação eficientes baseados em entendimentos público-privados de quádrupla hélice – com o envolvimento do sistema financeiro.

A análise do panorama sub-regional é efetuada nos parágrafos seguintes, alicerçada nas recomendações da União Europeia, ilustradas no Guia para as Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3)¹⁴. Este documento sustenta a necessidade de adotar estratégias baseadas no conhecimento pormenorizado do sistema regional de inovação, atendendo ao facto das regiões possuírem níveis distintos de capacidades e redes de infraestruturas de I&D+i, políticas públicas de apoio a essas capacidades, ou ligações internacionais intensivas em conhecimento tecnológico.

A figura seguinte apresenta a sugestão da EURADA (Associação Europeia das Agências de Desenvolvimento Regional)¹⁵ no que se refere a parâmetros a considerar na determinação do sistema regional de inovação.

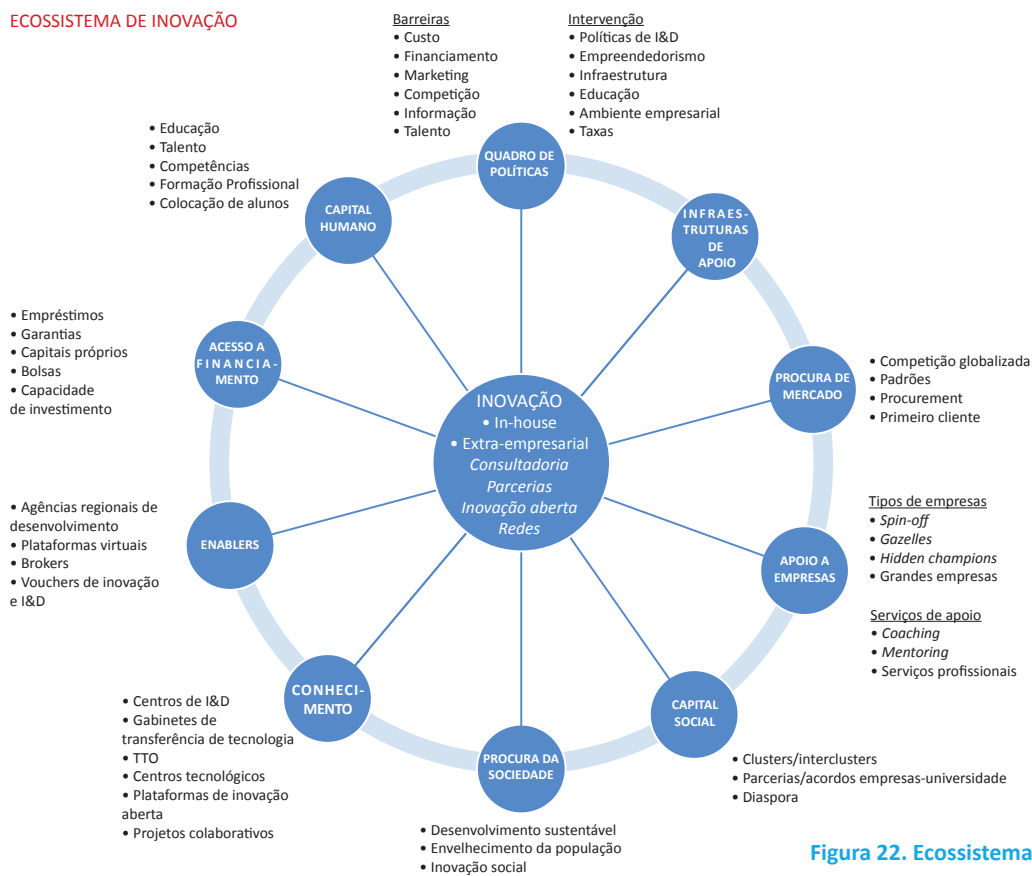


Figura 22. Ecossistema de inovação.

Fonte: Adaptado de Apresentação Christian Saublens.

14 Foray et al (2012). *Guide To Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS 3)*. European Union Regional Policy, março 2012. 117 pp. Consultado em 16 de novembro de 2011. URL: <http://www.observatorio.pt/download.php?id=611>.

15 European Association of Development Agencies <http://www.eurada.org/>.

Um ecossistema de inovação implica, para além da simples presença no território dos seus diversos agentes e componentes (políticas, iniciativas), **o seu trabalho em rede** e em coerência com uma visão comum e partilhada. Os empreendedores e empresários devem encontrar a resposta às suas necessidades dentro do contexto regional (“*in-house*”), e de uma forma livre, ou seja, sem recorrer à contratação de empresas privadas. Desde logo acresce que estes agentes constituem-se como partes interessadas e a envolver na estratégia.

O enfoque em determinadas áreas ou o desenvolvimento de estratégias RIS3 obriga assim à análise detalhada dos diferentes parâmetros e apoios disponibilizados pelas autoridades públicas na área da I&D+i. De acordo com a EURADA, esta análise constitui a **primeira etapa da Estratégia RIS3** (destacada na figura seguinte).

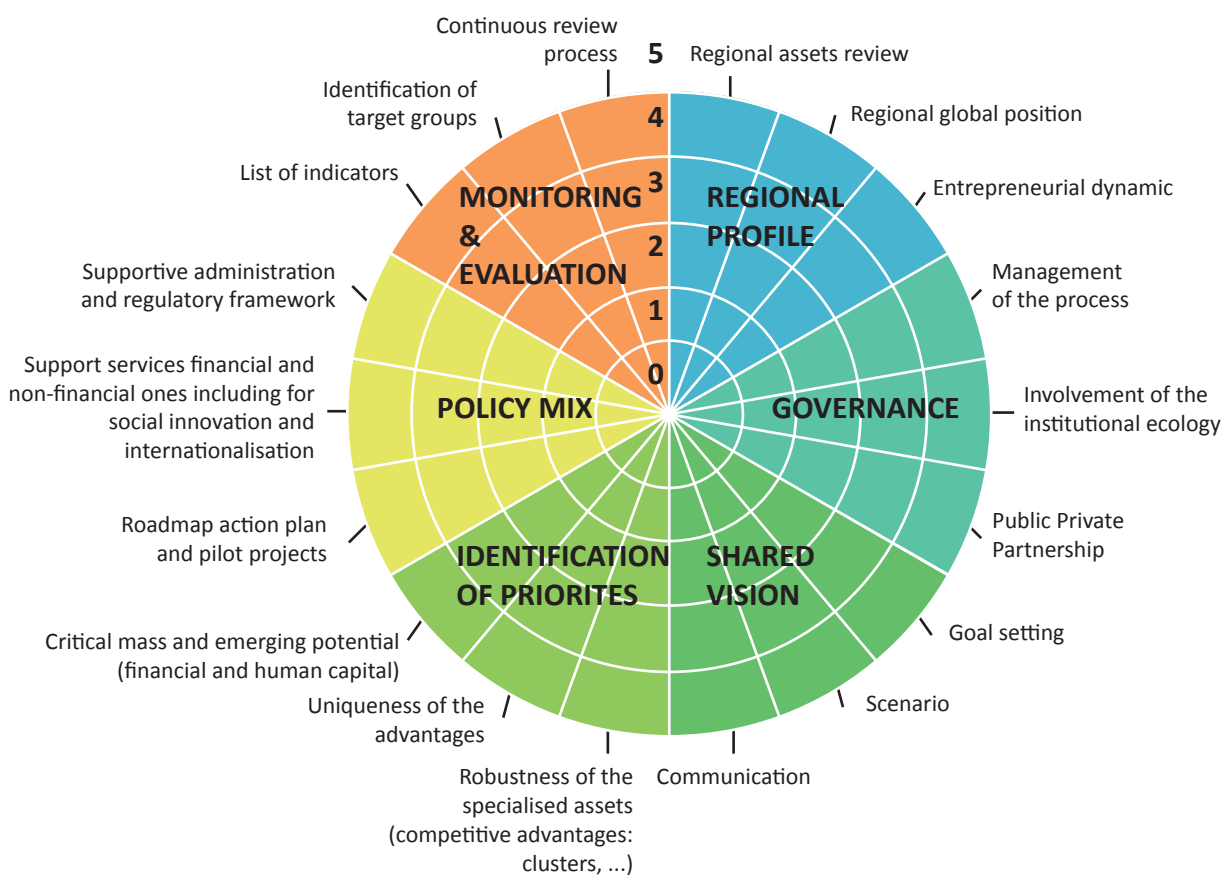


Figura 23. Processo de construção das estratégias RIS3.

Fonte: EURADA, 2013.

A etapa 1 resulta da análise dos recursos existentes ou emergentes ao nível da especialização económica, bem como da leitura da informação proveniente de cada entidade local e regional, com os seguintes objetivos. As restantes etapas referem-se a:

- 2º. Processo de envolvimento e gestão do processo,
- 3º. Definição de uma visão partilhada e comum,
- 4º. Identificação das prioridades, baseadas nas vantagens competitivas e nas capacidades da envolvente institucional, incluindo a existência de massa crítica,

- 5º. Mix de políticas adequado à abordagem dos desafios identificados e, finalmente,
- 6º. Desenho e implementação do processo de monitorização, avaliação e feedback.

4.1.3 Quadro Estratégico Comum 2014-2020

A implementação da Estratégia Europa 2020 (EE2020) será efetuada pelo **Quadro Estratégico Comum (QEC) 2014-2020**. Este Quadro vem orientar a preparação dos programas operacionais a nível europeu, nacional e regional, estabelecendo para os próximos sete anos as diretrizes de financiamento comunitário para os Estados-Membros e respetivas regiões.

O novo QEC 2014-2020 é construído numa lógica de simplificação e agilização de procedimentos e racionalização da afetação do investimento e dos apoios comunitários, baseada numa estrutura regulamentar comum e no seguinte conjunto de objetivos, alinhado com a EE2020:

- Promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- Melhorar o acesso às tecnologias de informação e comunicação;
- Aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas;
- Apoiar a mudança para uma economia de baixo carbono;
- Promover uma maior adaptação às mudanças climáticas e prevenir riscos naturais;
- Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos;
- Promover os transportes sustentáveis e suprimir lacunas nas redes de infraestruturas âncora;
- Promover o emprego e apoiar a mobilidade no trabalho;
- Promover a inclusão social e o combate à pobreza;
- Investir na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida;
- Capacitar as instituições e promover a eficiência na administração pública.

No QEC 2014-2020, a União Europeia (UE) estabelece um novo modelo de programação e distribuição dos apoios comunitários que reforça o papel das regiões na definição de estratégias que sustentem o alcance das metas 2020 e que **maximizem o impacto da política regional** em conjugação com outras políticas da UE. Estas estratégias não serão impostas superiormente, mas irão depender de um trabalho conjunto entre autoridades regionais, empresas, centros de investigação, universidades e outras entidades, tendo em vista a identificação das necessidades/objetivos regionais, metas de desenvolvimento e respetivos projetos regionais que sustentarão a contratualização dos apoios comunitários no período 2014-2020.

Neste contexto, a UE consagra a figura dos Contratos de Parceria, que irão incluir os compromissos assumidos regionalmente e que, alinhados com a política comunitária e com os programas nacionais de reforma, irão estabelecer uma *“abordagem integrada para o desenvolvimento territorial sustentada pelos fundos do Quadro Estratégico Comum.*¹⁶”

¹⁶ COM(2011) 500/II final, Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions ‘A Budget For Europe 2020 - Part II - Policy Fiches’, p. 5.

O período 2014-2020 tem assim uma génese programática bastante distinta do atual, baseada numa **abordagem integrada de todos os fundos comunitários** e na **definição de um quadro regulamentar comum**. Tendo em conta os desafios desta nova abordagem e de modo a maximizar os impactos dos fundos do QEC 2014-2020, é crucial que **seja trabalhada e adaptada ao contexto nacional e regional, assegurando-se assim uma mobilização de todos os intervenientes para o alcance das metas e prioridades estratégicas estabelecidas**.

“A estratégia Europa 2020 só será bem-sucedida com compromisso total a todos os níveis, em particular ao nível local e regional. As autoridades locais têm competências chave, e estão melhor colocados para implementar as necessárias reformas em áreas cruciais.” Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso (*Handbook for Local and Regional Authorities*).

No sentido de assegurar e facilitar essa apropriação local/regional da EE2020 e respetivo QEC 2014-2020, é definida como fundamental a adoção de mecanismos que estimulem a mobilização dos agentes locais e da comunidade para a construção e implementação dos programas a contratualizar¹⁷. É este o contexto de arranque da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa.



Figura 24. Esquema do modelo de construção dos contratos de parceria 2014- 2020.
Fonte: SPI, 2013.

4.1.4 Portugal 2020 - Programa Nacional de Reformas

De acordo com a EE2020 aprovada pelo Conselho Europeu, o Programa Nacional de Reformas (PNR) a apresentar por cada Estado-Membro da União Europeia deve ser elaborado em articulação com o respetivo Programa de Estabilidade e Convergência (PEC), garantindo a coerência entre os dois instrumentos, com reformas que no curto prazo levem em conta a prioridade da consolidação orçamental e da correção dos desequilíbrios macroeconómicos e que contribuam para o reforço da competitividade, do crescimento e do emprego. Neste contexto, os fundos comunitários da política de coesão da UE (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu - FSE), inseridos até 2013 no QREN, são chamados a contribuir para a concretização da Estratégia 2020.

O Programa Nacional de Reformas, aprovado a 20 de março de 2011 pelo Conselho de Ministros, integra os seguintes compromissos e metas:

- Redução do défice público: 4,6% do PIB em 2011, 3% em 2012 e 2% em 2013;
- Aumento do peso das exportações no PIB para 40% em 2020;
- Intensidade em I&D (DIDE/PIB): 2,7% - 3,3%, dos quais de 1,0% - 1,2% no sector público e de 1,7% - 2,1% no sector privado em 2020 (1,9% em 2014);

¹⁷ Elements for a Common Strategic Framework 2014 to 2020, Commission Staff Working Document, 14.3.2012.

- Redução para 10% da taxa de saída precoce do sistema de ensino em 2020 (15% em 2014) e aumento para 40% de diplomados entre os 30 e os 34 anos em 2020 (30% em 2014);
- 31% da eletricidade consumida produzida com recurso a fontes endógenas e renováveis (23,1 em 2014 com base num critério de média dos últimos dez anos), aumento da eficiência energética em 20% (9,8% em 2015) e contributo nacional para a redução das emissões de gases com efeito de estufa ao nível europeu em 20% em 2020;
- Taxa de emprego de 75% para a população entre os 20 e os 64 anos em 2020 (71% em 2014);
- Redução do nível de pobreza em menos 200 000 pessoas em 2020 (menos 50 000 em 2014).

O Programa Nacional de Reformas, tem como foco a identificação dos estrangulamentos nacionais ao crescimento e ao emprego e a definição de linhas de reforma fortes e consistentes com o quadro macroeconómico. O exercício de focalização e definição de linhas de ação tem como referência o objetivo agregador de garantir que a posição de **Portugal nos diversos indicadores da EE2020 deve situar-se, em 2020, na média europeia, anulando nesta década o diferencial de competências e condições de contexto que têm vindo a penalizar as sucessivas gerações.**

De acordo com a EE2020 aprovada pelo Conselho Europeu, o Programa Nacional de Reformas deve posicionar Portugal para o cumprimento das metas 2020, face à sua realidade e à evolução sentida nos últimos anos (tabela seguinte).

Tabela 16. Metas a alcançar no horizonte 2020 e a evolução de Portugal e da União Europeia.

META	Unidade Referência	Período						Meta
		2005	2007	2008	2009	2010	2011	
META: 75% DA POPULAÇÃO ENTRE OS 20 E OS 64 ANOS DEVERÁ ESTAR EMPREGADA								
Taxa de emprego (faixa etária 25-64 anos)	UE 27	68.0	69.9	70.3	69.0	68.6	68.6	75
	PT	72.3	72.6	73.1	71.2	70.5	69.1(b)	75
META: 3% DO PIB DA UE (PÚBLICO E PRIVADO) DEVERÁ SER INVESTIDO EM I E I&D								
I&D em % do PIB	UE 27	1.83 ^(s)	1.85 ^(s)	1.92 ^(s)	2.01 ^(s)	2 ^(s)	(:)	3
	PT	0.78	1.17	1.5	1.64	1.59 ^(p)	(:)	2.7 ⁽ⁱ⁾
METAS: DIMINUIÇÃO DE 20% DOS GASES COM EFEITO DE ESTUFA EM RELAÇÃO A VALORES DE 1990; 20% DA ENERGIA PROVENIENTE DE FONTES RENOVÁVEIS; AUMENTO DE 20 % DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, EQUIVALENTE A 368 MTEP								
Metas de redução das emissões de CO ₂	UE 27	92	91	89	83	85	(:)	80
	PT	144	132	130	124	118	(:)	(:)
Energias renováveis	UE 27	8.5	9.9	10.5	11.7	12.5	(:)	20.0
	PT	19.6	22.0	23.0	24.6	24.6	(:)	31.0
Eficiência energética (redução do consumo de energia em Mtep)	UE 27	1704354	1686155	1683452	1596185	1646839	(:)	1474000
	PT	24897	23992	23265	23399	22633	(:)	(:)

META	Unidade Referência	Período						Meta
META: REDUÇÃO PARA 10% DO ABANDONO ESCOLAR E PELO MENOS 40% DA POPULAÇÃO ENTRE OS 30 E 34 ANOS COM O NÍVEL 3 DE FORMAÇÃO COMPLETO (SUPERIOR)								
Abandono escolar precoce (%)	UE 27	15.8	15.1	14.9	14.4	14.1	13.5	10(i)
	PT	38.8	36.9	35.4	31.2	28.7	23.2(i)	10
Ensino superior	UE 27	28.0	30.0	31.0	32.2	33.5	34.6	40(i)
	PT	17.7	19.8	21.6	21.1	23.5	26.1(i)	40
META: MENOS 20 MILHÕES DE PESSOAS EM RISCO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL								
População em risco de pobreza	UE 27	123892(s)	119281	115186	113767	115732	(:)	(:)
	PT	2745	2653	2757	2648	2693	(:)	(:)
População que vive em casas mas com intensidade de trabalho muito baixa	UE 27	39112(s)	36687	34267	34222	37861	(:)	(:)
	PT	487	592	517	567	700	(:)	(:)
População em risco de pobreza após transferências sociais	UE 27	79070(s)	80580(s)	80660	80174	80751	(:)	(:)
	PT	2042	1918	1967	1898	1903	(:)	(:)
População seriamente privada de bens materiais	UE 27	51729(s)	44374	41435	39763(s)	40105	(:)	(:)
	PT	979	1015	1029	965	958	(:)	(:)

Legenda: (:)= not available; b = break in time series; c = confidential; d = definition differs, see metadata. The relevant explanations are usually provided in the annex of the metadata.; e = estimated; f = forecast; i = see metadata (phased out); n = not significant; p = provisional; r = revised (phased out); s = Eurostat estimate (phased out); u = low reliability; z = not applicable

Fonte: Eurostat.

4.1.5 Acordo de Parceria

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 33/2013 de 20 de maio estabelece que “() a estruturação do Acordo de Parceria deve respeitar os quatro domínios temáticos enunciados nos seus pressupostos – competitividade e internacionalização , inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos e-, bem como os dois domínios transversais relativos à reforma da administração pública e a territorialização das intervenções.”

Estabelece, a mesma RCM, a seguinte estruturação operacional dos fundos europeus:

Fundos da Política de Coesão – FEDER, FC e FSE	FEADER	FEAMP
Programas Operacionais Temáticos I. Competitividade e internacionalização II. Inclusão social e emprego III. Capital humano IV. Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos	Programas Operacionais Regionais I. Norte II. Centro III. Lisboa IV. Alentejo V. Algarve VI. Madeira VII. Açores	Programa Operacional de Assistência Técnica
	Programa Operacional do Fundo da Política de Desenvolvimento Rural I. PO Continente II. PO regional Açores III. PO regional Madeira	Programa Operacional do Fundo da política marítima e das Pescas

Figura 25. Estruturação operacional dos fundos europeus.

Fonte: Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 33/2013 de 20 de maio.

O Acordo de Parceria apresenta a seguinte Matriz de Estruturação temática do Portugal 2020, na qual se explicita a correlação entre os domínios temáticos (coerentes com os Programas Operacionais (PO) Temáticos Nacionais) e os objetivos temáticos (OT) Portugal 2020:

		Domínios transversais	
		Abordagem territorial	Reforma da Administração Pública
Domínios Temáticos	Competitividade e Internacionalização	<p>OT centrais:</p> <p>OT 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação</p> <p>OT 2 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade</p> <p>OT 3 - Reforçar a competitividade das PME e dos sectores agrícola, das pescas e da aquicultura</p> <p>OT 7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas</p> <p>OT 11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública</p>	
	Inclusão Social e Emprego	<p>OT centrais:</p> <p>OT 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores</p> <p>OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação</p>	
	Capital Humano	<p>OT central:</p> <p>OT 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida</p>	
	Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	<p>OT centrais:</p> <p>OT 4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores</p> <p>OT 5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos</p> <p>OT 6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos</p>	

Figura 26. Matriz de estruturação temática do Portugal 2020.

Fonte: Acordo de Parceria, janeiro 2014.

O domínio temático **Competitividade e Internacionalização** observa cinco OT e será essencialmente integrado no PO com o mesmo nome e nos PO regionais, observando-se, entre outras, as seguintes prioridades de investimento em que o setor público terá um papel de relevo:

- Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu;
- Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior;
- Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha;

- Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas;
- Melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários à infraestrutura da RTE.

No domínio da **Inclusão Social e Emprego**, integrado nos PO temáticos (em especial no PO com o mesmo nome) e regionais, são prioritários, entre outros, os seguintes investimentos em que a administração pública local e sub-regional terá um papel estratégico:

- Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
- A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
- Envelhecimento ativo e saudável;
- A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade;
- Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
- Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;
- Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
- Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;
- A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

No domínio **Capital Humano**, observa-se um OT, perspetivando-se o seu cumprimento através de iniciativas integradas no PO temático com o mesmo nome e nos PO regionais. Apontam-se como prioritários, entre outros, os seguintes investimentos, com especial importância para a administração local e sub-regional:

- Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis;

- Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem;
- Investimentos na educação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.

No domínio **Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos** observam-se três OT, cuja implementação passará por investimentos a integrar nos PO temáticos (em especial no PO com o mesmo nome) e regionais. Apontam-se como prioritários, entre outros, os seguintes investimentos em que a administração pública local e sub-regional terá um papel estratégico:

- Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas;
- Desenvolvimento e implantação de sistemas inteligentes de energia;
- A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios;
- Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;
- Investimentos no setor dos resíduos e no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;
- Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural;
- A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes;
- A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

4.1.6 Região Centro - CRER 2020

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) iniciou o trabalho de construção da estratégia de desenvolvimento da Região para o próximo período de programação financeira.

Tendo em vista a redução das assimetrias regionais que ainda se fazem sentir na Região Centro, a coesão territorial assume-se aqui como prioridade de desenvolvimento regional para o período 2014-2020. Estas assimetrias regionais evidenciam também problemas de atratividade populacional assim como económicos de alguns dos municípios, o que é particularmente visível nos do interior da Região Centro, como se pode observar na figura seguinte.

Segundo o Plano de Ação Regional CRER 2020, verifica-se uma grande diversidade intermunicipal relativamente à **atratividade territorial**. No que se refere à **Sub-região da Beira Baixa é possível observar o posicionamento desfavorável global dos seus municípios, à exceção de Castelo Branco que apresenta uma atratividade elevada**.

“CRER no CENTRO de PORTUGAL 2020 é o Desígnio Central assumido pela Região Centro para o período 2014-2020, que incorpora um duplo sentido: o sentido de acreditar e mobilizar o CENTRO de PORTUGAL a CRER num potencial de desenvolvimento harmonioso, para o que é preciso que este seja coerente e consensualmente partilhado por todos, na essência dos seus objetivos; e o sentido de assumir como desígnio central da Região a afirmação de um modelo de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER).”¹⁸

De acordo com o Plano de Ação Regional, o fio condutor subjacente ao modelo proposto baseia-se numa interpretação do território que aponta para os seguintes oito pilares identitários e diferenciadores de posicionamento estratégico:

1. Uma Região Qualificada, Inovadora e Empreendedora
2. O CENTRO Tecnológico
3. Continuidade e Mudança: as Duas Faces da Mesma Moeda
4. Força da Diversidade: a Nossa Assinatura
5. Uma Região Solidária, Inclusiva e Resiliente
6. Trabalho em Redes Focalizadas
7. Reforço Positivo e Mosaico de Oportunidades: a Nossa Atitude
8. A Nossa Fórmula de Sucesso

Para alcançar a visão estratégica assumida, a Região Centro terá de ser capaz de se mobilizar no sentido de vir a alcançar resultados consistentes com a mesma, o que é traduzido no seguinte conjunto de ambições quantificadas:

1. *“Situat-se como Innovation Leader, de acordo com os resultados do Regional Innovation Scoreboard (RIS), continuando a evoluir no investimento efetuado em I&D orientado a resultados (em convergência para 3% do Produto Interno Bruto (PIB) e 20% do investimento nacional), assegurando uma crescente participação do setor privado em projetos deste tipo, promovendo a qualidade, a inovação e o empreendedorismo (caminhando para ter 100 empresas gazela);*
2. *Representar 20% do PIB nacional, aproximando a participação da Região Centro na economia do país ao seu peso populacional;*
3. *Diminuir em 10% as assimetrias territoriais, reduzindo as disparidades de desenvolvimento económico, coesão social e coesão territorial que marcam profundamente o território da Região Centro, nomeadamente ao nível da dicotomia entre o litoral e o interior, entre as áreas urbanas e as áreas rurais;*
4. *Ter 40% da população jovem (30-34 anos) com formação superior, valorizando as ofertas formativas de qualidade e reforçando as condições de equidade no acesso ao Ensino Superior, promovendo em toda a Região Centro a continuidade dos jovens no sistema de ensino até ao nível superior, nomeadamente em áreas com maior nível de empregabilidade;*

5. *Apresentar Taxa de Desemprego Inferior a 70% da média nacional, promovendo a sustentabilidade dos diversos setores e sistemas produtivos regionais, nomeadamente através da afirmação de novos patamares de competitividade e internacionalização, que garantam um elevado nível de oferta de emprego, bem como do fomento das diferentes vertentes do empreendedorismo.*¹⁹

O CRER 2020 define ainda seis prioridades nucleares para o período 2014-2020:



Figura 28. Prioridades estratégicas nucleares da Região Centro para 2014-2020.

Fonte: CCDRC, Plano de Ação Regional CRER 2020.

Com base nestas prioridades nucleares, o CRER 2020 preconiza a seguinte estratégia, constituída por eixos e respetivos objetivos e domínios de intervenção na Região Centro (articulados com a RIS3 e com o Programa Operacional Regional):

EIXO 1 – PROMOVER A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL E A AFIRMAÇÃO DE UM TECIDO ECONÓMICO RESILIENTE, INDUSTRIALIZADO, INOVADOR E QUALIFICADO

OBJETIVOS:

- Consolidar a capacidade regional de produção competitiva para os mercados mundiais
- Valorizar a capacidade de resposta da Região às diferentes dimensões da lusofonia
- Captar IDE de natureza estruturante e alinhado com a estratégia de desenvolvimento regional
- Reforçar a incorporação da I&D e da inovação em setores com expressão na estrutura produtiva regional
- Capitalizar os benefícios da concentração na Região Centro de “distritos industriais” com elevada capacidade de afirmação
- Incrementar o empreendedorismo, o empreendedorismo de base tecnológica e a criação de empresas de elevado crescimento no espaço regional
- Apostar de forma reforçada nos domínios diferenciadores relevantes à escala da Região Centro
- Implementar de forma ambiciosa, eficaz e eficiente a abordagem regional RIS3

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO:

- Competitividade e Internacionalização do Tecido Empresarial (COMPETIR)
- Investigação & Desenvolvimento, Inovação e Empreendedorismo (IDEIAS)
- Especialização Inteligente (ESPECIALIZAR):
 - **Agricultura**
 - **Floresta**
 - **Mar**
 - **Turismo**
 - **Tecnologias de Informação Comunicação e Eletrónica (TICE)**
 - **Materiais**
 - **Biotecnologia**
 - **Saúde, Bem-Estar**

¹⁹ in CCDRC - CRER2020, 2013

EIXO 2 – REFORÇAR O POTENCIAL HUMANO E A CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DAS ENTIDADES REGIONAIS

OBJETIVOS:

- Universalizar a acessibilidade ao ensino pré-escolar
- Combater o abandono escolar precoce e o insucesso escolar
- Combater o abandono escolar precoce e o insucesso escolar
- Reforçar níveis de qualificação secundária e superior da população
- Universalizar o desenvolvimento de competências centradas na criatividade, qualidade, inovação e empreendedorismo a todos os níveis de ensino (do primeiro ciclo do básico até ao superior)
- Dinamizar abordagens e experiências pedagógicas inovadoras em todos os níveis de ensino
- Apostar na aprendizagem ao longo da vida
- Reforçar a qualificação dos empresários
- Aprofundar a eficácia do modelo de formação e qualificação de ativos, na articulação entre a formulação do quadro de necessidades da base empresarial e a adequação da oferta formativa
- Fomentar a empregabilidade e o emprego, a todos os níveis
- Fomentar o empreendedorismo, atitudes “empreendedoras” e “impreendedoras”
- Captar talentos provenientes de outras regiões ou países
- Fomentar a capacitação institucional de organizações relevantes para o desenvolvimento regional, em função de uma contratualização de objetivos e resultados a alcançar, alinhados com a estratégia regional
- Dinamizar mecanismos de colaboração interinstitucional, de cooperação, parceria e trabalho em rede, especialmente quando alinhados com prioridades regionais e através de uma contratualização de resultados a alcançar
- Estabelecer plataformas colaborativas que implementem redes operacionais articuladas entre as unidades produtivas e os centros de conhecimento e investigação

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO:

- Educação (EDUCAR)
- Transição para o Mercado de Trabalho (EMPREGAR)
- Aprendizagem ao Longo da Vida (L3)
- Captação de Talentos (TALENTO@)
- Desenvolvimento de Cidadãos Plenos e Saudáveis (CIDADANIA)
- Demografia e Política de Família (POVOAR)
- Capacitação Institucional (CAPACITAR)

EIXO 3 – FORTALECER A COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL, POTENCIANDO A DIVERSIDADE E OS RECURSOS ENDÓGENOS

OBJETIVOS:

- Promover a coesão social, através da redução das assimetrias e da estruturação de medidas orientadas para diminuir a franja populacional com debilidades potencialmente geradoras de exclusão social
- Estruturar modelo de coesão pró-ativo e centrado nas pessoas, numa lógica de proximidade, apostando na economia social, no papel das IPSS e ONG
- Cobrir eventuais falhas pontuais da rede de equipamentos sociais e da sustentabilidade a infraestruturas já existentes
- Dinamizar iniciativas de combate à pobreza e exclusão social
- Apostar no reforço da igualdade de oportunidades no acesso à educação e à formação profissional, de modo inclusivo
- Fomentar novas abordagens à inovação e empreendedorismo social
- Promover a adoção de modelos e abordagens de inovação aberta
- Esbater as assimetrias territoriais, através de apostas concretas no potencial endógeno de cada espaço geográfico específico, mormente através da aplicação de instrumentos de base territorial disponíveis para o conseguir (DBLC, ITI, inovação social, inovação rural)
- Implementar medidas de discriminação positiva baseadas no grau de desenvolvimento diferenciado dos 100 concelhos da Região Centro, que correspondem a concelhos da Competitividade (38), de Transição (18) e da Coesão (44)
- Dinamizar ações concretas direcionadas exclusivamente para concelhos de transição e/ou da coesão (e.g. continuidade do atual SIALM, em termos a definir)
- Envolver ativamente os concelhos e sub-regiões da coesão no sucesso da Região Centro como um todo, em termos de capacidade competitiva, de criação de riqueza e postos de trabalho

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO:

- Coesão Social (APROXIMAR)
- Coesão Territorial (CONVERGIR)

EIXO 4 – CONSOLIDAR A ATRATIVIDADE E A QUALIDADE DE VIDA NOS TERRITÓRIOS

OBJETIVOS:

- Intensificar a estruturação do corredor de desenvolvimento logístico Aveiro-Salamanca, enquanto via central de apoio à internacionalização e ao transporte de bens transacionáveis
- Melhorar qualidade infraestrutural e capacidade intermodal das infraestruturas portuárias (Portos de Aveiro e Figueira da Foz)
- Completar a rede de acessibilidades rodoviárias onde, a título excecional, ainda apresenta manifestas fragilidades
- Afirmar o papel das infraestruturas de TICE enquanto instrumento de afirmação da competitividade
- Melhorar a coerência da rede patrimonial e cultural com potencial de promoção da atratividade da Região
- Afirmação de uma hierarquia de polos urbanos, beneficiária de iniciativas de regeneração urbana orientada e valorizadora de uma articulação urbano-rural mais efetiva e eficaz
- Prestar particular atenção aos espaços periurbanos, através de intervenções integradas
- Estruturar intervenções que operacionalizam a montagem de uma rede consolidada de turismo em espaço rural (regeneração de edifícios e caminhos rurais, paisagem, modernização dos pequenos centros urbanos)
- Implementar iniciativas de afirmação do intermunicipalismo enquanto espaço de gestão integrada dos recursos existentes
- Assumir como prioritária a regeneração, dinamização e sustentabilidade das infraestruturas e equipamentos já existentes, articulando o seu funcionamento em lógicas de rede
- Melhorar as condições de suporte à governação e modernização administrativa
- Promover sistemas de mobilidade assentes em transportes públicos
- Apostar na conclusão das redes de ciclo urbano da água e tratamento de resíduos, mas também na otimização do seu funcionamento, com redução das correspondentes perdas

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO:

- Rede Urbana e Qualificação das Cidades (URBES)
- Acessibilidades, Logística e Mobilidade à Escala Regional (MOVIMENTOS)
- Outras Infraestruturas de Apoio à Competitividade (DINAMIZAR)
- Cultura e Conservação do Património (CONSERVAR)

EIXO 5 – AFIRMAR A SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS

OBJETIVOS:

- Acentuar a dimensão de sustentabilidade no perfil competitivo da Região, em particular nos setores ligados à valorização dos seus recursos
- Incrementar setores de substituição da economia do carbono (e.g. reutilização e reciclagem de materiais)
- Apostar na eficiência energética enquanto elemento identitário da Região Centro
- Aplicar, manter e renovar recursos naturais e espaços qualificados, preservando a biodiversidade
- Resolver passivos ambientais ainda existentes
- Proteger a orla costeira e recursos hídricos regionais
- Investir na gestão de riscos, com particular incidência na prevenção de incêndios florestais

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO:

- Ciclo da água e gestão dos resíduos (PRESERVAR)
- Proteção do ambiente, recursos naturais e prevenção de riscos (SUSTENTAR)
- Promoção das Energias Renováveis e da Eficiência Energética (PERENE)

4.1.7 RIS3 do Centro de Portugal

A Região Centro definiu a sua Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente a qual assume a seguinte desígnio central para 2014-2020:

- **Responsável** no sentido de respeitar aspetos ambientais, respeitar os direitos humanos e a qualidade de vida dos cidadãos, bem como no sentido de responsabilidade social e de evolução harmoniosa da Região Centro;

- **Estruturante** no sentido de corresponder a pilares duradouros e sustentáveis de construção da competitividade da Região Centro no mundo contemporâneo, com uma ótica também de médio prazo e dirigida à aposta nos vetores com potencial regional de criação de valor acrescentado;
- **Resiliente** no sentido de ser robusta face a oscilações de contexto, traçando um rumo de evolução positiva que seja capaz de resistir a diferentes tipos de imprevistos que possam surgir a nível nacional e internacional, assim como aos momentos bons e menos bons.

Esta estratégia sustenta os seguintes domínios temáticos diferenciadores:

- Agricultura
- Floresta
- Mar
- Turismo
- TICE
- Materiais
- Biotecnologia
- Saúde e bem-estar

São ainda definidos os seguintes domínios transversais: produtividade industrial sustentável, eficiência energética e inovação rural.

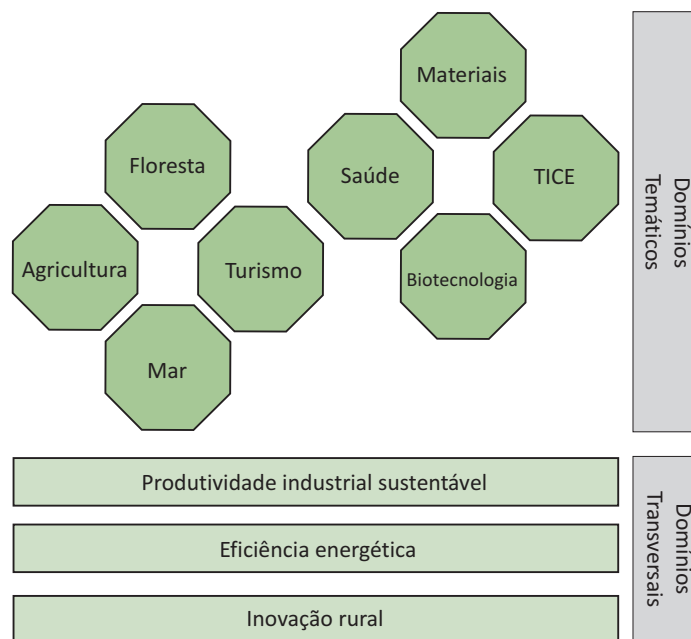


Figura 29. Domínios temáticos e domínios transversais da RIS3.

Fonte: CCDRC, julho 2013.

São ainda referidas áreas de interligação que cruzam os domínios diferenciadores e enquadram as apostas RIS3:

1. Soluções industriais sustentáveis
2. Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais
3. Tecnologias ao serviço da qualidade de vida
4. Inovação territorial

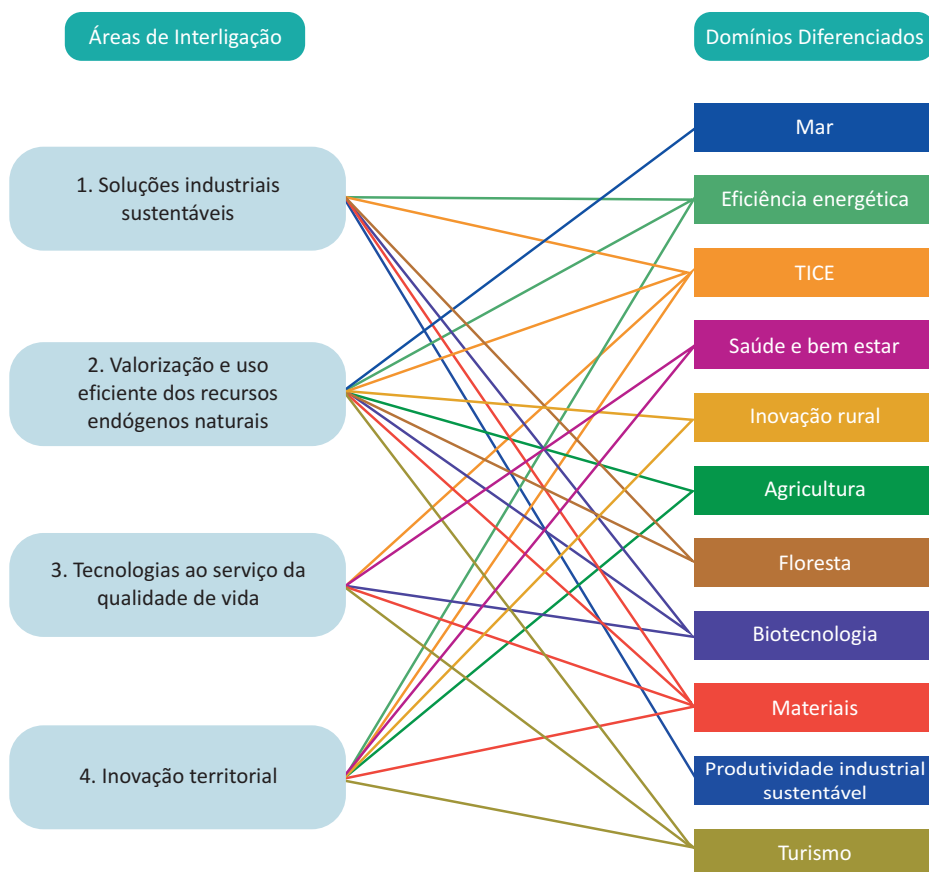


Figura 30. Prioridades RIS3: áreas de interligação.
Fonte: CCDRC, julho 2013.

Estas áreas de interligação são sistematizadas em apostas indicativas tal como demonstram as seguintes tabelas extraídas da RIS3 do Centro de Portugal.

Tabela 17. Apostas indicativas da RIS3.

	APOSTAS INDICATIVAS	DOMÍNIOS DIFERENCIADORES
Soluções industriais sustentáveis	1.1. Otimização sustentada da produtividade industrial	Produtividade Industrial sustentável, TICE, Eficiência energética, Materiais
	1.2. Desenvolvimento e utilização de materiais	Produtividade Industrial sustentável, TICE, Eficiência energética, Materiais, Biotecnologia, Floresta

	APOSTAS INDICATIVAS		DOMÍNIOS DIFERENCIADORES
Plataforma de inovação - Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais	2.1. Fontes energéticas alternativas	Aproveitamento energético dos recursos endógenos naturais, através de soluções que explorem o potencial energético associado à floresta, ao mar e ao sol.	Floresta, Mar, TICE, Biotecnologia, Eficiência energética
	2.2. Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais	Desenvolvimento de novos produtos associados ao mar, à atividade agroflorestal e à economia verde, incluindo também a introdução de abordagens inovadoras nos processos ligados ao aproveitamento e transformação dos recursos endógenos naturais otimizando a sua posição nas respetivas cadeias de valor (e.g. gestão florestal sustentável, incluindo prevenção, deteção e combate a incêndios; gestão sustentável de matérias primas e dos recursos geológicos; agricultura de precisão; comercialização especializada de produtos agroalimentares; aquacultura, pescado, conservas, sal, economia do surf).	Agricultura, Floresta, Mar, Materiais, Turismo, TICE, Biotecnologia, Inovação rural, Eficiência Energética
Plataforma de inovação - Tecnologias ao serviço da qualidade de vida	3.1. Futuro digital	Desenvolvimento de mecanismos de acesso remoto a novos dispositivos e plataformas, recorrendo às tecnologias e normas protocolares utilizadas na internet, potenciação de oportunidades associadas à computação na nuvem e internet das coisas, criação de sistemas integrados para gestão otimizada de redes, infraestruturas e equipamentos, construção de soluções centradas em “bigdata” para diferentes aplicações científicas e societais, bem como de sistemas robustos de garantia de segurança digital.	TICE, Saúde e bem-estar, Biotecnologia, Materiais
	3.2. Inovação centrada na saúde	Desenvolvimento de dispositivos médicos e sistemas de monitorização, apostas em medicina personalizada, terapia celular, medicina de translação e ensaios clínicos, bem assim como na consolidação de práticas clínicas de excelência (e.g. oncologia, oftalmologia, cardiologia/cirurgia cardíaca, transplante de órgãos, tecidos e células), potenciando igualmente o turismo médico.	TICE, Saúde e bem-estar, Biotecnologia, Turismo
	3.3. Envelhecimento ativo e saudável	Aposta em novas abordagens associadas à medicina preventiva e de reabilitação, ao bem-estar, envelhecimento ativo e saudável, incluindo doenças associadas ao envelhecimento, termalismo e bioclimatismo, potenciando igualmente o turismo de bem-estar.	Saúde e bem-estar, Turismo

	APOSTAS INDICATIVAS	DOMÍNIOS DIFERENCIADORES	
Plataforma de inovação - Inovação territorial	4.1. Inovação rural	Experimentação de soluções direcionadas para a inovação rural, através do desenvolvimento de territórios inteligentes e criativos em áreas rurais, do desenvolvimento de soluções integradoras de conceção, produção, valorização e comercialização de produtos e serviços baseados em recursos endógenos, acompanhados da introdução de tecnologias (e.g. telemedicina, telemonitorização, sistemas de apoio itinerante, mecanismos de micrologística) e outras formas de inovação social que permitam reforçar a atratividade e qualidade de vida neste tipo de territórios.	Inovação rural, TICE, Turismo, Saúde e bem-estar, Eficiência Energética
	4.2. Cidades sustentáveis, criativas e inteligentes	Desenvolvimento de soluções inovadoras de regeneração urbana baseadas em soluções sustentáveis e que privilegiem a economia local, com a consolidação de uma rede policêntrica de cidades de média dimensão criativas e inteligentes, incluindo um especial enfoque no uso eficiente da energia, gestão otimizada de equipamentos, consolidação de espaços públicos e espaços verdes inovadores, adoção de mecanismos de mobilidade sustentável, bem assim como promoção da criatividade e da produção cultural inovadora.	TICE, Turismo, Eficiência Energética, Materiais
	4.3. Investigação, desenvolvimento e inovação no turismo	Reforço da presença da investigação, desenvolvimento e inovação no turismo, incluindo: novas abordagens direcionadas a mercados específicos; estruturação de novos produtos turísticos orientados para a valorização do património territorial existente, enquanto elemento diferenciador; consolidação da produção de conteúdos (culturais, artísticos, multimédia); e desenvolvimento de novas ferramentas e abordagens on-line de promoção do destino turístico Centro de Portugal.	Turismo, TICE, Inovação rural

Fonte: CCDRC, julho 2013

4.2 Estratégia Beira Baixa 2020

4.2.1 Introdução

De acordo com o novo quadro de referência da União Europeia e com as premissas da EE2020, a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa lidera agora a construção da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa, a qual deverá contribuir para reforçar a afirmação e a competitividade da Beira Baixa no contexto regional, nacional e internacional e robustecer a cooperação e articulação estratégica entre os municípios, fomentando ligações virtuosas com parceiros estratégicos.

Na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa são estabelecidos a **visão** e o quadro de referência assente nos domínios definidos pela UE – Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo e propostas as **prioridades transversais** para a Região que devem ser trabalhadas de forma complementar. Consequentemente são identificadas **áreas de especialização prioritárias** para a Região e proposta a concentração de recursos num conjunto claro de objetivos 2020. Por último, são definidos objetivos relativos ao alcance das metas estabelecidas pela UE para 2020 (figura seguinte).

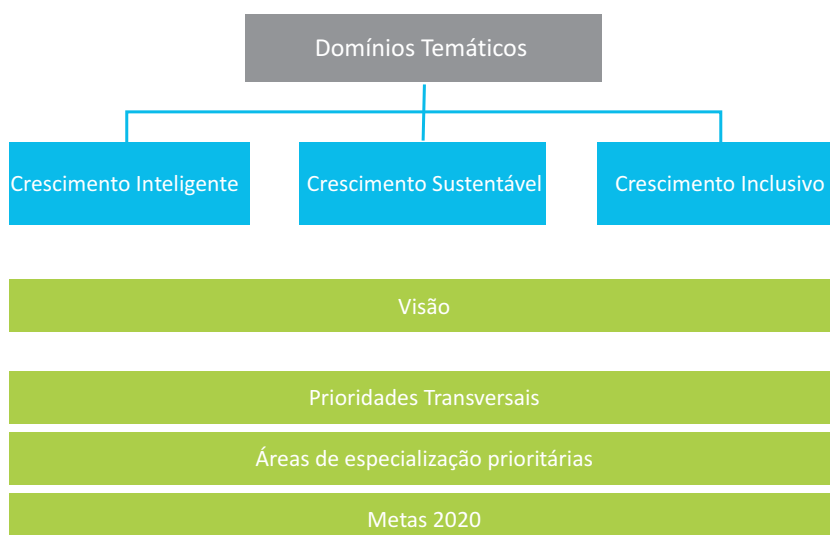


Figura 31. Metodologia.

Fonte: SPI, 2013

4.2.2 Visão

Qual é a perspetiva do território relativamente ao seu futuro?

Quais os objetivos que se pretendem alcançar?

O que pretende ser ou como imagina ser reconhecido num horizonte próximo?

As questões acima apresentadas foram amplamente debatidas em sede do Grupo de Ação Regional e dos subgrupos temáticos, bem como noutros palcos que se proporcionaram como adequados dado reunirem diversos agentes de desenvolvimento da Região da Beira Baixa. Deste trabalho de partilha e construção conjunta, resultou uma visão que exprime o futuro ambicionado para a Beira Baixa num horizonte de médio prazo. Em termos estratégicos a Visão orienta as opções de ações.

Decorrente do trabalho desenvolvido e considerando o obrigatório alinhamento com as prioridades da EE2020, é proposta a seguinte Visão 2020 para a Beira Baixa:

Em 2020 a Beira Baixa deve afirmar-se como um espaço de ligação à Europa, através da aposta em dinâmicas socioeconómicas e empresariais transfronteiriças, da valorização económica dos seus recursos naturais e do reforço de um sistema urbano policêntrico como elemento chave para a retenção e captação de talento.

Em síntese, a visão preconizada é sustentada nos seguintes fatores críticos:

- **Posicionamento geográfico central** na Península Ibérica;
- **Economia fortemente assente na valorização económica dos recursos naturais** potenciando a sustentabilidade dos mesmos;
- **Reforço das dinâmicas de um sistema urbano policêntrico** onde a Cidade de Castelo Branco se destaca e promove relações interdependentes com a evolução;
- **Capacidade da Beira Baixa para atrair e captar recursos humanos qualificados** colmatando as tendências de envelhecimento da população;
- **Processos de cooperação nacional e internacional** assentes em entidades promotoras de educação e de IDI;
- **Existência de um elevado valor patrimonial natural** capaz de atrair turistas e novas abordagens de gestão territorial;
- **Fortalecimento da coesão e promoção da internacionalização e da cooperação transfronteiriça** como neutralizadores dos efeitos da baixa densidade.

4.3.2 Prioridades transversais

Tendo em consideração as iniciativas emblemáticas da EE 2020²⁰ e a sua necessária adaptação ao contexto da Região da Beira Baixa, definiram-se prioridades transversais (figura seguinte) que, em conjunto, concorrem para o alcance da Estratégia. Cada uma com um objetivo estratégico (OE) claro.

As prioridades transversais assumidas e os objetivos associados traduzem a necessidade de garantir condições de base (semente) que permitam ou facilitem um desenvolvimento regional harmonioso, em que os três domínios temáticos (inteligente, sustentável e inclusivo) se afirmem de forma complementar e interdependente. Na figura seguinte apresenta-se, de forma esquemática, o alinhamento entre as prioridades transversais, as iniciativas e prioridades definidas no contexto Europa 2020 e as prioridades nucleares do CRER 2020.

²⁰ http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/flagship-initiatives/index_en.htm

INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS EUROPA 2020	PRIORIDADES TRANSVERSAIS BEIRA BAIXA 2020	PRIORIDADES NUCLEARES CRER 2020	PRIORIDADES EUROPA 2020
AGENDA DIGITAL PARA A EUROPA	AGENDA DIGITAL E TECNOLÓGICA	SUSTENTAR E AUMENTAR A CRIAÇÃO DE VALOR	CRESCIMENTO INTELIGENTE
UNIÃO DA INOVAÇÃO	INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	GERAR, CAPTAR E RETER TALENTO	
JUVENTUDE EM MOVIMENTO	INTERNACIONALIZAÇÃO	ESTRUTURAR UMA REDE POLICÊNTRICA DE CIDADES DE MÉDIA DIMENSÃO	
EUROPA EFICIENTE EM TERMOS DE RECURSOS	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	REFORÇAR A COESÃO TERRITORIAL	
POLÍTICA INDUSTRIAL PARA A ERA DA GLOBALIZAÇÃO	EMPREENDEDORISMO E EMPREGO	DAR VIDA E SUSTENTABILIDADE ÀS INFRAESTRUTURAS EXISTENTES	
AGENDA PARA NOVAS COMPETÊNCIAS E EMPREGO	SUSTENTABILIDADE URBANA E RURAL	CONSOLIDAR A CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL
PLATAFORMA EUROPEIA CONTRA A POBREZA	INCLUSÃO SOCIAL		CRESCIMENTO INCLUSIVO
	COOPERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		

Figura 32. Prioridades transversais da Beira Baixa 2020 face às iniciativas e prioridades da Europa 2020. Fonte: SPI, 2013.

Agenda Digital e Tecnológica

A prioridade transversal “Agenda Digital e Tecnológica” sustenta o seguinte Objetivo Estratégico:

OE 1. Promover o uso das tecnologias de informação e comunicação de forma transversal atenuando os efeitos da excentricidade face aos centros de decisão e concentração e serviços à escala nacional.

A implementação do objetivo estratégico deve passar pela concretização dos seguintes objetivos específicos:

- Definir uma estratégia de **info-inclusão e disseminação de serviços com base nas TIC** (teleassistência, marcação de serviços por via eletrónica);
- **Criar redes digitais de partilha**, entre diferentes utilizadores (ex. investigação/empresas; utentes/administração; etc.);
- **Promover a literacia** e as competências digitais pela disseminação de ferramentas e processos TIC no ensino e na formação;
- **Apostar em modelos de desenvolvimento de espaços urbanos e rurais que utilizam a tecnologia para resolver problemas urbanos e do desenvolvimento rural**, tais como a mobilidade ou a governança (*Smart Cities e Living Lab da Beira Baixa*);

- **Desenhar plataformas TIC que permitam o acesso a serviços e a informação útil para gestão do dia-a-dia de forma mais inteligente e sustentável** [Sistema de informação geográfica com informações de suporte à decisão - gestão de espaços industriais, licenciamentos, controle de riscos naturais, mobilidade, reservas turísticas, etc.] e que permitam atenuar algumas das dificuldades de acesso à informação característico dos territórios de baixa densidade;
- **Desmaterializar serviços públicos e aproximar os cidadãos, através de processos de participação pública online** – atenuar efeitos negativos da dispersão territorial e fenómenos de isolamento associado a territórios de baixa densidade;
- **Promover a utilização das tecnologias da informação e comunicação na gestão corrente** da atividade empresarial, estimulando o funcionamento em rede, a cooperação e colaboração virtual, de modo a fortalecer a coesão e reduzir distâncias, neutralizando possíveis efeitos associados a um território periférico e de baixa densidade;
- Promover a utilização de tecnologias em novos modelos de negócios, de acordo com os fundamentos do objetivo específico anterior.

Inovação e Desenvolvimento

A prioridade transversal “Inovação e Desenvolvimento” pretende:

OE 2. Apostar na investigação e ensino orientado para a valorização de setores/fileiras produtivas estratégicas para a Região da Beira Baixa, articulando o desenvolvimento agrícola e agroindustrial com o desenvolvimento rural.

A implementação do objetivo estratégico implica a execução dos seguintes objetivos específicos:

- **Fomentar a criação de sinergias e de novos fatores de competitividade**, através da clusterização e do empreendedorismo qualificado em cadeias produtivas fortemente alicerçadas nos recursos endógenos do território, nomeadamente a agricultura e a floresta;
- **Promover o desenvolvimento rural através de práticas de cooperação** entre os diversos agentes regionais para obtenção de novos produtos, processos ou tecnologias;
- **Reforçar a capacidade de resposta do território rural** a desafios de competitividade nacionais e internacionais;
- **Desenvolver em estreita colaboração com as instituições do sistema científico e tecnológico nacional**, as ligações entre o mundo académico e o mundo empresarial, fomentando a inovação e, em última instância a criação de valor acrescentado à atividade produtiva realizada no território;
- **Garantir a articulação entre o sistema científico e tecnológico, o tecido produtivo da Região da Beira Baixa, a administração pública e os consumidores/utilizadores;**

- **Reforçar as capacidades de investigação e inovação** no sentido de caminhar para uma economia de base tecnológica e alto valor acrescentado;
- **Criar plataformas de transferência de conhecimento;**
- **Apoiar a participação em projetos que envolvam a inovação aberta**, com o envolvimento da população, promovendo o desenvolvimento rural da Região;
- **Promover a modernização, a melhoria tecnológica e a sustentabilidade no setor da agricultura e da floresta;**
- **Promover a inserção contínua em redes de tecnológicas/inovação internacionais** e possibilitar a coparticipação de parceiros internacionais no desenvolvimento de projetos na Região.

Internacionalização

A prioridade transversal “internacionalização” apresenta o seguinte objetivo estratégico:

OE 3. Promover a internacionalização da Beira Baixa potenciando a sua posição transfronteiriça.

A implementação deste OE está sustentada nos seguintes objetivos específicos:

- **Implementar uma estratégia de marketing e internacionalização da Beira Baixa;**
- **Criar um sistema regional de apoio à internacionalização**, que defina a política de apoio à internacionalização e às necessidades das empresas da Região, atendendo aos desafios de um território rural;
- **Reforçar os instrumentos de apoio à internacionalização de pequenas e médias empresas**, com destaque para as inovadoras;
- **Garantir a sincronização com a atuação de entidades regionais e nacionais** que atuem no apoio à internacionalização no sentido de implementar e valorizar estratégias coletivas de atuação;
- **Criar uma imagem de marca externa da Região Beira Baixa** que divulgue e promova de forma integrada a Região;
- **Capacitar as empresas e investidores para processos de internacionalização;**
- **Fomentar a entrada de talento na Beira Baixa, através de ações de mobilidade e intercâmbio de investigadores, empresários, alunos e professores.**

Educação e Formação

A prioridade transversal “Educação e Formação” tem o seguinte objetivo estratégico:

OE 4. Afirmar um sistema de ensino e formação ao longo da vida de referência, com ligação a áreas de especialização económica e social da Beira Baixa desde o pré-escolar ao nível superior .

A implementação do objetivo implica a execução dos seguintes objetivos específicos:

- **Desenvolver programas preventivos para crianças e jovens em risco de uma saída antecipada do sistema de ensino** (equipas multidisciplinares);
- **Promover o sucesso educativo** por via da orientação escolar e profissional, do apoio psicopedagógico e outras componentes de apoio à aprendizagem;
- **Aumentar as componentes letivas subordinadas à formação de valores e atitudes** - criatividade, esforço, espírito empreendedor, cooperação, responsabilidade, autonomia, aceitação de risco e de erro, etc.;
- **Estreitar as relações com as empresas locais**, através da criação de fóruns escola-associações empresariais com vista à sensibilização dos mais novos para os setores de especialização da Beira Baixa;
- **Apostar em percursos alternativos a nível curricular** com forte incidência na adaptação dos currícula às necessidades da Beira Baixa e com especial enfoque nas áreas de especialização prioritárias – agroalimentar, turismo, floresta;
- **Promover a atratividade do ensino superior**, enquanto fator competitivo numa economia assente no conhecimento;
- **Reforçar a formação profissional dual ou vocacional facilitadora da entrada no mercado de trabalho**, pela adequada articulação com o tecido económico e social e com as instituições promotoras de emprego;
- **Estruturar as necessidades regionais no quadro nacional das competências de formação (QNQ)**;
- **Incentivar práticas de aprendizagem ao longo da vida** e demonstrar a relevância da educação a adultos;
- **Promover a educação de adultos em áreas como as novas tecnologias e competências** mais apropriadas ao padrão produtivo da Região – agroalimentar, turismo, floresta.

Empreendedorismo e Emprego

A prioridade transversal “Empreendedorismo e emprego” tem o seguinte objetivo estratégico:

OE 5. Fortalecer a rede regional de apoio ao desenvolvimento económico e negociar junto da administração central mecanismos de discriminação positiva do interior.

A implementação do objetivo envolve os seguintes objetivos específicos:

- **Promover o sistema de resposta em rede**, para o encaminhamento e acompanhamento do empreendedor e empresário, orientado para resultados;
- **Favorecer a criação de empresas e o investimento na agricultura, floresta e agroindústria;**
- **Negociar pacote de medidas de discriminação positiva dos empreendedores e empresários que invistam na Região** - incentivo à descentralização do investimento;
- **Promover a integração transfronteiriça dos mercados de trabalho**, com a remoção de eventuais barreiras ao fluxo transfronteiriço de trabalhadores e com o reforço de mecanismos de apoio à procura de emprego, entre outras iniciativas;
- **Criar uma cultura de empreendedorismo baseada nos fatores distintivos da Região**, transformando-os em fontes inspiradoras para negócios autossustentáveis;
- **Continuar a implementar práticas de incorporação do empreendedorismo nos currícula dos diversos níveis de ensino;**
- **Disponibilizar uma plataforma online com ideias e projetos empreendedores** para disponibilizar a empresas e pessoas que queiram criar o seu próprio negócio na Beira Baixa;
- **Garantir a existência de um mercado de trabalho inclusivo**, que garanta a igualdade de oportunidades, contrariando obstáculos como o acesso limitado ao ensino, recrutamento inadequado, desigualdade de género, desencontro entre a formação e as necessidades das empresas, desequilíbrio entre a vida familiar e profissional (*Framework Agreement on Inclusive Labour Markets*, 2010);
- **Promover a reconversão profissional das pessoas desempregadas ou em risco de desemprego**, respondendo às necessidades do mercado de trabalho;
- **Promover a eficácia e adequação das políticas ativas de emprego**, por um planeamento conjunto entre as entidades promotoras de emprego (Instituto do Emprego e Formação Profissional I.P. (IEFP), Gabinete de Inserção Profissional (GIP)), as empresas regionais e as autarquias e instituições;
- **Desenvolver respostas integradas no domínio das medidas ativas de emprego**, garantindo o acesso dos grupos mais vulneráveis ao mercado de trabalho, preferencialmente com enfoque nos domínios de especialização da Região.

Sustentabilidade Urbana e Rural

A prioridade transversal “Sustentabilidade Urbana e Rural” tem o seguinte objetivo estratégico:

OE 6. Requalificar e revitalizar o sistema regional garantindo a complementaridade funcional dos diferentes aglomerados urbanos e rurais e a qualidade de vida da população.

A implementação do objetivo implica a execução dos seguintes objetivos específicos:

- **Sensibilizar a população para a importância estratégica dos recursos naturais da Beira Baixa** para o desenvolvimento territorial e o equilíbrio ecológico;
- **Valorizar a complementaridade entre espaços urbanos e rurais** numa lógica de sustentabilidade do território, apostando na interdependência das funções de cada um e na preservação das suas identidades, permitindo o desenvolvimento e crescimento de ambos;
- **Garantir a manutenção da paisagem rural**, só possível pela manutenção das pessoas nos espaços de baixa densidade garantindo-lhes níveis adequados de serviços e qualidade de vida;
- **Promover sistemas de exploração agrícola e florestais sustentáveis;**
- **Apoiar e implementar programas de regeneração de espaços urbanos e rurais** com intervenções públicas e privadas complementares;
- **Promover o comércio local e os benefícios do consumo de proximidade**, bem como dos produtos locais e cujo processo de produção acarreta menor impacto para a sustentabilidade e o meio ambiente;
- **Promover a mobilidade inter e intra concelhia por via da intermodalidade, sempre que possível através de redes de transportes públicos** – desenvolver plano de mobilidade regional e planos de mobilidade urbanos;
- **Otimizar a sustentabilidade de infraestruturas e equipamentos das entidades públicas**, através de diagnósticos de consumo e planos de ação (exemplo: aposta na mobilidade elétrica, redes energéticas inteligentes, desempenho energético nos edifícios, construção sustentável);
- **Promover a melhoria da eficiência energética das empresas**, em concertação com as entidades de IDI da Região;
- **Promover a mudança de comportamentos da população através da aposta na educação para a sustentabilidade.** Sendo um território marcadamente rural, este processo pode ter um caráter também social, de volta às origens e respeito pelo habitat de suporte, integrando por exemplo os saberes tradicionais das populações mais antigas;
- **Criar uma estratégia energética regional e local que permita monitorizar, aferir padrões, introduzir fatores de racionalização e gestão integrada de consumos energéticos e informar sobre poupanças geradas** – especial enfoque em setores estratégicos como a agricultura, a floresta e o agroalimentar;

- **Desenvolver sistemas de monitorização, previsão, alerta e resposta para prevenção de riscos naturais** (nomeadamente riscos de incêndio florestal);
- **Favorecer a utilização de energias renováveis** diversificadas (eólica, biogás, solar) nos setores doméstico, industrial e serviços;
- **Promover boas práticas e utilização sustentável dos recursos** para a promoção do desenvolvimento rural;
- **Promover a minimização dos resíduos e a reciclagem**, introduzindo a variável do ciclo de vida dos produtos no contexto do aprovisionamento público.

Inclusão Social

A prioridade transversal “Inclusão Social” corresponde ao seguinte objetivo estratégico:

OE 7. Garantir respostas sociais de proximidade promovendo uma abordagem multidisciplinar à inclusão (ensino, saúde, cultura, emprego, tecnologias, etc).

A implementação do objetivo implica a execução dos seguintes objetivos específicos:

- **Garantir a existência de apostas na economia social**, nomeadamente ao nível de novas respostas de proximidade para os grupos sociais mais vulneráveis (população idosa com um peso notório tem de ser uma prioridade da Beira Baixa);
- **Consolidar e qualificar a rede institucional e de respostas sociais**, segundo a lógica de serviços de proximidade com as preocupações expressas no objetivo específico anterior;
- **Potenciar a inversão da tendência de decréscimo populacional** e garantir a estabilização e, se possível, a atração de população pela promoção de um território com qualidade de vida e oportunidades;
- **Desenvolver tecnologias de apoio à qualidade de vida com enfoque na população idosa institucionalizada e não institucionalizada** – combater o isolamento e a solidão e prestar melhores cuidados;
- **Reforçar o trabalho de parceria entre as instituições responsáveis pelas políticas de solidariedade** e que têm responsabilidades ao nível das políticas de emprego, educação e formação;
- **Proteger e integrar os grupos sociais particularmente vulneráveis e desfavorecidos** (como a terceira idade com uma expressão evidente na Beira Baixa) e promover o fomento do intercâmbio de experiências e de vivências lúdicas, desportivas e culturais;
- **Reforçar as políticas locais, de atuação imediata**, possibilitadoras de colmatar problemas existentes através da garantia de recursos mínimos e da satisfação de necessidades básicas;

- **Apostar na intervenção precoce** em áreas como a família, a saúde e a educação com apoio de equipas técnicas multidisciplinares à escala local e promover a qualidade de vida;
- **Implementar programa de acompanhamento do envelhecimento ativo;**
- **Promover a responsabilidade social:** reforçar laços comunidade – empresas na Beira Baixa;
- **Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais.**

Cooperação e organização administrativa

A prioridade transversal “Cooperação e organização administrativa” pretende:

OE 8. Fortalecer a unidade regional “Beira Baixa” de acordo com os seus novos limites administrativos e apostar na cooperação com Espanha e com territórios europeus de baixa densidade na definição de áreas de atuação conjunta.

A implementação do objetivo implica a execução dos seguintes objetivos específicos:

- **Promover a gestão conjunta e a partilha de serviços e atividades,** numa lógica de economias de escala e de funcionamento em rede na CIM;
- **Garantir a integração da Beira Baixa em redes de cooperação territorial e temática para a promoção do desenvolvimento rural,** nomeadamente com regiões espanholas de fronteira e outras regiões homólogas europeias;
- **Apoiar inovação e a implementação de serviços** Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) **na administração pública,** pela mobilização de projetos e recursos de investigação;
- **Reduzir e simplificar os procedimentos administrativos para a criação de empresas;**
- **Estabelecer contactos com entidades nacionais e europeias relevantes e** promover ações de cooperação internacional em domínios estratégicos;
- **Participar em eventos relevantes nas áreas de especialização prioritárias** – agroalimentar, turismo, floresta;
- **Reduzir a burocracia e simplificar processos,** desde licenciamentos ao acesso a financiamentos e apoios comunitários.

Em síntese apresenta-se o cruzamento entre as prioridades transversais:

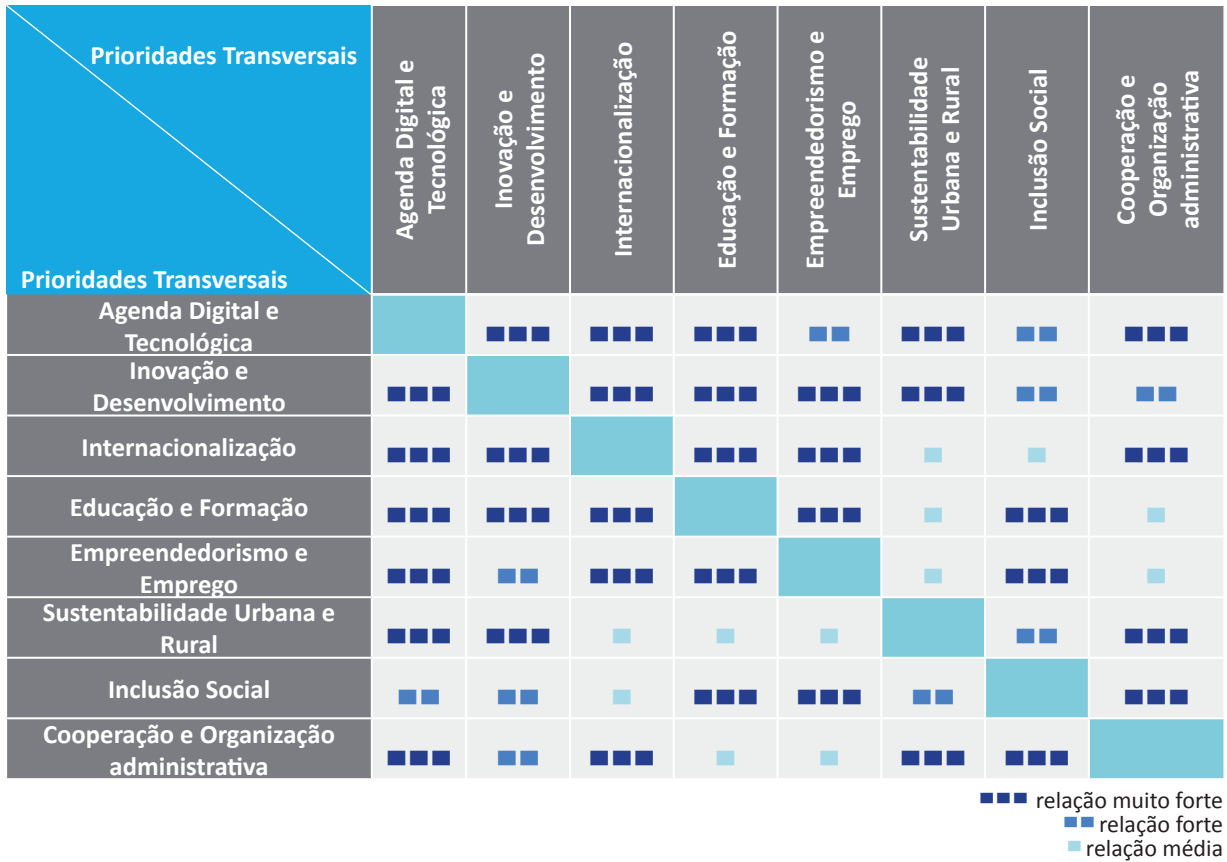


Figura 33. Cruzamento das prioridades transversais.
 Fonte: SPI, 2013

4.2.4 Áreas de Especialização Prioritárias

A concretização da visão e das prioridades transversais passa ainda pela formulação de quadros regionais de atuação baseados em estratégias de especialização concertadas e alinhadas com as metas europeias – estratégias de especialização inteligente.

A definição das áreas de especialização prioritárias traduz um alinhamento em termos de objetivos e metas com o pilar “*Smart Growth*”²¹ no qual se integra, como âncora, a iniciativa emblemática “Uma União de Inovação”²². Afigura-se como estruturante, a delineação e implementação de estratégias de especialização inteligente, i.e., estratégias que, assegurando a concentração de recursos num número reduzido de prioridades e a coresponsabilização e participação dos vários agentes, evitem a dispersão de investimento em diferentes setores maximizando assim o impacto dos investimentos no desenvolvimento socioeconómico e territorial da Região.

A preponderância deste conceito de especialização inteligente é crucial num contexto económico desfavorável em que há o risco de se assumir como prioridade a aposta indiferenciada em qualquer atividade, afetando recursos materiais e imateriais a setores que dificilmente terão um impacto significativo no desenvolvimento global da sua Região.

21 “Crescimento inteligente - desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação”. Em Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, Bruxelas, 3.3.2010, COM (2010) 2020 final.
 22 http://ec.europa.eu/research/innovation-union/index_en.cfm

A avaliação do potencial regional e os momentos de reflexão com os agentes económicos e sociais do território permitiram a segmentação em 3 áreas de especialização prioritárias:



Figura 34. Áreas de especialização prioritárias.

Fonte: SPI, 2013

Estas 3 áreas de especialização prioritárias estão interligadas com a estratégia de especialização inteligente definida à escala da Região Centro. A qual define 8 domínios temáticos: Agricultura, Floresta, Mar, Turismo, TICE, Materiais, Biotecnologia, Saúde e Bem-estar.

Agroindústria

A agroindústria na Beira Baixa é de transversal importância nos setores primário e secundário, com a existência de empresas e unidades de IDI a montante e a jusante do setor (IPCB, INOVCLUSTER, CATAA, ISQ, etc.) bem como de espaços de suporte à dinâmica empresarial (Incubadora de Base Rural de Idanha-a-Nova, Centro de Empresas Inovadoras (CEi)).



Figura 35. CATAA | queijo de Castelo Branco.

Fonte: SPI, Visitas ao Território, outubro 2013.

O esforço deve agora passar por acentuar as relações dinâmicas entre agentes empresariais, agentes públicos, sistema científico e tecnológico e cidadãos. A afirmação da inovação dos produtos agroindustriais da Beira Baixa, coadunada com conceitos como gourmet, sustentabilidade, saúde e bem-estar deve ser uma prioridade comum a todos os agentes do setor.

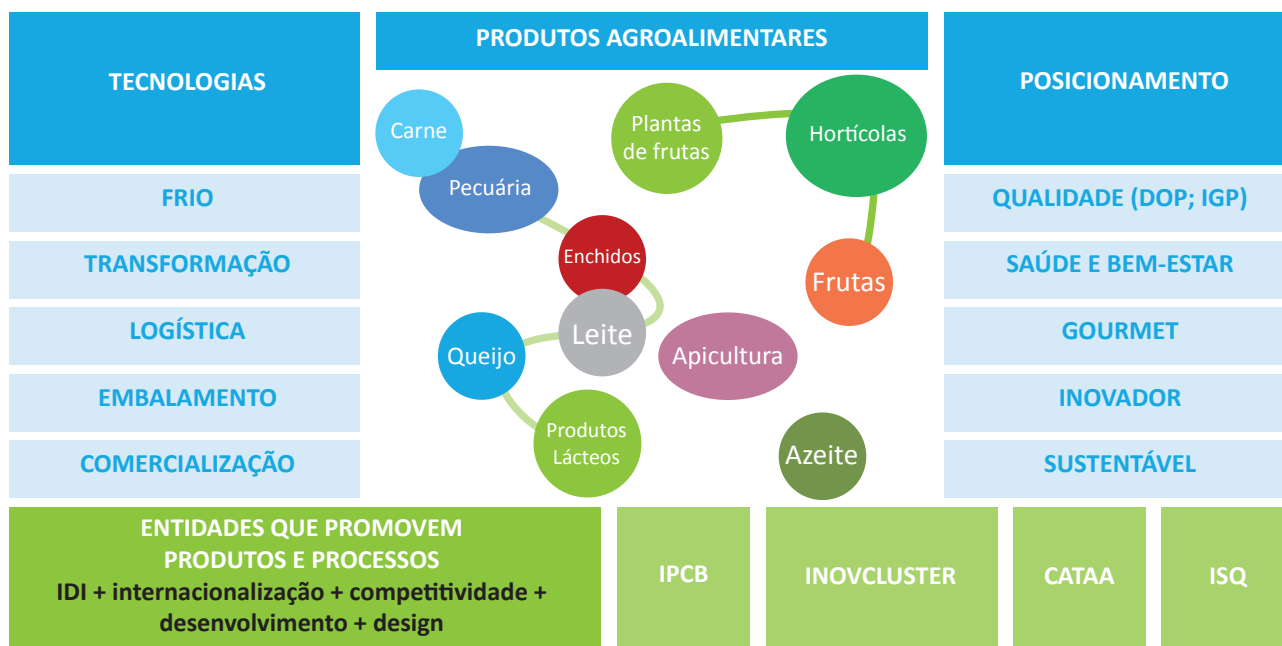


Figura 36. Ecosystema da área de especialização prioritária agroindústria.
 Fonte: SPI, 2013

O objetivo estratégico da aposta na agroindústria é o seguinte:

OE 9. Reforçar a investigação e a transferência de saber no setor agroindustrial da região, melhorando produtos, processos e comercialização possibilitando a entrada em mercados externos.

A implementação desta área de especialização prioritária implica a execução dos seguintes objetivos específicos:

- **Criar uma marca/imagem Beira Baixa para os produtos agroalimentares**, conferindo um símbolo de qualidade e diferenciação;
- **Garantir o apoio à produção e à valorização do produto agroalimentar**;
- **Criar redes de transferência e valorização do conhecimento** entre instituições de ensino locais e externas (potenciar a localização na raia ibérica);
- **Promover a IDI aplicada a novos produtos e processos** que valorizem e diferenciem o setor agroalimentar e agroindustrial da Beira Baixa e aumentem os benefícios para os seus produtores e consumidores;
- **Potenciar a existência do CATAA e do INOVCLUSTER** como catalisadores de investigação, desenvolvimento e inovação nos setores agroalimentar e agroindustrial da Beira Baixa;
- **Criar uma rede de comercialização nacional e internacional** dos produtos agroalimentares regionais;
- **Encorajar a integração do design nas estratégias empresariais** com apoio nas instituições (InovCluster, IPCB) existentes na Região.

Floresta

A fileira florestal apresenta-se como um crescente potencial económico na Região da Beira Baixa, pela multiplicidade de subsectores em que tem impacto - turismo, energia, indústria transformadora, agroalimentar e pasta de papel.



Figura 37. Centro Ciência Viva da Floresta.
Fonte: SPI, Visitas ao Território, outubro 2013.

A valorização dos recursos florestais e a intervenção do ponto de vista económico tem implicações importantes na proteção ambiental, especialmente a gestão, composição e distribuição das espécies florestais com impactos diretos na prevenção dos riscos naturais e na manutenção do equilíbrio natural da Região.



Figura 38. Ecosistema da área de especialização prioritária floresta.

Legenda: ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil; ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas; IPCB – Instituto Politécnico de Castelo Branco.
Fonte: SPI, 2013.

A presente estratégia, na área de especialização prioritária floresta, tem o seguinte objetivo estratégico:

OE 10. Promover a gestão sustentável dos recursos florestais, garantindo a sua valorização em diferentes setores económicos (turismo, energia, indústria transformadora, agroalimentar e pasta de papel).

A implementação desta área de especialização prioritária implica a execução dos seguintes objetivos específicos:

- **Promover a valorização da floresta** com definição de propostas de prevenção de riscos e propostas relativas à capacidade regional no mercado do carbono, certificação florestal, zonas de intervenção florestal (ZIF), aproveitamento da biomassa, zonas de caça, desenvolvimento da silvo-pastorícia e valorização do ecossistema florestal;
- **Promover a valorização energética** dos sobrantes da exploração florestal;
- **Apostar na gestão e valorização da floresta** através da sua certificação e exploração da biomassa para fins energéticos, procurando o envolvimento ativo dos proprietários florestais;
- **Criar planos para o sequestro de carbono** e aferir as oportunidades do mercado de carbono para a Região da Beira Baixa;
- **Promover a cingética responsável**, valorizando o potencial das tecnologias de informação e eletrónica para a sua correta promoção e gestão (sistema de vigilância, mobilidade dos praticantes, etc.);
- **Desenvolver o cadastro florestal** de forma contínua a toda a Região;
- **Proceder à reflorestação** tendo em consideração a diversidade de fins da floresta, incluindo a valorização energética e material, o enquadramento paisagístico e o contributo ecológico;
- **Promover a diversificação das espécies florestais**, especialmente no contexto das explorações florestais;
- **Garantir a existência de estratégias de monitorização e prevenção de riscos;**
- **Participar em projetos internacionais** de exploração da floresta com propósitos ou processos inovadores.

Turismo

Apesar de não se refletir na análise estatística da especialização económica do território, o turismo é uma área de potencial para a Beira Baixa, ao qual se devem juntar subprodutos como o turismo natureza, *touring* – turismo cultural, saúde e bem-estar, gastronomia e vinhos. Os diversos focos de atração turística, como o Geopark, a Cidade de Castelo Branco, as Aldeias de Xisto, as Aldeias Históricas, o Tejo Internacional, a Serra da Malcata, as termas, entre outros, possuem uma diversidade de oferta notória.



Figura 39. Portas de Ródão | Adufes.

Fonte: SPI, Visitas ao Território, outubro 2013.

Garantir a afirmação desta área de especialização prioritária depende da capacidade da Região articular e integrar os diferentes produtos turísticos com novas tecnologias e outros setores, como o agroalimentar, bem como de promover a cooperação duradoura entre entidades do setor e com o exterior, nomeadamente ao nível transfronteiriço.



Figura 40. Ecosistema da área de especialização prioritária Turismo.

Fonte: SPI, 2013.

Deste modo a ambição para este setor é descrita da seguinte forma:

OE 11. Criar e comunicar o produto turístico Beira Baixa, criando um rumo estratégico e um modelo de atuação e promoção de escala regional em detrimento de esforços de promoção e captação fragmentados.

Os objetivos específicos associados são os seguintes:

- **Criar canais de promoção e distribuição** do destino Beira Baixa;
- **Apostar em sistemas e produtos com base nas tecnologias de informação e comunicação**, nomeadamente a integração em plataformas de grande procura na web e através da disponibilização de uma plataforma regional com conteúdos estruturados de acordo com segmentos de mercado;
- **Estruturar a oferta de turismo**, pela análise e sistematização de condições de visitação, formação de recursos humanos, roteiros, rede de alojamento, rede de restauração, meios de acessibilidade e mobilidade, focos de comércio tradicional;
- **Garantir a existência de propostas de valor** capazes de diferenciar o produto Turismo, valorizando o ambiente rural e as tradições que devem ser preservadas e valorizada como turismo de experiências;
- **Articular os diferentes produtos presentes na Região** – Touring – Turismo Cultural, Turismo Natureza, Saúde e Bem-estar, Gastronomia e Vinhos;
- **Garantir a projeção nacional e internacional como destino**, pela comunicação dos produtos existentes;
- **Criar um programa turístico da Beira Baixa**, pela valorização e rentabilização infraestruturas existentes, e pela concertação e criação de dinâmicas que garantam um calendário contínuo de atividades;
- **Promover projetos transfronteiriços de promoção do património**;
- **Ter sempre como premissa o princípio do desenvolvimento sustentável**, valorizando e respeitando o meio ambiente e o equilíbrio territorial;
- **Encorajar a integração do design nas estratégias empresariais de turismo** com apoio nas instituições de ensino superior existentes na Região;
- **Apoiar a participação em eventos e missões no estrangeiro.**

Síntese

A especialização nestas três áreas prioritárias permitirá sinergias proveitosas resultantes do seu cruzamento. A seguinte figura apresenta o mapeamento das áreas de especialização da Beira Baixa:

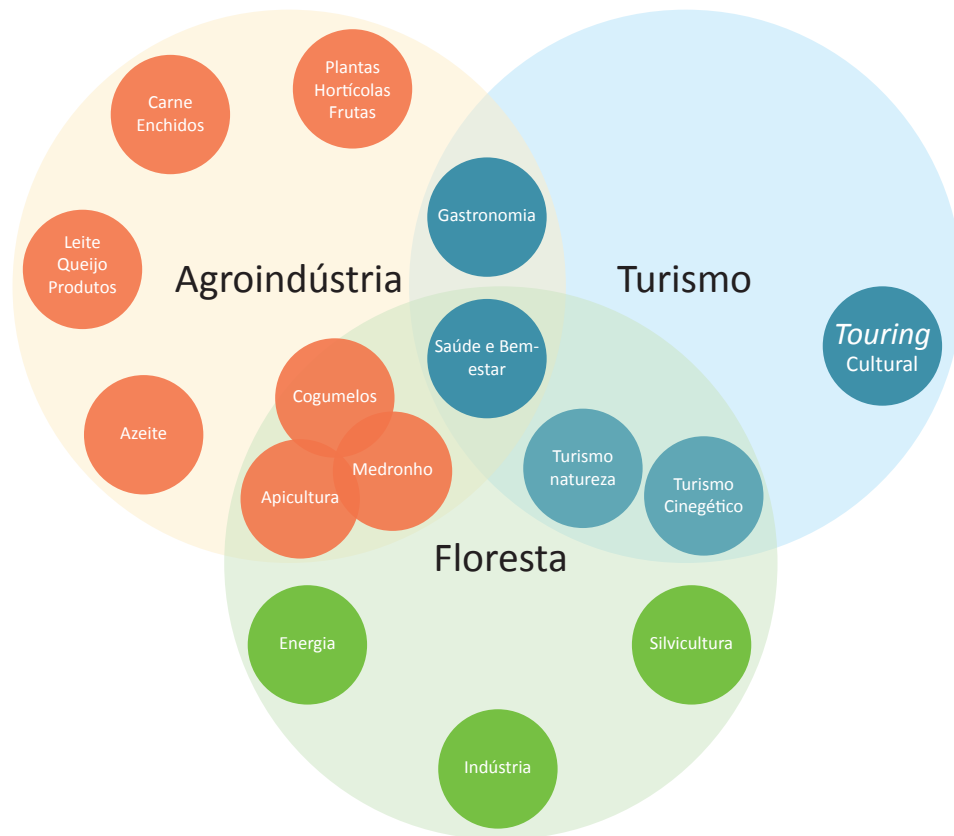


Figura 41. Mapeamento das áreas de especialização prioritárias.

Fonte: SPI, 2013.

5. METAS DE SUCESSO NO HORIZONTE 2020

5. METAS DE SUCESSO NO PERÍODO 2014-2020

5.1 Metas Beira Baixa 2020

A avaliação e monitorização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa é importante que assuma a componente do processo de modo a que se garanta o desenvolvimento regional pretendido.

As metas de sucesso da Estratégia foram definidas de acordo com os indicadores estabelecidos à escala europeia e nacional e procurou-se o devido enquadramento nas metas da Estratégia Europa 2020.

Tabela 18. Metas de sucesso no horizonte 2020.

TEMÁTICA	INDICADORES	METAS	SUB-REGIÃO BEIRA BAIXA	
			valor referência atual	meta
Emprego	Taxa de emprego (faixa etária 25-64 anos)	75% da população entre os 20 e os 64 anos deverá estar empregada	66% BIS 63% PIS (INE, 2011)	Nível de 75%
I&D/ Inovação	I&D em % do PIB	3% do PIB da UE (público e privado) deverá ser investido em I e I&D	0,6% BIS 0,0% PIS 2008 (INE, 2011)	1%
Mudanças climáticas/ energia	Metas de redução das emissões de CO ₂	Diminuição de 20% dos gases com efeito de estufa em relação a valores de 1990	Emissões totais CO ₂ em 2009 (média da Beira Baixa): 98,8t/km ² (APA, 2012)	1% redução de CO ₂
	Energias renováveis	20% da energia proveniente de fontes renováveis	Energia proveniente de fontes renováveis no consumo bruto de energia final em 2011 25,7% em Portugal (PNAER, 2012) Proporção de energia produzida em centrais eólicas, em 2010: BIS: 57,4% PIS: 45,7%	31% de eletricidade consumida, produzida com recurso a fontes de energias renováveis
	Eficiência energética (redução do consumo de energia em Mtep)	Aumento de 20 % da eficiência energética, equivalente a 368 Mtep	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante em 2010 Média da Beira Baixa: 1268 kWh/hab. (INE, 2011)	Aumento de 20% eficiência energética – Redução de 6 Mtep
Educação	Abandono escolar precoce (%)	Redução para 10%	20,5% Região Centro (INE, 2012)	Nível de 15%
	Ensino superior	Pelo menos 40% da população entre os 30 e 34 anos com o nível 3 de formação completo	30% Beira Baixa (INE, 2011)	35%
Redução da pobreza e exclusão social	Redução da população em risco de pobreza	Menos 20 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social	45% da população Beira Baixa (INE, 2011)	Menos 25% da população

Fonte: SPI, 2013.

De acordo com as metas 2020, definiu-se um conjunto de submetas, organizadas por prioridade transversal, que devem contribuir para o sucesso da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa:

Tabela 19. Sub-metas de sucesso no horizonte 2020.

Prioridade Transversal	Indicador	Valor de Referência	Meta 2020	Fonte
Sociedade Digital	A. Indicadores da sociedade de informação	Ligação à Internet: BIS: 100% PIS: 100% Presença na Internet: BIS: 100% PIS: 100% Processos de consulta pública disponibilizados no sítio da Internet: BIS: 50% PIS: 80% (2012)	90%	INE, Anuário Estatístico – Região Centro
	B. Pedidos de patentes europeias, de acordo com a classificação internacional de patentes	0,5 (2005)	1/bianual	EUROSTAT
I+D+i	C. Despesa em I&D no PIB	0,60% (BIS) 0,0% (PIS) (2010)	1%	INE, Anuário Estatístico – Região Centro
	D. Intensidade exportadora	10,39% (BIS) 6,85% (PIS) (2011)	Mínimo 15%	INE, Anuário Estatístico – Região Centro
Internacionalização	E. Proporção de exportações de bens de alta tecnologia no total das exportações	0,60% (BIS) 0,0% (PIS) (2010)	Mínimo 1%	INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens
	F. Grau de abertura ao comércio internacional	18% (BIS) 10% (PIS) (2011)	Mínimo 25%	INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens
Empreendedorismo	G. Taxa de sobrevivência das empresas	52,14% (BIS) 59,65% (PIS) (2010)	Mínimo 65%	INE, Anuário Estatístico – Região Centro
	H. Taxa de natalidade das empresas	9,04% (BIS) 11,10% (PIS) (2010)	Mínimo 15%	INE, Anuário Estatístico – Região Centro

Prioridade Transversal	Indicador	Valor de Referência	Meta 2020	Fonte
Educação, Formação e Retenção de Talento	I. Percentagem de adultos, a frequentarem ações de aprendizagem ao longo da vida	2,5% (2012)	Mínimo 10%	INE, Anuário Estatístico – Região Centro
	J. Percentagem de população empregada de acordo com o seu nível de escolaridade com grau de ensino superior	24% (BIS) 13% (PIS) (2011)	Mínimo 25%	INE, Censos 2011
	K. Taxa bruta de escolarização no ensino básico e no ensino secundário	Ensino básico: 141,1% (BIS) 132,6% (PIS) Ensino secundário: 195,3% (BIS) 143,7% (PIS) (2010/2011)	100%	INE, Anuário Estatístico – Região Centro
	L. Taxa de retenção e desistência no ensino	7,4% (BIS) 6,7% (PIS) (2010/2011)	Mínimo 5%	Anuário Estatístico – Região Centro
Mobilidade e Regeneração Urbana / Sustentabilidade e eficiência	M. Qualidade do ar	93% das observações como bom ou muito bom (2011)	100% das observações como bom ou muito bom	APA, QualAr – base de dados online sobre qualidade do ar
	N. Energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis	1722GWh (2012)	Crescimento 20%	DGEG, 2012
	O. Energia elétrica produzida em centrais eólicas por Sub-região	57,4% (BIS) 45,7% (PIS) (2010)	Mínimo 60%	DataCentro, 2013
	P. Consumo de energia elétrica	1268 kWh/hab.	Diminuição 10%	DGEG, 2012
Mercado de trabalho e Emprego	Q. Disparidade no ganho médio mensal por sexo	13,3% (BIS) 8,9% (PIS) (2009)	Mínimo 7,50%	INE, Anuário Estatístico – Região Centro
	R. Taxa de Desemprego	10,64% (BIS) 9,12% (PIS) (2011)	Mínimo 5%	INE, 2011
Inclusão Social	S. Percentagem de pessoas em risco de pobreza após as transferências sociais	45,08% (2011)	Inferior a 25% da população	INE, Anuário Estatístico – Região Centro
	T. Beneficiárias/os do rendimento social de inserção	2,7% (2012)	Inferior a 1% da população	INE, Anuário Estatístico – Região Centro
	U. Diferença entre o valor das prestações sociais obtidas por homens e mulheres (Valor médio de subsídios de desemprego)	6% (BIS) 10% (PIS) (2012)	Menos de 5%	INE, Anuário Estatístico – Região Centro

Fonte: SPI, 2013.

5.2 Barómetro Regional do Plano de Ação Regional CRER 2020

O Plano de Ação Regional CRER 2020 define o Barómetro Centro de Portugal que incorpora as seguintes dimensões de análise:

1. Crescimento e Competitividade
2. Potencial Humano
3. Qualidade de Vida
4. Coesão
5. Sustentabilidade Ambiental e Energética

Este sistema de monitorização contempla um conjunto de indicadores chave faltando ainda definir as metas a alcançar. Apresenta-se assim os 25 indicadores para a Região Centro:

Tabela 20. Barómetro Centro de Portugal.

Dimensões de análise	Indicador		
Crescimento e Competitividade	<i>Internacionalização</i> 1 - Exportações de bens 2 - Investimento direto estrangeiro		
	<i>Investigação, Desenvolvimento e Inovação</i> 3 - Investimento em Investigação e Desenvolvimento 4 - Regional Innovation Scoreboard 5 - Doutorados		
	<i>Dinâmica Empresarial</i> 6 - Empresas Gazela 7 - Criação líquida de empresas		
	<i>Criação de Valor e Produtividade</i> 8 - Produto Interno Bruto 9 - Produtividade do trabalho		
	Potencial Humano	<i>Educação e Formação</i> 10 - Abandono escolar precoce 11 - População Jovem com formação superior 12 - Resultados de exames nacionais	
		<i>Formação de Ativos</i> 13 - Formação ao Longo da Vida	
		<i>População e Emprego</i> 14 - População residente 15 - Taxa de desemprego 16 - Taxa de desemprego Jovem	
		Qualidade de Vida	17 - Satisfação dos Residentes 18 - Produto Interno Bruto por habitante
			Coesão
<i>Coesão Territorial</i> 21 - Dispersão da variação populacional 22 - Dispersão do rendimento familiar			
Sustentabilidade Ambiental e Energética	23 - Energias renováveis 24 - Emissão de gases com efeito estufa 25 - Eficiência energética		

Fonte: Barómetro Centro de Portugal, 2014

5.3 Articulação dos indicadores e metas de sucesso

Na seguinte tabela apresenta-se a correspondência entre as metas definidas ao nível da Estratégia Europa 2020 e da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa, bem como o cruzamento com os indicadores do Barómetro Centro de Portugal.

Tabela 21. Orientação para resultados da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa.

Sub-Metas de sucesso da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa		Metas de sucesso Europa 2020	Barómetro do Centro de Portugal
Indicador	Meta 2020	Indicador meta	Indicador
A. Indicadores da sociedade de informação	90%	Transversal	14 - População residente 17 - Satisfação dos Residentes
B. Pedidos de patentes europeias, de acordo com a classificação internacional de patentes	1/bianual	I&D em % do PIB + 3%	4 - Regional Innovation Scoreboard 8 - Produto Interno Bruto 6 - Empresas Gazela
C. Despesa em I&D no PIB	1%		3 - Investimento em Investigação e Desenvolvimento 5 - Doutorados
D. Intensidade exportadora	Mínimo 15%		1 - Exportações de bens
E. Proporção de exportações de bens de alta tecnologia no total das exportações	Mínimo 1%		1 - Exportações de bens 8 - Produto Interno Bruto 6 - Empresas Gazela
F. Grau de abertura ao comércio internacional	Mínimo 25%		1 - Exportações de bens 2 - Investimento direto estrangeiro 8 - Produto Interno Bruto 6 - Empresas Gazela
G. Taxa de sobrevivência das empresas	Mínimo 65%		6 - Empresas Gazela 7 - Criação líquida de empresas 14 - População residente 21 - Dispersão da variação populacional
H. Taxa de natalidade das empresas	Mínimo 15%		6 - Empresas Gazela 7 - Criação líquida de empresas
I. Percentagem de adultos, a frequentarem ações de aprendizagem ao longo da vida	Mínimo 10%		40% da população entre os 30 e 34 anos com o nível 3 de formação completo
J. Percentagem de população empregada de acordo com o seu nível de escolaridade com grau de ensino superior	Mínimo 25%		5 - Doutorados 11 - População Jovem com formação superior
K. Taxa bruta de escolarização no ensino básico e no ensino secundário	100%	Abandono escolar precoce (%)	10 - Abandono escolar precoce 12 - Resultados de exames nacionais
L. Taxa de retenção e desistência no ensino	Mínimo 5%	-10%	10 - Abandono escolar precoce

Sub-Metas de sucesso da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa		Metas de sucesso Europa 2020	Barómetro do Centro de Portugal
M. Qualidade do ar	100% das observações como bom ou muito bom	Diminuição de 20% dos gases com efeito de estufa	24 - Emissão de gases com efeito estufa
N. Energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis	Crescimento 20%	20% da energia proveniente de fontes renováveis	23 - Energias renováveis
O. Energia elétrica produzida em centrais eólicas por sub-região	Mínimo 60%		
P. Consumo de energia elétrica	Diminuição 10%	75% da população entre os 20 e os 64 anos deverá estar empregada	25 - Eficiência energética
Q. Disparidade no ganho médio mensal por sexo	Mínimo 7,50%		9 - Produtividade do trabalho 18 - Produto Interno Bruto por habitante
R. Taxa de Desemprego	Mínimo 5%		15 - Taxa de desemprego 16 - Taxa de desemprego Jovem 18 - Produto Interno Bruto por habitante
S. Percentagem de pessoas em risco de pobreza após as transferências sociais	Inferior a 25% da população	Menos 7,4% da população em risco de pobreza e exclusão social	17 - Satisfação dos Residentes
T. Beneficiárias/os do rendimento social de inserção	Inferior a 1% da população		19 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
U. Diferença entre o valor das prestações sociais obtidas por homens e mulheres (Valor médio de subsídios de desemprego)	Menos de 5%		20 - Distribuição do rendimento 22 - Dispersão do rendimento familiar

Fonte: SPI, 2013.

**6. PLANO INDIVIDUALIZADO DE IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES
E PROJETOS BEIRA BAIXA 2020**

6. PLANO INDIVIDUALIZADO DE IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES E PROJETOS BEIRA BAIXA 2020

6.1 Plano Individualizado de Implementação de Atividades e Projetos Beira Baixa 2020

De acordo com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial definida é apresentada a seguir a proposta de carteira de projetos âncora a implementar na Região até 2020. Os projetos são calendarizados, ainda que de forma indicativa e passível de diversos ajustes de acordo com as orientações e regulamentação do período 2014-2020. Paralelamente apontam-se as estimativas dos recursos necessários e os agentes a envolver na respetiva concretização.

De acordo com o exposto, o plano de implementação é composto pelo conjunto de projetos cuja informação se sistematiza de acordo com o seguinte modelo de ficha:

Nome projeto
Objetivo Estratégico
Objetivos Específico
Descrição

A concretização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial envolve a implementação de 10 projetos âncora, nos quais se incluem ações específicas que respondem diretamente à implementação das prioridades transversais e áreas de especialização prioritárias identificadas (ver tabela seguinte).

Tabela 22. Plano de implementação.

Nº	Projetos	Prioridades Transversais							Áreas de especialização prioritárias		
		Agenda Digital e Tecnológica	Inovação e Desenvolvimento	Internacionalização	Educação e Formação	Empreendedorismo e Emprego	Sustentabilidade Urbana e Rural	Inclusão Social	Cooperação e organização administrativa	Agroindústria	Floresta
1	Agenda Digital e Tecnológica da Beira Baixa										
2	Programa Regional de Apoio à Iniciativa Empresarial										
3	Programa de Gestão e Valorização Integrada dos Recursos Naturais										
4	Rede Regional de Educação, Formação e Emprego										
4.1	Rede Regional de Educação, Formação e Emprego - Talento Regional										
4.2	Rede Regional de Educação, Formação e Emprego - Emprego										
5	Programa de Revitalização Integrada do Sistema Urbano Regional										
6	Programa Beira Baixa inclusiva										
7	Redes de Cooperação Beira Baixa										
8	Programa Beira Baixa terra de excelência										
8.1	Programa Beira Baixa terra de excelência - Marca Beira Baixa										
8.2	Programa Beira Baixa terra de excelência - Destino turístico										
9	Cluster Agroindustrial Beira Baixa										
10	Programa de valorização da fileira florestal da Beira Baixa										

Fonte: SPI, 2013.

De seguida descrevem-se detalhadamente os projetos estratégicos para a Sub-região da Beira Baixa no período 2014-2020:

P1. Agenda Digital e Tecnológica da Beira Baixa

Objetivo Estratégico

OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Objetivos Específicos

- Definir uma estratégia de **info-inclusão e disseminação de serviços com base nas TIC** (teleassistência, marcação de serviços por via eletrónica);
- **Criar redes digitais de partilha**, entre diferentes utilizadores;
- **Promover a literacia** e as competências digitais pela disseminação de ferramentas e processos TIC no ensino e na formação;
- **Apostar em modelos de desenvolvimento de espaços urbanos e rurais** que utilizam a tecnologia para resolver problemas urbanos e do desenvolvimento rural, tais como a mobilidade ou a governança (*Smart Cities*);
- **Desenhar plataformas TIC que permitam o acesso a serviços e a informação útil para gestão do dia-a-dia de forma mais inteligente e sustentável** [Sistema de informação geográfica com informações de suporte à decisão - gestão de espaços industriais, licenciamentos, controle de riscos naturais, mobilidade, reservas turísticas, etc.];
- **Desmaterializar serviços públicos e aproximar os cidadãos, através de processos de participação pública online** – atenuar efeitos negativos da dispersão territorial e fenómenos de isolamento;
- **Promover a gestão conjunta e a partilha de serviços e atividades**, numa lógica de economias de escala e de funcionamento em rede;
- **Apoiar inovação e a implementação de serviços TIC na administração pública**, pela mobilização de projetos e recursos de investigação.

Descrição

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

1. **Desenvolver um diagnóstico do fornecimento, acesso e utilização das tecnologias de informação e comunicação pela administração pública e famílias;**
2. **Completar a rede de infraestruturação digital e reforçar a sua qualidade;**
3. **Massificar a utilização gratuita do Wi-Fi nos centros urbanos e rurais:**
 - Dotar os centros urbanos (cidades, vilas e freguesias) de redes Wi-Fi;
 - Aperfeiçoar a cobertura de banda larga (fixa ou móvel);
 - Criar/adaptar espaços vocacionados para o uso e desenvolvimento das TIC;
4. **Desmaterializar serviços públicos para:**
 - Integração de informação presentemente desconcentrada ou inexistente, referente ao território, empresas, serviços, etc.;
 - Prestação de serviços à distância e serviços públicos – transportes, saúde, educação;
 - Marcação de serviços por via eletrónica;
 - Utilização de pagamento eletrónico de serviços municipais de proximidade;
5. **Implementar programa de videovigilância urbana** com o intuito de aumentar a segurança e reduzir riscos de vandalismo e delinquência e **programa de videovigilância em contexto rural** (floresta e culturas) com o intuito de aumentar a segurança e a diminuir o risco de catástrofes (incêndio por exemplo) por via da deteção precoce do mesmo;
6. **Programar e implementar uma plataforma online de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) orientadas para o utilizador, com informações de suporte à decisão:**
 - Mapeamento de serviços existentes online e estruturação de ligações entre diferentes ofertas de serviços;
 - Conteúdos simplificados que permitam aceder a serviços online (desde consulta de informação a tratamento de processos e pesquisa de serviços adequados a diferentes necessidades do utilizador – licenciamentos, mobilidade, lazer, ensino, saúde, etc.);
 - Acesso a serviços e a informação útil para gestão do dia-a-dia de qualquer cidadão: serviços e informação relacionada com utilização de equipamentos, transportes (apostar em Sistemas Flexíveis de Transporte - SFT), desmaterialização de serviços públicos, etc;
 - Gestão de espaços de acolhimento empresarial e industrial;
7. **Implementar projetos experimentais de aplicação das TIC, nomeadamente pela participação em redes internacionais**, para a resolução de problemas quotidianos, nomeadamente no espaço público e que poderão passar por:
 - Desenvolver ferramentas digitais para turistas e visitantes;
 - Gamificação de conceitos relacionados com a cidadania, política, economia, etc;
8. **Criar uma plataforma de participação pública online**, segmentada por jovens, idosos, estrangeiros, estudantes, entre outros, com o intuito de constituir-se como uma plataforma para a comunicação mútua e para a comunicação com a administração pública, atenuando os efeitos negativos da dispersão territorial e fenómenos de isolamento;
9. **Fomentar a literacia avançada em TIC:**
 - Reforçar as competências existentes no uso das TIC, como forma de participação na vida comunitária e no relacionamento com a administração pública;
 - Reforçar a cidadania digital;
 - Promover o surgimento de projetos escolares de base tecnológica;
 - Apoiar a aquisição de equipamentos tecnológicos para as unidades escolares;
10. **Criar um programa regional de telemonitorização** a população institucionalizada e não institucionalizada em parceria com as IPSS da Região (em articulação com o P6);

11. **Promover formação em ferramentas digitais** em contexto de ensino, desde a infância até ao superior - não apenas na ótica do utilizador, mas também na ótica da programação (software livre);
12. **Desenvolver um programa de eliminação e simplificação de formalidades** para reduzir os encargos administrativos e burocráticos para as empresas;
13. **Capacitar as empresas para o uso das tecnologias:**
 - Garantir que o tecido empresarial da Região e a marca Beira Baixa;
 - Promover a renovação do parque tecnológico das empresas;
 - Criar condições para o uso das tecnologias como forma de valorização dos produtos existentes, em especial na indústria agroalimentar e no turismo;
 - Fomentar o surgimento de formações pós-secundárias em tecnologias (ambiente, mecatrónica, redes inteligentes, desenvolvimento de sistemas de informação);
14. **Criar Portal regional Beira Baixa** com subportais por público-alvo – turistas, empresas, residentes, estudantes. Este portal deve ser agregador de outras incitativas semelhantes no território.

P2. Programa Regional de Apoio à Iniciativa Empresarial

Objetivo Estratégico

OE1

OE2

OE3

OE4

OE5

OE6

OE7

OE8

Objetivos Específicos

- Promover uma cultura de aceitação do risco e do autoemprego;
- Minimizar constrangimentos associados à criação de empresas;
- Promover o sistema de resposta em rede, para o encaminhamento e acompanhamento do empreendedor e empresário, orientado para resultados;
- Incentivar à descentralização do investimento na Beira Baixa;
- Criar uma cultura de empreendedorismo baseada nos fatores distintivos da Região, transformando-os em fontes inspiradoras para negócios autossustentáveis.

Descrição

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações, preferencialmente numa lógica transfronteiriça:

1. **Manter e reforçar a rede regional de serviços de apoio, encaminhamento e acompanhamento de qualquer empreendedor e empresário – REDE EMPREENDEDOR**, Rede de promoção e Empreendedorismo:
 - Garantir apoio especializado nos setores económicos associados aos elementos distintivos e potencialidades da Região. ex: Agroalimentar (agricultura, transformação de produtos agrícolas, floresta, etc);
 - Garantir acompanhamento técnico personalizado a empreendedores e empresas em todos os municípios da Região;
 - Promover a continuidade do programa de empreendedorismo nas escolas;
 - Difundir informação especializada para empreendedores e empresários até aos 2 anos de atividade;
2. **Criar um Centro de competências e aconselhamento de negócios agrorurais** (floresta e agroalimentar);
3. **Criar um sistema de apoio a iniciativas de criação de empresas provenientes de pessoas inseridas em grupos sociais desfavorecidos ou com dificuldades em aceder ao capital de risco, nomeadamente:**
 - Atribuição de via verde no acesso a incubadoras;
 - Comparticipação nos custos de localização;
 - Acesso a consultoria especializada;
4. **Desenhar estratégias para a conciliação entre as atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) e as necessidades do tecido empresarial**, especificamente das áreas de especialização identificadas como estratégicas para a Beira Baixa;
5. **Valorizar a existência de estruturas setoriais organizadas e reforçar parcerias que permitam promover e melhorar competências nas empresas ao nível dos produtos, processos, formas de organização e comercialização** e consequentemente ganhar quota de mercado através de economias de escala e diferenciação dos produtos;
6. **Conclusão e manutenção da rede de espaços de acolhimento empresarial e logístico de acordo com necessidades da Região**, avaliando as necessidades de áreas para o acolhimento de empresas de base rural e agrícola;
7. **Negociar pacote de medidas de discriminação positiva para os empreendedores e empresários que invistam na Região e que apoiem a atração de recursos humanos para a Beira Baixa** - incentivo à descentralização do investimento;
8. **Continuar a implementar práticas de incorporação do empreendedorismo nos currícula dos diversos níveis de ensino;**
9. **Criar uma plataforma online de crowdfunding** ou incentivar a presença de projetos da Região em plataformas existentes para viabilizar ideias e projetos empreendedores;
10. **Criar Fundo de Investimento de Capital de Risco** para o apoio à realização de novos projetos empresariais de mérito (capital semente para *start-ups*). Consiste na agregação de um pequeno montante que será aplicado em negócios emergentes com mérito. Esse fundo é apenas investido se e quando complementado com investimento privado. Deve ser aplicado a projetos provenientes dos concursos de ideias e gerido pela própria direção da Rede;
11. **Apoiar a criação de empresas no âmbito do comércio de proximidade** pela sua importância na revitalização dos centros urbanos e rurais;
12. **Criar prémios anuais de empreendedorismo e excelência empresarial da Região** em parceria com associações empresariais;
13. **Promover captação de capital externo para viabilização de ideias regionais**, nomeadamente através de *matching* entre investidores e empreendedores;
14. **Desenvolver projeto de prospeção de mercado e avaliação de oportunidades**, preferencialmente de carácter transfronteiriço;
15. **Apostar na criação da marca Beira Baixa** como elemento agregador e suporte à promoção externa da economia regional (ligação ao P8).

P3. Programa de Gestão e Valorização Integrada dos Recursos Naturais

Objetivo Estratégico

OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Objetivos Específicos

- **Sensibilizar a população para a importância estratégica dos recursos naturais da Beira Baixa** para o desenvolvimento territorial e o equilíbrio ecológico;
- **Valorizar a complementaridade entre espaços urbanos e rurais** numa lógica de sustentabilidade do território, apostando na interdependência das funções de cada um e na preservação das suas identidades, permitindo o desenvolvimento e crescimento de ambos;
- **Garantir a manutenção da paisagem rural;**
- **Promover a mudança de comportamentos da população** através da aposta na educação para a sustentabilidade;
- **Otimizar a sustentabilidade de infraestruturas e equipamentos das entidades públicas;**
- **Promover a melhoria da eficiência energética das empresas**, em concertação com as entidades de IDI da Região;
- **Criar uma estratégia energética regional e local** que permita monitorizar, aferir padrões, introduzir fatores de racionalização e gestão integrada de consumos energéticos e informar sobre poupanças geradas;
- **Desenvolver sistemas de monitorização, previsão, alerta e resposta** para prevenção de riscos naturais (nomeadamente riscos de incêndio florestal);
- **Favorecer a utilização de energias renováveis diversificadas** (eólica, biogás, solar) nos setores doméstico, industrial e serviços;
- **Promover a minimização dos resíduos e a reciclagem**, introduzindo a variável do ciclo de vida dos produtos no contexto do aprovisionamento público.

Descrição

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações com incidência no eixo **Proteção ambiental**:

1. Elaborar e implementar um **Plano Regional de Riscos Naturais e Tecnológicos**;
2. Elaborar e implementar **Plano Regional de Proteção Civil** com implementação de ações comuns a todos os municípios:
 - Rede de câmaras de videovigilância;
 - Pontos de água para apoio aos meios aéreos e terrestres em pontos críticos;
 - Rede primária e secundária garantindo a descontinuidade de floresta;
 - Sistema de rede rádio SIRESP ao nível dos municípios;
 - Cartografia de escala uniforme: Urbana 1/2000, Rural 1/10000 ou 1/5000;
 - Servidor centralizador de informação, disponível para diferentes tipos de utilizadores com diferentes acessos (desde a proteção civil ao turista);
 - Projetos conjuntos de prevenção e sensibilização;
3. Elaboração do **Plano Regional de Gestão e Valorização Integrada dos Recursos Naturais**, nomeadamente dos recursos hídricos e do Tejo internacional, das serras da Gardunha, Malcata, Marateca, barragem e vales do Ocesa como mais-valias para as áreas de especialização prioritárias (turismo – percursos; agroalimentar – regadios);
4. Elaborar **Plano Regional de valorização da floresta** com definição de propostas de prevenção de riscos e propostas relativas:
 - Organização de proprietários florestais em zonas de intervenção florestal (ZIF);
 - Certificação florestal;
 - Projetos temáticos de integração de proprietários, nomeadamente para:
 - Exploração da madeira;
 - Aproveitamento da biomassa;
 - Exploração de matos e florestas por rebanhos;
 - Valorização de produtos endógenos;
 - Aproveitamento para fins turísticos;
 - Promoção de sistemas de exploração agrícola e florestais sustentáveis;
 - Valorização turística da floresta;
 - Modelo de ordenamento e florestação de combate aos riscos florestais tradicionais - plantio de espécies autóctones resistentes ao fogo, etc.;
 - Levantamento e elaboração do cadastro florestal da Região;
 - Implementação de boas práticas e utilização sustentável dos recursos para a promoção do desenvolvimento rural;
5. **Concluir os sistemas infraestruturais de base** e monitorização do seu correto funcionamento (abastecimento, coleta e tratamento);
6. **Implementar iniciativas de divulgação local e regional do património natural e cultural classificado** – Conhecer para proteger;
7. **Valorizar de forma integrada de áreas protegidas e desenvolvimento de sistema sustentável de visita** – mobilidade suave;
8. **Criar um programa regional de cinegética responsável**, valorizando o potencial das tecnologias de informação e eletrónica para a sua correta promoção e gestão (sistema de vigilância, mobilidade dos praticantes, etc.);
9. **Participar em redes internacionais para troca de experiências e conhecimento** na área da gestão sustentável da floresta e da proteção contra fogos florestais.

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações com incidência no eixo **Energia**:

10. Elaborar e implementar **Plano regional de eficiência energética nos edifícios, equipamentos públicos e sistemas de transporte e no setor privado** (empresas e cidadãos):
 - Rede de edifícios e equipamentos sustentáveis;
 - Rede regional de apoio à mobilidade sustentável - aquisição de veículos elétricos para utilização por parte de autoridades públicas, nomeadamente nas frotas municipais, transporte coletivo e escolar, serviços municipalizados, pretendendo-se contribuir para o acréscimo da utilização dos postos existentes na Região;
 - Espaços públicos eficientes (sombreamento, contadores inteligentes, ventilação natural, coberturas verdes, jardins verticais, isolamento térmico);
 - Incentivos diretos à melhoria do desempenho energético de edifícios privados, incluindo o apoio à aquisição de equipamento de consumo energético reduzido;
 - Formação para profissionais da construção e urbanismo (requisitos para o desempenho energético mínimo em edifícios, conforto térmico, proteção ambiental, redução das emissões dos gases de efeito estufa, desenho urbano sustentável: sombreamento, ventilação, vegetação, isolamento, etc.);
11. Dar continuidade aos **projetos promovidos pelo INOVCLUSTER na área da eficiência energética**:
 - **INOENERGY** – Caracterização de unidades Industriais utilizadoras de Frio e desenvolvimento de soluções que promovam a melhoria da sua eficiência energética;
 - **ECODEEP** – plataforma de apoio à implementação de um conjunto de ferramentas de análise dos sistemas produtivos do sector agroalimentar de forma a torná-los mais eco eficientes e competitivos;
12. **Implementar uma campanha de sensibilização** para comportamentos sustentáveis, alertando para:
 - Benefícios da utilização de sistemas de microgeração;
 - Custos reais e ambientais da utilização de energia;
 - Autossuficiência energética;
 - Utilização de energias provenientes de fontes renováveis diversificadas (eólica, biogás, solar, biomassa);
13. **Desenvolver programa piloto de medições e controle de consumos energéticos**, a implementar na administração pública local (iluminação pública, gestão de consumos em edifícios municipais, gestão de frotas e viagens);
14. Promover e apoiar **iniciativas-piloto de autossuficiência energética em contexto doméstico, empresarial e industrial** – fontes de energia eólica, biomassa, solar e hídrica;
15. Criar **programa de eficiência energética para cidadãos, serviços públicos e empresas**, com especial enfoque para a construção e reabilitação de edifícios – apoios/incentivos à construção e reabilitação sustentável;
16. **Elaborar plano integrado regional de valorização da biomassa florestal** com definição da capacidade regional e de operações de pedidos de certificação e exploração da biomassa para fins energéticos;
17. **Integrar redes internacionais em projetos inovadores com teste / aplicação na área energia sustentável.**

P4. Rede Regional de Educação, Formação e Emprego

Objetivo Estratégico

P4.1 Rede Regional de Educação, Formação e Emprego - Talento Regional

Objetivos Estratégicos

- **Desenvolver programas preventivos para crianças e jovens em risco de uma saída antecipada do sistema de ensino** (equipas multidisciplinares);
- **Promover o sucesso educativo** por via da orientação escolar e profissional, do apoio psicopedagógico e outras componentes de apoio à aprendizagem;
- **Aumentar as componentes letivas subordinadas à formação de valores e atitudes** - criatividade, esforço, espírito empreendedor, cooperação, responsabilidade, autonomia, aceitação de risco e de erro, etc.;
- **Estreitar as relações com as empresas**, através da criação de fóruns escola-empresa;
- **Apostar em percursos alternativos a nível curricular** com forte incidência na adaptação dos currícula às necessidades da Região e com especial enfoque nas áreas de especialização prioritárias – agroalimentar, turismo, floresta;
- **Promover a atratividade do ensino superior**, enquanto fator competitivo numa economia assente no conhecimento;
- **Reforçar a formação profissional dual ou vocacional facilitadora da entrada no mercado de trabalho**, pela adequada articulação com o tecido económico e social e com as instituições promotoras de emprego;
- **Estruturar as necessidades regionais no quadro nacional das competências de formação (QNQ)**;
- **Incentivar práticas de aprendizagem ao longo da vida** e demonstrar a relevância da educação a adultos;
- **Promover educação de adultos em áreas como as novas tecnologias e competências** mais apropriadas ao padrão produtivo da Região.

Descrição

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações no eixo **EDUCAÇÃO**:

1. **Elaborar Carta Educativa Intermunicipal**, e realização de operações relativas à conclusão da rede ou reabilitação de unidades. É importante que se garanta uma adequação à realidade demográfica da Região, permitindo a existência de padrões mínimos que possam assegurar a qualidade de vida da população local e uma lógica de proximidade aos equipamentos;
2. **Elaborar Instrumento Regional de Suporte à gestão do parque escolar**, com identificação de atividades a promover em toda a Região no âmbito do enriquecimento curricular e desenvolvimento de competências dos alunos (especial enfoque para as áreas da criatividade, empreendedorismo, web e programação, conhecimento da Região e das suas atividades económicas);
3. **Promover intercâmbios entre escolas e escola empresa**, com vista a aproximar os dois universos e garantir a retenção dos alunos na Região. Se possível implementar este programa numa abordagem transfronteiriça;
4. **Elaborar diagnóstico das necessidades de formação e qualificação da Região e das empresas aqui sedeadas** e criar grupo de trabalho regional com entidades de ensino, investigação e formação com o compromisso de criar/reformular respostas disponíveis para a população e empresas;
5. **Implementar projetos-piloto regionais com os seguintes fins:**
 - Ensino em contexto prático para jovens em idade escolar e para população em idade ativa que esteja em contexto de aprendizagem;
 - Uso inteligente e inovador de tecnologia, nomeadamente acesso a recursos na Internet, utilização de *hardware* e *software* inovadores e a introdução da aprendizagem através de jogos lúdicos de índole didática (gamificação);
 - Estimulo à inovação, com especial ênfase nas seguintes áreas: matemática, cultura científica e tecnológica, desenho, cidadania, empreendedorismo; bem como nas áreas de especialização regional;
 - Valorização do património natural e cultural regional;
 - Sistema de informação regional para acompanhamento dos alunos ao longo do seu percurso académico, em especial a partir do secundário, com base de dados de todos os estudantes a frequentar o ensino superior ou formação especializada e a sua situação atual face ao emprego;
6. **Criar programa regional de excelência empresarial e académica** que se traduza em protocolos de cooperação entre empresas e entidades de ensino.

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações no eixo **FORMAÇÃO**:

7. **Criar a Rede Regional para a Qualificação e Formação do Talento Regional da Beira Baixa**, constituído por escolas, entidades formadoras, institutos de ensino superior e associações representativas do tecido económica com o propósito de:
 - Ajustamento entre a oferta de cursos profissionais e as necessidades do tecido empresarial;
 - Introdução de inovações nos currículos formativos, contando nomeadamente com colaboração de pessoas associadas aos setores tradicionais associados às áreas de especialização da Beira Baixa e ao setor criativo e cultural;
 - Incremento do conhecimento sobre o mercado de trabalho em Espanha – lógica transfronteiriça;
 - Alargamento das áreas de formação, nomeadamente para competências organizacionais, sociais ou outras consideradas relevantes;
 - Monitorização e avaliação periódica dos resultados;
 - Organização de intercâmbios com parceiros transfronteiriços;

8. **Elaborar um diagnóstico permanente das necessidades do tecido empresarial da Região**, criando um **programa de formação e qualificação** capaz de responder às necessidades de empresas que se desejem instalar na Beira Baixa;
9. **Elaborar o catálogo de ofertas** (de acordo com o quadro nacional de competências) e **saídas profissionais da Região**.

P4.2 Rede Regional de Educação, Formação e Emprego - Emprego

Objetivos Estratégicos

- **Garantir a existência de um mercado de trabalho inclusivo**, que garanta a igualdade de oportunidades, contrariando obstáculos como o acesso limitado ao ensino, recrutamento inadequado, desigualdade de género, desencontro entre a formação e as necessidades das empresas, desequilíbrio entre a vida familiar e profissional (*Framework Agreement on Inclusive Labour Markets*, 2010);
- **Promover a reconversão profissional das pessoas desempregadas ou em risco de desemprego**, respondendo às necessidades do mercado de trabalho;
- **Promover a eficácia e adequação das políticas ativas de emprego**, por um planeamento conjunto entre as entidades promotoras de emprego (IEFP, GIP), as empresas regionais e as autarquias e instituições;
- **Desenvolver respostas integradas no domínio das medidas ativas de emprego**, garantindo o acesso dos grupos mais vulneráveis ao mercado de trabalho;
- **Promover a integração transfronteiriça dos mercados de trabalho**.

Descrição

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

1. **Desenvolver e gerir uma Plataforma de Informação com oferta e procura de emprego**, organizada por setores e níveis de formação, sendo preferencialmente de abrangência regional (Beira Baixa) com extensão a oportunidades na Região espanhola vizinha;
2. Criar um **Programa de Estágios** de curta duração, nas empresas da Região ou na Região vizinha da Extremadura, para:
 - jovens do ensino secundário e profissional;
 - jovens do ensino superior;
 - indivíduos em idade ativa em situação de desemprego;
3. Desenvolver um **Programa de Oportunidades** para desempregados, criando uma bolsa de empregos de curta duração com oportunidade de contratação;
4. **Criar um programa de valorização e inserção profissional no 3º setor** que deverá estruturar-se de forma a aproveitar as oportunidades decorrentes das necessidades das empresas e apoiar camadas da população desfavorecidas;
5. **Criar um programa de valorização e inserção profissional no 1º setor** que deverá estruturar-se de forma a aproveitar as oportunidades decorrentes do potencial existente na Beira Baixa e apoiar camadas da população desfavorecidas;
6. **Criar programa de emprego transfronteiriço**, com a remoção de eventuais barreiras ao fluxo transfronteiriço de trabalhadores e com o reforço de mecanismos de apoio à procura de emprego, entre outras iniciativas.

P5. Programa de Revitalização Integrada do Sistema Urbano Regional

Objetivo Estratégico

OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Objetivos Específicos

- **Valorizar a complementaridade entre espaços urbanos e rurais** numa lógica de sustentabilidade do território, apostando na interdependência das funções de cada um e na preservação das suas identidades, permitindo o desenvolvimento e crescimento de ambos;
- **Apoiar e implementar programas de regeneração de espaços urbanos e rurais** com intervenções públicas e privadas complementares;
- **Promover o comércio local e os benefícios do consumo de proximidade**, bem como dos produtos locais e cujo processo de produção acarreta menor impacto para a sustentabilidade e o meio ambiente;
- **Promover a mobilidade inter e intra concelhia por via da intermodalidade, sempre que possível através de redes de transportes públicos** – desenvolver plano de mobilidade regional e planos de mobilidade urbanos.

Descrição

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

1. Estudar dinâmicas urbanas diárias e sazonais e elaborar **plano integrado de revitalização sustentável do sistema urbano-rural da Beira Baixa**, com:
 - Identificação de complementaridades funcionais e planeamento de respostas públicas em domínios como a mobilidade e transportes, sistemas de abastecimento energético, saúde, ensino, cultura, espaços comerciais, espaços verdes, proteção civil, etc.;
 - Propostas específicas para cada um dos aglomerados regionais, identificando intervenções prioritárias de qualificação de espaços públicos e privados, com especial relevo para a Cidade de Castelo Branco pelo seu papel enquanto motor do sistema urbano regional;
 - Avaliação das dinâmicas transfronteiriças nestes domínios;
2. Implementar **plano regional para manutenção de infraestruturas básicas de suporte à qualidade de vida** na Beira Baixa, com modelos adequados a territórios rurais de baixa densidade, nomeadamente abastecimento de água, energia e saneamento – avaliar e monitorizar sistemas de gestão destas redes;
3. Desenvolver estratégia de **dinamização dos equipamentos culturais e desportivos da Região**, com especial ênfase para a Cidade de Castelo Branco com equipamentos de escala supra local e com capacidade de atração de eventos de grande projeção;
4. Criar um programa de **revitalização do comércio e serviços da Beira Baixa** adaptando-os às necessidades dos atuais consumidores e a maior eficiência de recursos:
 - Modernização;
 - Suporte tecnológico;
 - Horários de abertura ao público;
 - Sustentabilidade;
 - Promoção conjunta (marca) – em conjugação com o P8.1;
 - Alargamento do mercado;
 - Capacidade de resposta à Região transfronteiriça;
5. **Criar sistema de incentivos à reabilitação e requalificação dos espaços construídos urbano-rurais** valorizando técnicas sustentáveis;
6. **Elaborar e implementar plano intermunicipal de mobilidade da Beira Baixa** adequado às necessidades deste território de baixa densidade e que tenha em consideração:
 - Implementação de um sistema integrado de transportes contemplando soluções que viabilizem a adoção de políticas de gestão de mobilidade sustentáveis e implementação de transportes em áreas de baixa densidade;
 - Caracterização global da mobilidade regional (transporte individual, transporte coletivo, sistema ciclável e pedonal, estacionamento);
 - Enquadramento na Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROTC);
 - Propostas de intervenção com vista à sustentabilidade e inclusão dos sistemas de mobilidade criando um sistema regional de mobilidade;
 - Propostas para potenciar a intermodalidade do sistema de transportes públicos/coletivos entre os diferentes operadores;
 - Propostas para melhorar as condições de acessibilidade logística a espaços de localização de empresas da Região;
 - Necessidade de completar as ligações ferroviárias e rodoviárias de ligação a Espanha – obras prioritárias para a afirmação da competitividade regional - ex. IC31 e ligação ferroviária à linha da beira alta;
 - Abordagens micro à mobilidade universal em cada município;
7. **Criar base de dados regional de imóveis e espaços disponíveis (em espaços urbanos e rurais)**, categorizando-os por funções potenciais e fazer divulgação da mesma através de canais virtuais internacionais.

P6. Programa Beira Baixa Inclusiva

Objetivo Estratégico

OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Objetivos Específicos

- **Garantir a existência de apostas na economia social**, nomeadamente ao nível de novas respostas de proximidade;
- **Consolidar e qualificar a rede institucional e de respostas sociais**, segundo a lógica de serviços de proximidade;
- **Desenvolver tecnologias de apoio à qualidade de vida com enfoque na população idosa institucionalizada e não institucionalizada** – combater o isolamento e a solidão e prestar melhores cuidados;
- **Reforçar o trabalho de parceria entre as instituições responsáveis pelas políticas de solidariedade** e que têm responsabilidades ao nível das políticas de emprego, educação e formação;
- **Valorizar os grupos sociais particularmente vulneráveis e desfavorecidos** (como a terceira idade) e promover o fomento do intercâmbio de experiências e de vivências lúdicas, desportivas e culturais;
- **Reforçar as políticas locais, de atuação imediata**, possibilitadoras de colmatar problemas existentes através da garantia de recursos mínimos e da satisfação de necessidades básicas;
- **Apostar na intervenção precoce** em áreas como a família, a saúde e a educação com apoio de equipas técnicas multidisciplinares;
- **Implementar programa de acompanhamento do envelhecimento ativo**;
- **Promover a responsabilidade social**: reforçar laços comunidade – empresas na Beira Baixa.

Descrição

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

1. Implementar **medidas sociais de discriminação positiva, nomeadamente a nível fiscal**, através de negociação com entidades municipais, regionais e nacionais no sentido de atrair e fixar a população;
2. **Desenvolver a Carta de Equipamentos e Serviços Públicos da Beira Baixa**, a qual deve avaliar a taxa de cobertura e a qualidade da oferta dos equipamentos escolares, de saúde, de apoio à terceira idade e à infância, culturais, recreativos e desportivos; avaliar a sua utilização (rentabilização e taxas de utilização dos espaços e serviços) e **implementar sistema de utilização em rede e intervenções identificadas como necessárias**. É importante que se garanta uma adequação à realidade demográfica da Região, permitindo a existência de padrões mínimos que possam assegurar a qualidade de vida da população local e uma lógica de proximidade aos equipamentos;
3. **Desenvolver a Carta Social da Beira Baixa**, efetuando um levantamento de novas necessidades / oportunidades (crianças, jovens, idosos, população com doenças mentais, população com deficiência, famílias com necessidades de alojamento temporário) para criar novas respostas de proximidade e **implementar respostas e intervenções identificadas**;
4. **Promover a Rede Social da Beira Baixa** forte e dinâmica, dotada de um serviço próprio que promova:
 - **Novas respostas de proximidade** em parceria com as instituições locais e empresas do 3º sector – levantamento de novas necessidades / oportunidades;
 - **Redes municipais móveis de apoio à população isolada e carenciada**: cuidados de saúde e outros apoios sociais básicos;
 - **Rede Ocupacional da terceira idade** para recuperação dos saberes tradicionais;
 - **Programa de acompanhamento do envelhecimento ativo**, promovendo-o junto da população residente e junto da diáspora (população que potencialmente regressará à Beira Baixa – raízes);
 - **Gabinete itinerante** de intervenção precoce para apoio à infância;
 - **Espaço de resposta a indivíduos e ou famílias com necessidades de alojamento temporário** e trabalhar os seus projetos de vida;
 - **Programa de apoio e promoção de vivências ativas** para a população com deficiências;
 - **Programa de responsabilidade social dos municípios**;
 - **Programa de responsabilidade social nas empresas** na Região (campanhas de promoção nas empresas para que comecem a elaborar os seus próprios programas de responsabilidade social, apelando a atividades como – reabilitação de espaços para infância e 3ª idade, inserção de idosos ou população com incapacidades em atividades temporárias, etc.);
 - **Programa de voluntariado intermunicipal** – rede de troca de serviços (suporte em plataforma online);
5. **Implementar programas piloto de utilização de tecnologias de telemonitorização e teleassistência** de apoio à qualidade de vida com enfoque na população idosa institucionalizada e não institucionalizada e que muitas vezes está isolada. Testar a sua utilização em todos os municípios da Região em indivíduos e instituições selecionadas;
6. **Implementar programas de telemedicina**.

Este projeto deve ter forte ligação com o P5.

P7. Redes de Cooperação Beira Baixa

Objetivo Estratégico

OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Objetivos Específicos

- **Apostar na cooperação com Espanha** e com territórios europeus de baixa densidade na definição de áreas de atuação conjunta;
- **Estabelecer contactos com entidades nacionais e europeias relevantes** e promover ações de cooperação internacional em domínios estratégicos;
- **Participar em eventos relevantes nas áreas de especialização prioritárias** – agroalimentar, turismo, ambiente;
- **Garantir a integração da Beira Baixa em redes de cooperação territorial e temática**, nomeadamente com regiões espanholas de fronteira e outras regiões homólogas europeias.

Descrição

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

1. **Estabelecer contactos com entidades nacionais e europeias relevantes;**
2. **Visitar e estabelecer contactos com redes ou projetos** identificados como catalisadores de iniciativas na Beira Baixa;
3. **Participar em eventos relevantes nas áreas de especialização prioritárias** – agroindústria, floresta, turismo;
4. **Garantir a integração da Beira Baixa em redes de cooperação territorial e temática:**
 - **Criar um Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça (AECT)** com regiões espanholas de fronteira e/ou outras regiões homólogas europeias; Os AECT visam facilitar e promover a cooperação territorial - transfronteiriça, transnacional e interregional – entre os seus membros, exclusivamente no intuito de reforçar a coesão económica e social no território da União Europeia;
 - Criar um **Living Lab Beira Baixa** associado à cocriação de tecnologias e serviços associados às necessidades regionais, nomeadamente no setor agroindustrial, valorizando as quatro atividades centrais de um Living Lab:
 - **Cocriação:** co-design por utentes e produtores;
 - **Exploração:** descoberta de funções, comportamentos e mercados emergentes;
 - **Experimentação:** implementação de cenários reais no seio de comunidades de utilizadores;
 - **Avaliação:** validação de conceitos, produtos e serviços de acordo com critérios socio ergonómicos, sociocognitivos e socioeconómicos.

Este *living lab* deve promover o posicionamento da Beira Baixa como centro de inovação e de boas práticas no âmbito do desenvolvimento sustentável em áreas rurais, assumindo o setor agroflorestal como foco do modelo económico;
5. **Estabelecer protocolos de cooperação com universidades nacionais e internacionais** para a promoção da inovação em setores económicos estratégicos, na área dos recursos naturais e culturais e na área da energia;
6. **Estabelecer protocolos de cooperação com empresas nacionais e internacionais** nas áreas de especialização prioritárias;
7. **Apoiar a abertura ou a intensificação das trocas das empresas da Região nos mercados globais:**
 - Apoio à participação internacional em eventos ou missões;
 - Estabelecimento de trocas internacionais de estudantes nas áreas da Clusterização;
 - Apoio e assistência à exportação e às redes de exportação;
8. **Participar em projetos europeus (exemplo HORIZON 2020)** com o intuito de inovar e potenciar as cadeias de valor existentes;
9. **Promover e integrar projetos que explorem novos setores**, preferencialmente alinhados ou provenientes das complementaridades das três áreas de especialização prioritárias.

P8. Programa Beira Baixa terra de excelência

Objetivo Estratégico

OE1

OE2

OE3

OE4

OE5

OE6

OE7

OE8

Objetivos Específicos

- P8.1 Programa Beira Baixa terra de excelência - Marca Beira Baixa
- P8.2 Programa Beira Baixa terra de excelência - Destino turístico

P8.1 Programa Beira Baixa Terra de Excelência – Marca Beira Baixa

Objetivos Estratégicos

- **Criar uma marca/imagem Beira Baixa**, conferindo um símbolo de qualidade e diferenciação e que divulgue e promova de forma integrada a Região;
- **Garantir o apoio à produção e à valorização dos produtos agroalimentares, florestais e turísticos da Região;**
- **Criar redes de transferência e valorização do conhecimento entre instituições de ensino locais e externas e com Centros de Apoio Tecnológico (exemplo CATAA);**
- **Criar uma rede de comercialização nacional e internacional** dos produtos regionais;
- **Encorajar a integração do design nas estratégias empresariais** com apoio nas instituições (InovCluster, IPCB) existentes na Região;

Descrição

Este projeto pretende dar continuidade ao projeto **PROVERE Terras de Excelência**, nomeadamente à criação de uma MARCA Beira Baixa capaz de aglutinar as iniciativas regionais e promover o território de forma integrada.

O PROVERE Beira Baixa – Terra de Excelência surge como uma associação dos quatro municípios da Beira Interior Sul para de forma concertada “*conjugando a valorização do território, dos produtos e dos eventos, potenciando a qualidade, a singularidade e a diversidade, construindo um espaço rural atrativo para investir, visitar e residir*”.

O projeto envolve a concretização das seguintes ações:

1. Alocar uma **equipa intermunicipal com vista à gestão do marketing e comunicação do território**. Esta equipa deverá ser coordenada diretamente pela CIMBB, com o apoio dos serviços de comunicação de cada município e parceiros. O trabalho a desenvolver pela mesma deve ter na sua base o conhecimento detalhado de todos os projetos e atividades desenvolvidas pelos concelhos e o seu tratamento para que sejam comunicadas para o exterior com base nos objetivos estratégicos definidos, e orientadas para cada um dos segmentos alvo;
2. **Elaborar e implementar uma Estratégia de Marketing e Internacionalização da Beira Baixa**, após a realização de um intensivo diagnóstico das características da Região e das necessidades do seu tecido económico e social;
3. **Criar o branding Beira Baixa**, envolvendo as seguintes tarefas:
 - Desenvolver caderno de especificação para produtos e agentes;
 - Angariar rede de serviços e produtos aderentes;
 - Promover a marca interna e internacionalmente;
4. **Difundir a marca Beira Baixa**, pela presença permanente em jornais/revistas especializadas, missões e feiras nacionais/internacionais;
5. **Implementar programas anuais de missões e acolhimentos empresariais** com mercados estratégicos, coordenando sempre atuações com a AICEP/Diplomacia Económica e Associações Empresariais procurando aproveitar esforços de promoção em mercados-alvo com vantagens derivadas para o território. Conciliar sempre a presença das empresas da Região com iniciativas prévias de formação para preparação da missão e/ou acolhimento;
6. Coordenar um calendário integrado de eventos a nível regional, assegurando a Beira Baixa como destino de investimento com convite direto a entidades consideradas relevantes;
7. **Organizar um calendário anual de participações em feiras e eventos nacionais e internacionais** para os setores prioritários – agroindústria, turismo, floresta;
8. **Desenvolver canais de comunicação e divulgação** permanente da dinâmica empresarial da Região e contacto com clientes e investidores:
 - **Newsletter** com periodicidade definida;
 - **Dossiers regionais temáticos** – agroindústria, floresta, turismo. (Estrutura indicativa: Introdução, O Sector “x”, Porquê comprar na Beira Baixa? Porquê investir na Beira Baixa? Fatores diferenciadores, Contactos).

P8.2 Programa Beira Baixa terra de excelência - Destino turístico

Objetivos Estratégicos

- **Criar canais de promoção e distribuição do destino Beira Baixa;**
- **Apostar em sistemas e produtos com base nas tecnologias de informação e comunicação**, nomeadamente a integração em plataformas de grande procura na web e através da disponibilização de uma plataforma regional com conteúdos estruturados de acordo com segmentos de mercado;
- **Estruturar a oferta de turismo**, pela análise e sistematização de condições de visitação, formação de recursos humanos, roteiros, rede de alojamento, rede de restauração, meios de acessibilidade e mobilidade, focos de comércio tradicional;
- **Garantir a existência de propostas de valor** capazes de diferenciar o produto Turismo;
- **Articular o sub produtos turísticos** presentes na Região, Turismo Natureza, Touring – Turismo Cultural, Saúde e Bem-estar, Gastronomia e Vinhos;
- **Garantir a projeção nacional e internacional**, pela comunicação do património existente;
- **Criar um programa turístico da Beira Baixa**, pela valorização e rentabilização infraestruturas existentes, e pela concertação e criação de dinâmicas que garantam um calendário contínuo de atividades;
- **Promover projetos transfronteiriços de promoção do património natural e cultural;**
- **Ter sempre como premissa o princípio do desenvolvimento sustentável**, valorizando e respeitando o meio ambiente e o equilíbrio territorial;
- **Encorajar a integração do design nas estratégias empresariais de turismo** com apoio nas instituições de ensino superior existentes na Região;
- **Apoiar a participação em eventos e missões no estrangeiro.**

Descrição

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

1. **Criar o gabinete de promoção do destino Beira Baixa**, com técnicos da CIMBB e dos municípios, em articulação com as regiões vizinhas espanholas e com o Turismo do Centro. Este gabinete tem a responsabilidade de integração da informação e promoção nacional e internacional, decorrente da agregação de atores regionais com o objetivo de alcançar níveis críticos de atuação, em torno dos produtos âncora da Região: Turismo Natureza, Touring – Turismo Cultural, Saúde e Bem-estar, Gastronomia e Vinhos;
2. **Criar Rede Regional destino Beira Baixa, no qual estejam presentes todos os interlocutores turísticos regionais.** Nomeadamente hotelaria, museus, câmaras municipais, termas, associações culturais, operadores de transporte, empresas de animação, entre outros;
3. **Potenciar a capacidade de atração da Cidade de Castelo Branco devido ao tecido comercial existente**, nomeadamente através de percursos comerciais temáticos;
4. **Elaborar um Programa Regional de Turismo**, articulado com redes e projetos regionais, que analise detalhadamente oferta e procura e sistematize:
 - Definição de pontos de interesse;
 - Desenho de roteiros;
 - Valorização do património cultural;
 - Uniformização de sinalética turística urbana e rural;
 - Rede de alojamento (estado e intervenções necessárias, apoio à qualificação);
 - Rede de restauração (estado e intervenções necessárias, apoio à qualificação);
 - Meios de acessibilidade e mobilidade;
 - Focos de comércio tradicional;
 - Presença em websites externos;
 - Produção de materiais de divulgação;
 - Criação de uma agenda cultural regional com oferta para diferentes públicos;
 - Organização de eventos em épocas baixas garantindo a visitação ao longo do ano;
 - Gestão turística dos espaços fulcrais do destino Beira Baixa:
 - Geopark Naturtejo da Meseta Meridional;
 - Bacia hidrográfica do Tejo;
 - Portas de Ródão;
 - Serra da Malcata;
 - Serras da Gardunha, Alvéolos e Moradal;
 - Serras quartzíticas;
5. **Criar canais de promoção e distribuição do destino Beira Baixa e adaptar-se às novas tendências de comercialização**, com base nas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente a integração em plataformas de grande procura na web e através da disponibilização de uma plataforma regional com conteúdos estruturados de acordo com segmentos de mercado (em articulação com o P8.1);
6. **Definir programa de apoio à integração de marketing, gestão e design** nas estratégias empresariais do setor;
7. **Implementar campanhas promocionais sazonais;**
8. **Desenvolver, em parceria com o IPCB, programas formativos** para técnicos de turismo e empresários envolvidos no setor (restauração, alojamento, etc.), nomeadamente para a qualidade no acolhimento, língua estrangeira, etc.;
9. **Garantir a presença em feiras nacionais e internacionais** de forma conjunta e articulada, contrariando a fragmentação de esforços (em articulação com o P8.1).

P9. Cluster Agroindustrial Beira Baixa

Objetivo Estratégico

OE1

OE2

OE3

OE4

OE5

OE6

OE7

OE8

Objetivos Específicos

- **Garantir o apoio à produção e à valorização do produto agroalimentar;**
- **Criar redes de transferência e valorização do conhecimento entre instituições de ensino locais e externas** (potenciar a localização na raia ibérica);
- **Promover o desenvolvimento rural através de práticas de cooperação** entre os diversos agentes regionais para obtenção de novos produtos, processos ou tecnologias;
- **Promover a modernização e a melhoria tecnológica no setor da agricultura;**
- **Promover a IDI aplicada a novos produtos e processos que valorizem e diferenciem o setor agroalimentar e agroindustrial da Beira Baixa** e aumentem os benefícios para os seus produtores e consumidores;
- **Criar uma marca/imagem Beira Baixa para os produtos agroalimentares**, conferindo um símbolo de qualidade e diferenciação;
- **Criar uma rede de comercialização nacional e internacional** dos produtos agroalimentares regionais;
- **Fomentar a criação de sinergias e de novos fatores de competitividade**, através, da clusterização e do empreendedorismo qualificado em cadeias produtivas fortemente alicerçadas nos recursos endógenos do território;
- **Garantir a articulação entre o sistema científico e tecnológico, o tecido produtivo da Região da Beira Baixa, a administração pública e os consumidores/utilizadores;**
- **Reforçar as capacidades de investigação e inovação** no sentido de caminhar para uma economia de base tecnológica e alto valor acrescentado;
- **Criar plataformas de transferência de conhecimento;**
- **Apoiar a participação em projetos que envolvam a inovação aberta**, com o envolvimento da população;
- **Promover a inserção contínua em redes de tecnológicas/inovação internacionais** e possibilitar a coparticipação de parceiros internacionais no desenvolvimento de projetos na Região;
- **Reforçar os instrumentos de apoio à internacionalização de PME's**, com destaque para as inovadoras;
- **Garantir a sincronização com a atuação de entidades regionais e nacionais** que atuem no apoio à internacionalização no sentido de implementar e valorizar estratégias coletivas de atuação;
- **Fomentar a entrada de talento na Beira Baixa, através de ações de mobilidade e intercâmbio** de investigadores, empresários, alunos e professores.

Descrição

Este projeto assume-se como uma ação de continuidade na Região da Beira Baixa potenciando a **existência do CATAA e do INOVCLUSTER - Associação do Cluster Agroindustrial do Centro e como catalisadores de investigação, desenvolvimento e inovação** nos setores agroalimentar e agroindustrial da Beira Baixa.

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

1. Avaliar o sistema regional de inovação na Região da Beira Baixa e **desenvolver uma estratégia de especialização inteligente (RIS3) para o setor agroindustrial**, importando a identificação de constrangimentos e oportunidades de investimento, tecnologias-chave, áreas charneira de expansão do cluster e mercados a explorar e o mapeamento dos recursos potenciais (locais de elevada capacidade produtiva, espécies, etc.);
2. Aumentar a representatividade do *cluster*, através de **programa ativo de angariação de empresas do setor** garantindo melhores resultados e maior capacidade de penetração em mercados externos;
3. **Desenvolver protocolos de colaboração com entidades do sistema científico e tecnológico, instituições de ensino superior** (nacional e internacional) e o tecido, orientando-os para a sofisticação dos produtos e serviços e para o melhor posicionamento das empresas da Beira Baixa;
4. **Criar Programa de formação e atração de talento para o cluster:**
 - Implementar sistema de formação-ação nas empresas do cluster;
 - Desenvolver diagnóstico das necessidades de formação de interesse para o cluster;
 - Promover formação intermédia e avançada de nível doutoral e pós-doutoral, em parceria com o IPCB;
 - Criar programa de mobilidade e intercâmbio entre empresas do setor e entre quadros de empresas e docentes do ensino superior regional e transfronteiriço;

5. **Criar Programa de apoio à abertura ou à intensificação das trocas nos mercados globais:**
 - Apoio à participação internacional em eventos ou missões;
 - Apoio e assistência à exportação e às redes de exportação;
 - Apoio ao desenvolvimento de acordos de cooperação e mobilidade académica para receção de alunos e investigadores de outras instituições de ensino superior;
 - Apoio a práticas de cooperação entre os diversos agentes regionais para obtenção de novos produtos, processos ou tecnologias;
 - Modernização e a melhoria tecnológica no setor da agricultura;
6. Desenvolver projeto de investigação no sentido de criar banco de sementes com espécies autóctones da Beira Baixa e que desenvolva modelos de produção mais eficientes e capazes de um combate mais eficaz a pragas (projeto comum ao P10);
7. **Apoiar a aceleração de dinâmicas empreendedoras** especialmente no que se refere à mobilização de capital para as *spin-offs* e *start-ups* no setor, a que acresce a concessão de condições indispensáveis para a sua localização adequada nas incubadoras;
8. **Desenvolver Programa de Vigilância Estratégica e Tecnológica**, para identificação de boas práticas e casos de sucesso de estratégias e projetos de desenvolvimento no setor do cluster, que permitam maior capacidade para inovar, ganhar quota de mercado, entrar em novos mercados e oferecer ao consumidor produtos de maior valor acrescentado;
9. **Apoiar a certificação de produtos locais e dar selo de qualidade ao que é produzido na Região**, criando um cabaz de produtos regionais que pudesse ser vendido em conjunto - Beira Baixa Gourmet;
10. **Promover plataformas de compras e promoção conjuntas**, garantindo o acesso a determinados mercados e ganhos de escala e criar uma **rede de distribuição e comercialização nacional e internacional** dos produtos agroalimentares regionais (complementar ao projeto 8.1);
11. **Dinamizar projetos de inovação aberta** com o envolvimento da população, de acordo com a metodologia *Living Labs*;
12. **Criar redes de transferência e valorização do conhecimento** entre instituições de ensino locais e externas (potenciar a localização na raia ibérica) e pela integração em redes de tecnológicas/inovação internacionais relevantes e promoção de projetos internacionais;
13. **Criar um prémios anuais para:**
 - Investigadores que desenvolvam uma inovação ou investigação orientada para a criação de soluções para problemas reais existentes nas empresas localizadas na Beira Baixa;
 - Empresas com processos de internacionalização marcantes e que sejam exemplos de sucesso;
 - Inovação empresarial.

P10. Programa de valorização da fileira florestal da Beira Baixa

Objetivo Estratégico

OE1

OE2

OE3

OE4

OE5

OE6

OE7

OE8

Objetivos Específicos

- Promover a gestão e valorização da floresta;
- Criar planos para o sequestro de carbono e aferir as oportunidades do mercado de carbono para a Região da Beira Baixa;
- Promover a cinegética responsável;
- Desenvolver o cadastro florestal de forma contínua a todo a Região;
- Proceder à reflorestação tendo em consideração a diversidade de fins da floresta, incluindo a valorização energética e material, o enquadramento paisagístico e o contributo ecológico;
- Promover a diversificação das espécies florestais, especialmente no contexto das explorações florestais;
- Garantir a existência de estratégias de monitorização e prevenção de riscos;
- Participar em projetos internacionais de exploração da floresta com propósitos ou processos inovadores.

Descrição

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

1. Elaborar diagnóstico e mapeamento de aproveitamento dos recursos florestais:

- Biomassa;
- Turismo;
- Produtos alimentares;
- Madeira;
- Componente ecológica;

2. Criar rede de serviços especializados de apoio a produtores florestais, afirmando a Beira Baixa como centro de conhecimento do setor. Neste âmbito, tirar partido da presença de elementos âncora como o Centro de Ciência Viva da Floresta (reciclar conceito e torná-lo mais abrangente e orientado para a inovação na fileira). Esta rede deve potenciar a existência de:

- Apoio a projetos de inovação ou de investigação de:
 - Desenvolvimento de novos produtos florestais;
 - Aplicação dos recursos florestais em outros domínios como o Habitat;
 - Aplicação das TIC na monitorização da floresta;
 - Produtos florestais de qualidade;
 - Cinegética;
- Programa de apoio direto e implementação do processo de certificação da floresta da Região para madeira e outros fins;
- Programa de apoio direto processos de reflorestação recorrendo a leque diversificado de espécies;
- Identificação e criação de polos de venda e distribuição dos produtos da floresta – economias de escala e possibilidade de entrada em mercados;

3. Apoiar o desenvolvimento de projetos inovadores e sustentáveis aplicados à fileira do papel e minimizar impactos negativos que possam ser provocados pela necessidade de monoculturas e pela implantação industrial;

4. Certificar a Floresta da Beira Baixa;

5. Desenvolver projeto de investigação no sentido de criar banco de sementes com espécies autóctones da Beira Baixa e que desenvolva modelos de produção mais eficientes e capazes de um combate mais eficaz a pragas.

6.2 Articulação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa com o Programa de Ação Regional CRER 2020

Considerando a necessária articulação do Programa de Ação Regional CRER 2020 com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa, procedeu-se a uma nova verificação do primeiro uma vez que está neste momento consolidada a carteira de projetos regionais construída com o contributo alargado das entidades ao longo de todo o período de desenvolvimento do trabalho, nomeadamente no âmbito das atividades do Grupo de Ação Regional. **De salientar que nas atividades do GAR esteve presente um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro o que permitiu assegurar a devida articulação e acompanhamento das opções sub-regionais (NUTS III) e alinhamento das opções da Região (NUTS II).**

No documento estratégico regional (CRER 2020) são estabelecidas para a Região Centro as seguintes prioridades Nucleares:

1. Sustentar e Aumentar a Criação de Valor
2. Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão
3. Gerar, Captar e Reter Talento
4. Reforçar a Coesão Territorial
5. Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas Existentes
6. Consolidar a Capacitação Institucional

Com base nestas prioridades nucleares, o CRER 2020 preconiza uma estratégia, constituída por eixos e respetivos objetivos e **domínios de intervenção** na Região Centro (articulados com a RIS3 e com o Programa Operacional Regional) que se apresentou anteriormente neste documento, sendo, com base no exposto, possível afirmar que a estratégia definida pela NUTS II foi construída tendo em conta as reais necessidades da Região Centro e o trabalho desenvolvido pelas CIM respeitando as diretrizes comunitárias de definição de prioridades numa lógica territorial e de proximidade com os agentes de desenvolvimento locais. Existe assim um pleno alinhamento entre as estratégias definidas para a NUTS III Beira Baixa e para a NUTS II Região Centro, como se demonstra na tabela seguinte.

Tabela 23. Matriz de correlação entre projetos Beira Baixa 2020 e CRER 2020.

Id	Projetos Beira Baixa 2020	CRER 2020 (Eixos)	RIS3 (Domínios)	Programa Operacional (Eixos)
1	Agenda Digital e Tecnológica da Beira Baixa	EIXO 1 EIXO 2 EIXO 3	Agricultura Floresta Turismo TICE Biotecnologia Saúde, Bem-Estar	COMPETIR
2	Programa Regional de Apoio à Iniciativa Empresarial	EIXO 1 EIXO 2	Agricultura Floresta Turismo	COMPETIR EMPREGAR E CONVERGIR
3	Programa de Gestão e Valorização Integrada dos Recursos Naturais	EIXO 4 EIXO 5	Agricultura Floresta Turismo	SUSTENTAR E CAPACITAR
4	Rede Regional de Educação, Formação e Emprego	EIXO 2	Agricultura Floresta Turismo	APRENDER EMPREGAR E CONVERGIR
4.1	Rede Regional de Educação, Formação e Emprego - Talento Regional			
4.2	Rede Regional de Educação, Formação e Emprego - Emprego			
5	Programa de Revitalização Integrada do Sistema Urbano Regional	EIXO 4 EIXO 5	TICE	APROXIMAR E CONVERGIR SUSTENTAR E CAPACITAR
6	Programa Beira Baixa inclusiva	EIXO 3	Saúde, Bem-Estar	APROXIMAR E CONVERGIR
7	Redes de Cooperação Beira Baixa	EIXO 3	Agricultura Floresta Turismo	APROXIMAR E CONVERGIR
8	Programa Beira Baixa terra de excelência	EIXO 2	Agricultura Floresta Turismo Saúde, Bem-Estar	COMPETIR
8.1	Programa Beira Baixa terra de excelência – Marca Beira Baixa			
8.2	Programa Beira Baixa terra de excelência - Destino turístico			
9	Cluster Agroindustrial Beira Baixa	EIXO 1 EIXO 2	Agricultura Floresta TICE Biotecnologia Saúde, Bem-Estar	COMPETIR IDEIAS
10	Programa de valorização da fileira florestal da Beira Baixa	EIXO 1 EIXO 2	Floresta	COMPETIR IDEIAS

Fonte: Beira Baixa, CCDRC, 2013.

7. FATORES CRÍTICOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRIORITÁRIAS

7. FATORES CRÍTICOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRIORITÁRIAS

Atendendo à realidade da Beira Baixa deve garantir-se a existência das seguintes condições ao investimento e financiamento de projetos regionais junto dos programas operacionais nacionais e regionais com financiamento através do FEDER, FSE, FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)²³:

- Discriminação positiva para empresas dispostas a investir e/ou contratar recursos humanos na Região da Beira Baixa como forma de contrariar os efeitos do envelhecimento populacional;
- Necessidade de completar as ligações ferroviárias e rodoviárias de ligação a Espanha – obras prioritárias para a afirmação da competitividade regional - ex. IC31 e ligação ferroviária à linha da beira alta;
- Existência de sistemas de incentivos direcionados para projetos empresariais nas áreas de especialização prioritárias da Beira Baixa – agroindústria, floresta, turismo, com destaque para:
 - Parcerias com a Região transfronteiriça da Extremadura Espanhola;
 - Internacionalização do setor agroalimentar;
 - Desenvolvimento de novos produtos e inovação no setor agroalimentar;
 - Prevenção e valorização do setor florestal;
 - Adaptação e construção do produto turismo;
- Existência de mecanismos de financiamento (investimento e crédito) adequados às necessidades de aposta na investigação, desenvolvimento e inovação;
- Prioridade a projetos que articulem vários atores regionais e externos – apoio a dinâmicas de clusterização;
- Apoios à internacionalização de bens transacionáveis;
- Apoios à investigação, desenvolvimento e inovação;
- Integração entre projetos de inovação e internacionalização, pelo lançamento de instrumentos combinados;
- Estímulos à contratação de quadros qualificados e à igualdade de género;
- Incentivos à criação de marcas regionais com forte identidade e capazes de ter efeito multiplicador;
- Apoios à capitalização de empresas;

²³ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; Fundo Social Europeu; Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural; Fundo Europeu de Assuntos Marítimos e Pescas.

- Incentivos ao acesso das empresas à banca;
- Linhas de financiamento para a revitalização dos espaços comerciais nos espaços urbanos, nomeadamente recuperação de fachadas e modernização de sistemas;
- Apoio ao empreendedorismo em três segmentos diversificados: base tecnológica, base local, economia social;
- Ajudas diretas aos produtores e aos agrupamentos de agricultores;
- Pagamentos de incentivos sem exigência da garantia bancária nos processos de encerramento de incentivos atribuídos a PME;
- Simplificação dos critérios de elegibilidade;
- Elegibilidade dos investimentos em formação de recursos humanos;
- Prazos para execução adaptados aos condicionalismos atuais que a conjuntura económica impõe às empresas;
- Promoção de processos de monitorização e responsabilização.

8. MODELO DE GOVERNAÇÃO

8. MODELO DE GOVERNAÇÃO

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa não deverá ser estática, devendo prever mecanismos que permitam o acompanhamento das dinâmicas de desenvolvimento regional, bem como a monitorização constante das estratégias e indicadores assumidos por parte de todos os agentes de desenvolvimento da Região.

A implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa deve acontecer de forma integrada, demonstrando a complementaridade entre investimentos públicos e privados para o alcance das metas e objetivos definidos. Assume-se assim um modelo de implementação que permita garantir *ex-ante* as condições de execução dos projetos e demonstrar o seu impacto integrado na Região.

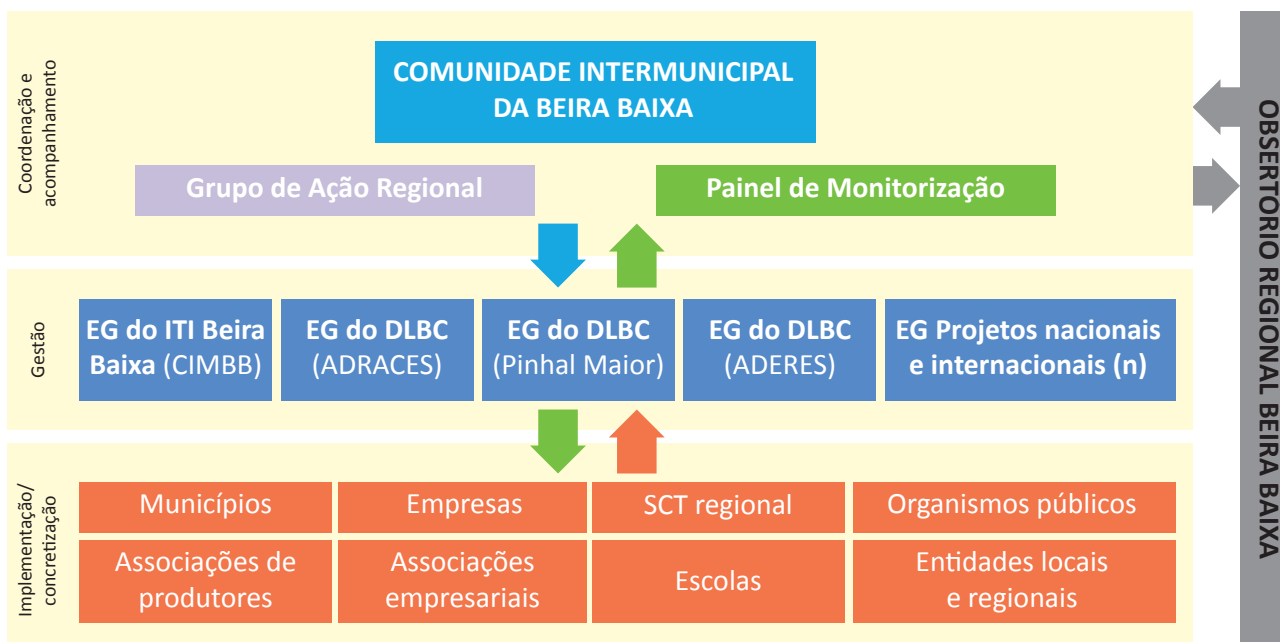
Com base no exposto, são efetuadas recomendações sobre o modelo de governação e de acompanhamento, avaliação e leitura dos impactos, que permitam aperfeiçoar a abordagem definida para, a partir dos resultados obtidos, controlar, monitorizar e calibrar a trajetória efetuada e o correspondente progresso, em alinhamento com os objetivos assumidos.

A implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa deverá ser acompanhada por um processo objetivo e expedito de avaliação do seu sucesso, que permita, de uma forma ágil e em tempo útil, detetar pontos críticos na implementação da mesma e introduzir as necessárias medidas corretivas. Assim, à semelhança do que tem vindo a ser feito em diferentes regiões europeias será aconselhável existir uma estrutura de acompanhamento e gestão que se responsabilize pela eficiência do processo de avaliação.

A implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa é da responsabilidade de todos os agentes públicos e privados da Região. Assim, independentemente do modelo de gestão dos financiamentos sub-regionais, deverá haver um acordo de parceria entre todos os agentes regionais que pretendem, no período 2014-2020, implementar projetos de acordo com o que agora definem em sede de Programa Estratégico Regional.

Complementarmente à responsabilidade de implementação de todos os intervenientes públicos e privados, propõe-se a existência de um **painel de monitorização** (órgão composto sobretudo por entidades externas à Região. Deve reunir anualmente, comentando os resultados obtidos e fazendo sugestões de melhoria) que assume a responsabilidade ao nível da monitorização do sucesso da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa.

Propõe-se ainda, à semelhança do modelo existente a outras escalas territoriais, a criação de um **Observatório Regional Beira Baixa** responsável pela gestão e atualização da bateria de indicadores definidos e a sua análise periódica, materializando os resultados da avaliação em relatórios semestrais de execução. **Para a concretização desta tarefa os promotores dos projetos serão responsáveis pelo envio de informação atualizada (nomeadamente relativos à execução de ações locais).**



EG - Entidade Gestora

Figura 42. Modelo de governação.

Fonte: SPI, 2013.

Para a governação sugere-se a **realização de reuniões trimestrais de acompanhamento**, com o objetivo garantir a execução dos projetos regionais temáticos ou transversais. Devem nestas reuniões estar presentes as entidades responsáveis pela coordenação e pela gestão (ver figura anterior). Pressupõe-se a prévia articulação entre as entidades de gestão e as de implementação/concretização.

Elaboração de relatórios semestrais

Com uma periodicidade semestral, serão elaborados relatórios de acompanhamento e execução da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa pela CIMBB, com a sua evolução e a verificação da implementação.

Reuniões semestrais de acompanhamento e monitorização

Com o objetivo de monitorizar e introduzir melhorias, o Painel de Monitorização e os representantes dos subgrupos do GAR Beira Baixa 2020 devem reunir semestralmente.

Os resultados devem ser comunicados ao Observatório.

FICHA TÉCNICA:

Título: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa
Plano Estratégico e de Ação para a Região da Beira Baixa no período 2014-2020

Versão: Março de 2014

Entidade Promotora: CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa

Coordenação e Edição: CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
e Edição: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação

Conteúdos: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação

Design Gráfico: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação

Impressão e Acabamentos: RVJ – Editores, Lda.

Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
Palácio Viscondes de Portalegre, Apartado 22
6001-909 Castelo Branco
Telefone: 272 342 540
Fax: 272 342 542
Telemóvel: 963 718 329
e-mail: geral@cimbb.pt
Página web: www.cimbb.pt



Promotor



Apoio Técnico



Financiamento



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional